

**UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – UNIVERSO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO**

JOSÉ CARLOS MEIRELES DA SILVA

**SOLDADOS DA BORRACHA: o acordo político entre Brasil e Estados Unidos da
América (EUA) para a extração do látex, esquecimentos e a luta por direitos no
pós-guerra.**

NITERÓI

2017

JOSÉ CARLOS MEIRELES DA SILVA

SOLDADOS DA BORRACHA: o acordo político entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA) para a extração do látex, esquecimentos e a luta por direitos no pós-guerra.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO Campus Niterói, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof^a Dr^a Érica Sarmiento da Silva; e

Co-orientador: Prof Dr Fernando da Silva Rodrigues

NITERÓI

2017

FOLHA DE APROVAÇÃO

JOSÉ CARLOS MEIRLES DA SILVA

SOLDADOS DA BORRACHA: o acordo político entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA) para a extração do látex, esquecimentos e a luta por direitos no pós-guerra.

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 30/08/2017 pela banca examinadora, composta pelos professores:

Prof^a Dr^a Érica Sarmiento da Silva (orientadora) - UNIVERSO

Prof Dr Fernando da Silva Rodrigues (Co-orientador) - UNIVERSO

Prof^a Dr^a Marly de Almeida Gomes Vianna - UNIVERSO

Prof Pós-Dr Dennison de Oliveira (convidado) - UFPA

Niterói, 30 de agosto de 2017.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha digníssima esposa, Fabíola Michelle Andrade de Oliveira pela paciência e compreensão nos momentos mais complicados da preparação do trabalho. Coube ainda, o difícil encargo de compreender, incentivar e dar suporte incondicional ao longo jornada fatigante de quase dois anos de elaboração da dissertação. Além disso, ela não mediu esforços para participar ao meu lado das entrevistas e da visita ao Museu do Seringal Vila Paraíso, em Manaus, enfrentando as dificuldades da região Norte do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Grande Arquiteto do Universo pela saúde, competência, inteligência e ainda, por ter me iluminado durante o desenvolvimento do trabalho;

A professora Dr^a Érica Sarmiento da Silva (orientadora) e o Professor Pós-Dr Fernando da Silva Rodrigues (Co-orientador), ambos me receberam como orientando sem que anteriormente nos conhecêssemos. Deixo aqui registrado os meus agradecimentos aos dois profissionais que atuaram com dedicação, competência e com sugestões férteis para o desenvolvimento do trabalho. Sempre agiram de maneira eficaz, sem trégua, exigindo a qualidade e o rigor científico para o sucesso da dissertação;

A professora Pós-Dr^a Acaciamaria de Fátima Oliveira Fernandes da Costa, do Colégio Militar do Rio de Janeiro, o General Marcio Tadeu Bettega Bergo, o Coronel Claudio Luiz Oliveira ambos do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx), meu pai José Meireles da Silva, minha mãe Diva Bernardes de Souza, minha filha Sarah Teixeira Meireles, meus irmãos e o amigo Leonardo David da Silva Luiz pelo apoio incondicional nas horas mais árdua, durante a elaboração da dissertação.

Ao Museu do Seringal Vila Paraíso, localizado em Manaus, pela excelente recepção, apoio, carinho e pelo primoroso tratamento que aconteceu de maneira irrestrita nos dias que realizei a pesquisa.

Aos ex-soldados da borracha sujeitos desta pesquisa, os senhores Manoel Nobrega Viriato, Arnaldo de Carvalho e José Batista dos Santos, que com suas narrativas e experiências vividas no cotidiano da floresta, ajudaram de forma decisiva na justificativa do trabalho. E ainda, os filhos de ex-soldados da borracha a senhora Maria Siria da Silva e o senhor Manoel Henrique de Souza, que contribuíram com lembranças vividas nos seringais, quando crianças, das dificuldades enfrentadas pelos pais.

Além deles, não poderia deixar de agradecer o senhor Ernani Augusto Martins Ribeiro, à época, ocupava o posto de Segundo Oficial de Navio do Lloyd Brasileiro. Atualmente, aposentado como Capitão-de-Longo-Curso, que me ajudou com vários relatos sobre os obstáculos encontrados pelos soldados da borracha e de seus familiares, durante o embarque, traslado e desembarque no navio que trabalhava;

A Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), seu corpo docente, direção e administração, que realizaram seu trabalho com amor e dedicação, trabalhando incansavelmente para que nós, alunos, pudéssemos contar com um ensino de extrema qualidade.

EPÍGRAFE

Na década dos anos 30, os seringais ficaram despovoados; apenas alguns resistiram à "débâcle", permanecendo fiéis ao seu destino. Os seringalistas arruinados foram promovidos pelos políticos a "Coronéis de Barranco" e os seringueiros miseráveis passaram a ser os "Soldados da Borracha", já então, na década dos anos 40. O papel que os "Coronéis de Barranco", donos de seringais, representaram nessa época, tem sido explorado em prosa e em verso, sendo, portanto, digno de figurar neste Romanceiro.

AMAZÔNIA. UM POUCO-ANTES E ALÉM-DEPOIS

Samuel Benchimol

Página 349

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto a trajetória dos denominados “soldados da borracha” a partir da celebração dos Acordos de Washington, assinados entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) na primeira metade da década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em decorrência desses acordos, vários trabalhadores foram alistados de diversas regiões do Brasil, a maior parte deles, oriundos da região Nordeste do país, que migrou para o Vale do Amazonas com propósito de fornecer a goma elástica para a indústria bélica norte-americana. Nesse contexto, o Governo brasileiro, em cooperação com o norte-americano, organizou um aparato logístico-administrativo que deu suporte à exploração econômica da matéria-prima e ao movimento migratório, que ficou conhecido como a “Batalha da Borracha”. Em síntese, o escopo desta dissertação é a análise das experiências vividas por esses “soldados” antes, durante e depois da Segunda Guerra Mundial, não apenas em referência à literatura acadêmica sobre o tema, mas também a partir dos relatos orais apresentados pelos “ex-soldados da borracha”, que explicitam a vivência desses trabalhadores nos seringais amazônicos e a luta por direitos trabalhistas, ainda não plenamente reconhecidos pelo Estado brasileiro.

Palavras-chave: Estado Novo, Relações Brasil e EUA, Segunda Guerra Mundial, Soldados da Borracha, Batalha da Borracha.

RESUMEN

Esta disertación tiene como objeto la trayectoria de los denominados "soldados del caucho" a partir de la celebración de los Acuerdos de Washington, firmados entre Brasil y los Estados Unidos de América en la primera mitad de la década de 1940, durante la Segunda Guerra Mundial (1939-1945). En consecuencia de estos acuerdos, varios trabajadores fueron enumerados de diversas regiones de Brasil, la mayor parte de ellos, oriundos de la región Nordeste del país, que migró al valle del Amazonas con el propósito de suministrar la goma elástica para la industria bélica norteamericana. En ese contexto, el Gobierno brasileño, en cooperación con el norteamericano, organizó un aparato logístico-administrativo que dio soporte a la explotación económica de la materia prima y al movimiento migratorio, que se conoció como la "Batalla del Caucho". En síntesis, el alcance de esta disertación es el análisis de las experiencias vividas por esos "soldados" antes, durante y después de la Segunda Guerra Mundial, no sólo en referencia a la literatura académica sobre el tema, sino también a partir de los relatos orales presentados por los "ex "de la goma", que explicitan la vivencia de esos trabajadores en los seringales amazónicos y la lucha por derechos laborales, aún no plenamente reconocidos por el Estado brasileño.

Palabras clave: Estado Nuevo, Relaciones Brasil y EE.UU., Segunda Guerra Mundial, Soldados del Caucho, Batalla del Caucho.

LISTA DE SIGLAS

ACA – Associação Comercial do Amazonas

ACP – Ação Civil Pública

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade

AHEX - Arquivo Histórico do Exército

ALEPA - Assembleia Legislativa do Pará

BASA – Banco da Amazônia S.A

BCB – Banco de Crédito da Borracha

CIAC – Centro de Instrução de Artilharia de Costa

CAETA - Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia

CCAW - Comissão de Controle dos Acordos de Washington

CCDBEU – Comissão Conjunta de Defesa-Brasil-Estados Unidos

CEIBB - Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil

CFIB - Companhia Ford Industrial do Brasil

CME – Coordenador de Mobilização Econômica

CMMBEU - Comissão Militar Conjunta Brasil-Estados Unidos

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

CPATU - Centro de Pesquisas Agroflorestais da Amazônia Oriental

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DNI - Departamento Nacional de Imigração

DPU - Defensoria Pública da União

EC - Emenda Constitucional

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EUA – Estados Unidos da América

FAB - Força Aérea Brasileira

FEB - Força Expedicionária Brasileira

FSESP - Fundação do Serviço Especial de Saúde

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência Rural

IAIA - Instituto de Assuntos Interamericanos

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPEAN - Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuárias do Norte

MA – Ministério da Aeronáutica

MF – Ministério da Fazenda

MPAS - Ministério da Previdência e da Assistência Social

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MTIC – Ministério do Trabalho Indústria e Comércio

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OAR - *Office for the American Republics*

OCIAA - *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*

OEA - Organização dos Estados Americanos

PL – Projeto de Lei

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RDC - *Rubber Development Corporation*

RRC - *Rubber Reserve Corporation*

SAVA - Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico

SEMTA - Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

SESP – Serviço Especial de Saúde Pública

SINDSBOR - Sindicato dos Soldados da Borracha e Seringueiros do Estado de Rondônia

SNAPP - Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará

SNPI – Serviço Nacional de Proteção ao Índio

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA. ÓRGÃOS CRIADOS PELOS ACORDOS DE WASHINGTON.....	76
FIGURA 2 - JEAN-PIERRE CHABLOZ. ESTUDO PARA CARTAZ MAIS BORRACHA PARA A VITÓRIA, 1943. LÁPIS DE COR, AQUARELA E NANQUIM. 96 X 66 CM. MUSEU DE ARTE DA UFC (MAUC).....	108
FIGURA 3 - JEAN-PIERRE CHABLOZ. CADA UM NO SEU LUGAR! ANO 1943. MUSEU DE ARTE DA UFC (MAUC).....	109
FIGURA 4 - JEAN-PIERRE CHABLOZ. VAI TAMBÉM PARA A AMAZÔNIA ANO 1943. MUSEU DE ARTE DA UFC (MAUC).....	110
FIGURA 5 - JEAN-PIERRE CHABLOZ. EQUIPAMENTO DE VIAGEM. ANO 1943. MUSEU DE ARTE DA UFC (MAUC).....	111
FOTO 1 - TAPIRI DE HABITAÇÃO.....	127
FOTO 2 - TAPIRI DE DEFUMAÇÃO.....	128

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PRODUÇÃO DA BORRACHA AMAZÔNICA DURANTE OS ANOS DE VIGÊNCIA DOS ACORDOS DE WASHINGTON (1942 A 1947).....92

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS “SOLDADOS DA BORRACHA” PELAS PRINCIPAIS LOCALIDADES DE ORIGEM (1943).....104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 I DO PRIMEIRO CICLO DA BORRACHA (1872/1912) AOS ACORDOS DE WASHINGTON ENTRE BRASIL E EUA.....	28
1.1 O PRIMEIRO CICLO ECONÔMICO DA BORRACHA (1872/1912) E O SEGUNDO CICLO ECONÔMICO DA BORRACHA (1942-1945)	28
1.2 AS RELAÇÕES ENTE ALEMANHA, BRASIL E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA ANTES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	35
1.3 DA PREPARAÇÃO À ECLOSÃO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	48
1.3.1 Acordos de Washington (1942 a 1945) Celebrados entre Brasil e EUA.....	59
1.3.2 Criação de Órgãos e de Instituições.....	65
2. OS SOLDADOS DA BORRACHA: A MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RECRUTADOS PARA O TRABALHO NOS SERINGAIS.....	77
2.1 OS SOLDADOS DA BORRACHA RUMO AO DESCONHECIDO.....	77
2.2 OS CARTAZES DE JEAN-PIERRE CHABLOZ.....	101
3 DESMOBILIZAÇÃO DOS SOLDADOS DA BORRACHA: A LUTA PELOS DIREITOS NO PÓS-SEGUNDA GUERRA.....	115
3.1 A EXPERIÊNCIA DOS SOLDADOS DA BORRACHA NOS SERINGAIS AMAZÔNICOS.....	115

3.2 A "DESMOBILIZAÇÃO" DOS SOLDADOS DA BORRACHA.....	133
3.3 O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DOS SOLDADOS DA BORRACHA E DE SEUS FAMILIARES NO PÓS-GUERRA.....	140
CONCLUSÃO.....	153
REFERÊNCIAS.....	156

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta dissertação refere-se à trajetória dos chamados “soldados da borracha”, grupo de trabalhadores sertanejos que se estabeleceram nos seringais amazônicos durante a “Batalha da Borracha”, em decorrência da celebração dos Acordos de Washington, assinados entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América (EUA), entre 1942 e 1945, a partir dos compromissos assumidos entre ambos os países durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

As condições de vida dos “soldados da borracha”, antes, durante e depois da Segunda Guerra Mundial vêm sendo analisada por diversos historiadores e memorialistas. O estudo de Frederico Alexandre de Oliveira Lima trata do processo de transformação do migrante nordestino (“arigó”) em seringueiro e, em seguida, em cidadão na luta pelo reconhecimento de seus pleitos a partir de meados da década de 1940. A abordagem de Frederico de Oliveira enfatiza como as lembranças e esquecimentos desses sujeitos são cruciais para a configuração e reconfiguração de suas identidades¹.

A análise de Francisco Pereira Costa tem como tema central as relações sociais de trabalho mantidas, entre 1940 e 1945, nos seringais do Vale do Amazonas. O fundamento teórico da perspectiva de Francisco Costa remete à história social inglesa, em que Edward Palmer Thompson é um dos expoentes. Conforme esse autor, os “soldados da borracha” seriam “sujeitos esquecidos, negados, colocados à margem da história, que, mesmo nessa condição, são portadores de práticas de resistência, luta, modos de vida, experiências, valores morais e religiosos²”.

Ao abordar os aspectos relativos ao contrato de trabalho entre o seringalista e o seringueiro, Francisco Costa propõe-se a reescrever a história do Brasil por meio do questionamento das narrativas oficiais e “heroicas” reproduzidas pelos “vencedores”.

¹LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus. [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, p.14.

²COSTA, Francisco Pereira. **Para a chuva não beber o leite. Soldado da Borracha: Imigração, trabalho e justiça na Amazônia, 1940 – 1945**. [Tese de doutorado], Universidade de São Paulo, 2014, p. 21.

Nesse sentido, é exigido que o historiador, além de trazer à luz o discurso dos “sujeitos sociais silenciados”, tenha condições de:

...dialogar com os espaços vazios da história para entrelaçá-los com as novas vozes que se encontram nesses espaços, e que sempre existiram ali, sempre atuaram, agiram, participaram das conquistas e derrotas de sua comunidade, de sua sociedade, do seu povo, do seu país³.

Em uma abordagem que se assemelha à de Francisco Costa, Deyvesson Israel Gusmão afirma que os textos acadêmicos sobre os “soldados da borracha” tendem a ressaltar mais a perspectiva do observador (historiador ou pesquisador) do que dos observados (seringueiros). Por adotar essa metodologia, alguns autores reiteram visões estereotipadas e simplistas do seringueiro ou do caboclo amazônico. Sendo assim, para ele:

A impressão que tenho nos trabalhos sobre seringueiros principalmente é que a busca é sempre por uma definição exata, uma definição definitiva, por assim dizer, de quem seja o seringueiro. Tenta-se criar um seringueiro, um ribeirinho, um índio, uma comunidade ou populações ideais onde todas as outras se encaixem. Parecendo ser suficiente que, falando sobre uma comunidade, estaria também falando de todas e por todas as outras. Assim, seringueiros seriam todos iguais; soldados da borracha seriam todos iguais; ribeirinhos e indígenas seriam todos iguais⁴.

O estudo de Deyvesson Gusmão é uma pesquisa de história oral que se propõe a superar a perspectiva apresentada pela historiografia oficial sobre os “soldados da borracha”. Trata-se, de certo modo, de uma análise que se insere na “integralidade vivencial e discursiva” dos migrantes que se converteram em seringueiros na região amazônica, ou seja, a relevância desse trabalho reside na busca em compreender os “soldados da borracha a partir deles e não a partir de ideias sobre a vida ou trajetória já estereotipada⁵”.

A história dos “soldados da borracha” também é abordada por Nilson Santos, que trata os seringueiros como “sobreviventes” dos diversos ciclos econômicos que

³COSTA, Francisco Pereira. **Para a chuva não beber o leite. Soldado da Borracha: Imigração, trabalho e justiça na Amazônia, 1940 – 1945.** [Tese de doutorado], Universidade de São Paulo, 2014, p. 21.

⁴GUSMÃO, Israel Deyvesson. **Entre Mundos: História Oral com os Soldados da Borracha.** [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal de Rondônia, 2008, p. 18.

⁵GUSMÃO, Israel Deyvesson. **Entre Mundos: História Oral com os Soldados da Borracha.** [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal de Rondônia, 2008, p. 19.

caracterizaram a produção da borracha amazônica particularmente no século XX. Nessa abordagem, a “sobrevivência” dos “soldados” não decorre apenas em relação ao colapso dos ciclos gomíferos, mas também no que concerne à respectiva bibliografia. Para o autor mencionado:

A ideia de sobrevivente sugere ainda que resistissem a algo igualmente perigoso: a toda a bibliografia que procura enquadrá-los em categorias estranhas e reducionistas, mantendo vivo grande parte de seus mitos, das histórias das feras, das festas e de muitos que vieram enricar e por não respeitarem certos sinais da floresta, acabaram pagando com a vida⁶.

O estudo de Lúcia Arrais Morales, *Vai e Vem, Vira Volta: as Rotas dos Soldados da Borracha* faz referência ao processo migratório dos “soldados da borracha” a partir de duas fontes (ou dois “tipos de materiais”): uma “oficial” (“arquivos”, “jornais” e “revistas”) em que se expressam as estratégias e as práticas do discurso do Estado brasileiro, e outra “oral” em que são reproduzidas as “vozes” daquelas que comumente não são ouvidos, ou seja, os migrantes. Conforme Lúcia Morales:

Isto é, os remanescentes desse deslocamento sobre quem recaiu o ônus de tal política e a quem foi prometido o que não se realizou: seus direitos sociais. Na realidade, como ficará demonstrado, eles foram tratados pelo Estado Novo como indivíduos de “terceira classe”, “linhas de fora” e, portanto, destituídos do status de cidadãos. Os seus discursos fazem a batalha da borracha se desdobrar em outros ângulos uma vez que entra em jogo a experiência, o modo como esse acontecimento foi vivido, compreendido e as consequentes alterações que produziram em suas vidas⁷.

Nesta dissertação, a experiência histórica dos “soldados da borracha” será analisada tanto à luz dos estudos acadêmicos sobre o tema como também a partir do ponto de vista dos antigos migrantes, alguns dos quais permanecem vivos. Dessa forma, o que se pretende neste texto é combinar as diversas fontes disponíveis (sem estabelecer entre elas qualquer hierarquia de valor) sobre o tema com vistas a melhor compreendê-lo.

O objetivo principal do presente estudo é observar a trajetória dos “soldados da borracha” desde a assinatura dos Acordos de Washington até os dias atuais. A fim de

⁶SANTOS, Nilson. **Seringueiros da Amazônia: Sobreviventes da Fartura**. 2002, [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 19.

⁷MORALES, Lúcia Arrais. **Vai e Vem, Vira e Volta. As rotas dos soldados da borracha**. São Paulo: Annablume/Fortaleza Secult, 2002, p.9-10.

atender aos dispositivos desses acordos, fez-se necessário o recrutamento e o deslocamento de cerca de 60.000 pessoas⁸, a maioria delas retirantes das graves secas que assolaram o semiárido cearense entre os anos de 1941-1942, para Amazônia.

Além do objetivo principal, este estudo se propõe a examinar o processo histórico da implementação da política de Vargas com o propósito de estimular os fluxos migratórios para a região amazônica durante o período do Estado Novo (1937-1945), verificar como ocorreu o recrutamento e a mobilização dos “soldados da borracha” e explicitar as experiências por eles apresentadas em dois períodos: de 1942 a 1945, entre a assinatura do primeiro Acordo de Washington até o fim da Segunda Guerra (1945); e nas duas primeiras décadas do século XXI.

A origem dos Acordos de Washington (ou sobre a Borracha) tem como antecedente histórico a aproximação militar entre Brasil e EUA que remonta ao ano de 1934, quando tiveram início os serviços da Missão Militar Norte-Americana, cujos propósitos eram formar engenheiros militares e criar condições para promover a defesa da costa brasileira (decorrência dessa Missão foi à fundação do Centro de Instrução de Artilharia de Costa – CIAC⁹). As principais finalidades desses acordos militares e comerciais eram o fornecimento de matérias-primas estratégicas (entre elas, a borracha) à indústria bélica norte-americana, a criação de uma empresa para promover a expansão da economia brasileira, a modernização da mina de Itabira e da ferrovia Vitória-Minas, o estabelecimento de um fundo de financiamento para expansão da produção da borracha e o apoio à instalação de bases militares norte-americanas nas regiões Nordeste e Norte do Brasil.

Esses acordos foram compostos por seis atos bilaterais, não mais vigentes, firmados entre o Brasil e os EUA por meio de troca de notas diplomáticas¹⁰, que visaram o desenvolvimento econômico dos seringais amazônicos no contexto da

⁸SILVA, Maria Andrade de. **A Borracha Passada na História: os Soldados da Borracha durante a Segunda Guerra**. Florianópolis, [Dissertação de Mestrado], UDESC, 2005, p.44.

⁹Brasil Histórico da EsACosAAe. Disponível em <<http://www.esacosaae.ensino.eb.br/index.php/historico>>. Acesso em: 16 de julho de 2016.

¹⁰ Conforme a tipologia dos atos internacionais do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, a troca de notas diplomáticas ou reversais constituem uma modalidade de ato bilateral estabelecido entre as partes para tratar de assuntos de natureza administrativa, da rotina de diplomática e que, em geral, não se submete ao referendo do Congresso Nacional. Disponível em: <<https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/pt-br/file/CAD/LXI%20CAD/Direito/MANUAL%20de%20procedimentos%20-%20atos%20internacionais.pdf>>. Acesso em: 17 de julho de 2016.

Segunda Guerra Mundial. O primeiro ato foi estabelecido em 3 de março de 1942, cujos objetivos incluíam incrementar a produção de materiais estratégicos, como a borracha crua (vegetal ou natural), e promover o desenvolvimento da economia brasileira e de outros países latino-americanos. O segundo ato, assinado em 3 de outubro de 1942, visou à criação de um sistema de contingenciamento e de suprimento de pneumáticos e de câmaras de ar (borracha sintética ou manufaturada) entre as nações americanas.

O terceiro ato, de 08 de fevereiro de 1944, tratou de pagamento de prêmio de 31% concedido pela empresa norte-americana *Rubber Development Corporation* (RDC – sucessora da *Rubber Reserve Company/RRC*) ao governo brasileiro sobre preço fixo da borracha até o dia 31 de março de 1945. O quarto, que constituiu um complemento ao acordo estabelecido em 8 de fevereiro de 1944, prorrogou o prazo anteriormente mencionado até o 31 de março de 1946, e o quinto, de 22 de dezembro de 1944, suplemento ao acordo de 3 de outubro de 1942, dispôs sobre o emprego da borracha sintética na indústria brasileira. O sexto ato, publicado em 31 de outubro de 1945, quando a Segunda Guerra já havia se encerrado, estabeleceu o seguinte:

Os dois governos contratantes concordam, outrossim, em que, excetuados o Acordo sobre a distribuição e abastecimento de pneumáticos e câmaras de ar, de 3 de outubro de 1942, ora cancelado, e o Acordo sobre o emprego de borracha sintética na indústria brasileira de borracha, de 22 de dezembro de 1944, cuja vigência também, terminará antecipadamente em 31 de janeiro de 1946, por mútuo entendimento entre as partes contratantes e em conformidade com as notas a tal respeito trocadas, nesta mesma data, todos os demais Acordos, isto é, o de 3 de março de 1942, sobre a compra e venda de borracha natural e assuntos correlatos; e de 29 de setembro de 1943, adicional ao referido Acordo de 3 de março de 1942, que confirma o aumento do preço básico de borracha de U\$0,39 (trinta e nove centavos) para U\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos), e o de 8 de fevereiro de 1944, prorrogado por outro de 12 de dezembro de 1944, sobre o pagamento de um prêmio, nas compras de borracha, de 33 1/3% nos preços básicos de borracha, continuarão em pleno vigor até 30 de junho de 1947, segundo o estabelecido entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e Estados Unidos da América, por troca de notas de 14 de agosto e 27 de junho de 1945, respectivamente¹¹.

Nesse contexto, o governo de Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo, passou a promover medidas de recrutamento de trabalhadores com vistas a

¹¹BRASIL. Acordo Alterando a Vigência dos Acordos Referentes à Borracha e seus Produtos, Concluídos no Rio de Janeiro, por Troca de Notas, Respectivamente, de 3/10/42, 22/12/44 e 27/6 e 14/8 de 1945. Disponível em: < http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1945/b_12/>. Acesso em: 17 de julho de 2016.

atender à demanda norte-americana por borracha vegetal. Entre as medidas adotadas para suprir essa demanda e assegurar o fornecimento de mão de obra para trabalhar nos seringais amazônicos, menciona-se a iniciativa governamental de estímulo ao fluxo migratório de contingente de trabalhadores, que passou a ser denominados “soldados da borracha”, em direção à região Norte do país. Essa mobilização ficou conhecida como a “Batalha da Borracha”, em virtude da contribuição econômica que ela trazia para participação do Brasil e dos EUA na Segunda Guerra Mundial.

Para viabilizar e organizar o deslocamento de milhares de trabalhadores foram criados órgãos e instituições administrativas, por parte dos governos brasileiro e norte-americano, para financiar, recrutar, transportar, alojar, prestar assistência médica e sanitária e garantir alimentação para os “soldados da borracha”. Essa situação se fez mais premente quando ocorreu a ocupação japonesa dos seringais do Sudeste Asiático (Ceilão – atual Sri Lanka, Malásia e Indonésia), circunstância que reduziu o montante de importação da borracha pelos EUA, o que fez com que esse país passasse a atribuir valor estratégico à região amazônica.

No Brasil, os acordos sobre a borracha e as políticas migratórias do Estado Novo acarretaram expressivo fluxo migratório da região Nordeste, particularmente de sertanejos cearenses para os seringais do Vale do Amazonas. Esse deslocamento da mão de obra ocorreu no contexto do Segundo Ciclo Econômico da Borracha, que apresenta características similares e específicas em relação ao Primeiro Ciclo (1872/1912). Convém identificar as semelhanças e as diferenças entre esses dois ciclos a fim de situar a experiência dos “soldados da borracha” na história do Brasil.

O Primeiro Ciclo Econômico da Borracha transcorreu na transição do século XIX para o século XX e é parte do período que Roberto Santos denomina a “fase da expansão gomífera¹²”. De acordo com Wesley Pereira de Oliveira, José Raimundo Barreto Trindade e Nathalia Menezes Machado, esse ciclo econômico está de alguma forma, relacionado ao segundo ciclo, ocorrido na década de 1940, quando foram celebrados os Acordos de Washington e travada a “Batalha da Borracha”. Para esses

¹² SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T.A Queirós, 1980, p.12.

autores, ambos os ciclos causaram transformações econômicas, demográficas e institucionais na sociedade amazônica¹³.

A economia amazônica, conforme Roberto Santos Araújo de Oliveira pode ser dividida em cinco períodos, que são os seguintes: fase da decadência (1800-1840); fase da expansão gomífera (1840-1910); fase do declínio (1910-1920); fase “inominada” ou de recuperação (1920-1940) e fase do crescimento moderado (1940-1970)¹⁴. Via de regra, a experiência inicial dos “soldados da borracha” na Amazônia se refere a um subperíodo curto (1942-1945) da última etapa da periodização proposta por Santos, por isso, a ênfase desta dissertação estará voltada para esse subperíodo, embora aspectos relativos às demais etapas devam ser nela abordados a fim de subsidiar a apresentação do tema central do presente trabalho.

A “fase do crescimento moderado”, que corresponde ao Segundo Ciclo da Borracha, constituiu um período de reinserção, por meio da produção e da exportação da borracha, da região amazônica nas redes do comércio internacional. Nesse momento, as circunstâncias políticas e econômicas que tornaram possível essa reinserção foram às seguintes: o estreitamento das relações dos EUA com os países latino-americanos, o incremento da demanda norte-americana pela borracha tanto no setor automobilístico quanto no bélico e o domínio exercido pelo Império japonês sobre os seringais do Sudeste Asiático. Como durante a “fase de expansão”, quando Brasil havia sido o principal fornecedor mundial desse produto, o Vale do Amazonas voltou a adquirir relevância econômica e estratégica para a política internacional dos EUA.

Esse segundo ciclo, apesar de ser considerado por Oliveira, Trindade e Machado como um “remake” caracteriza-se pelo intervencionismo estatal no processo de exploração econômica da borracha vegetal¹⁵. Nesse sentido, destaca-se a criação de

¹³MACHADO, Nathalia Menezes; OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo Barreto. Borracha, Nordeste e Floresta: Economia e a Sociedade Amazônica nos Dois Ciclos Gomíferos. Disponível em <[http://www.ppgeconomia.ufpa.br/documentos/Cadernos%20CEPEC%20Vol.01%20n01%20\(fev2012\).pdf](http://www.ppgeconomia.ufpa.br/documentos/Cadernos%20CEPEC%20Vol.01%20n01%20(fev2012).pdf)>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

¹⁴OLIVEIRA, Roberto Santos Araújo de. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T.A Queirós, 1980, p.12-13.

¹⁵ MACHADO, Nathalia Menezes; OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo Barreto. Borracha, Nordeste e Floresta: Economia e a Sociedade Amazônica nos Dois Ciclos Gomíferos. Disponível em <[http://www.ppgeconomia.ufpa.br/documentos/Cadernos%20CEPEC%20Vol.01%20n01%20\(fev2012\).pdf](http://www.ppgeconomia.ufpa.br/documentos/Cadernos%20CEPEC%20Vol.01%20n01%20(fev2012).pdf)>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

órgãos e entidades burocráticas que, alguns dos quais ainda integram a estrutura administrativa do Estado brasileiro, como o Banco de Crédito da Borracha (atual Banco da Amazônia S.A - BASA) e o Instituto Agrônomo do Norte (atual Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Úmido – CPATU, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA¹⁶).

Paralelamente à consolidação de estruturas burocráticas, observa-se, nesse período, um intenso fluxo migratório para o Vale do Amazonas, estimulado pela campanha pró-borracha, oficialmente formulada pela propaganda estadonovista. Esse fluxo trouxe implicações demográficas importantes para a região Norte do Brasil, em que se menciona o aumento populacional dos principais centros urbanos dos estados do Acre, do Amazonas e do Pará, como concluem Oliveira, Trindade e Machado a partir da análise de dados estatísticos gerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes aos anos de 1920, 1940 e 1950¹⁷.

No que concerne à metodologia, foi adotado o método histórico como procedimento para analisar as experiências dos “soldados da borracha”. Cleber Cristiano Prodanov e Ernani Cesar de Freitas concebem o método histórico como um estudo que visa melhor compreender a função que as instituições e outros fatos sociais atualmente desempenham a partir de sua origem e de suas transformações ao longo do tempo¹⁸.

Dessa forma, observou-se o processo histórico de inserção dos “soldados da borracha” na Amazônia, com a finalidade de compreender também os aspectos políticos oriundos desse evento, por meio da revisão da literatura especializada sobre os ciclos da borracha no Brasil, sobre as relações bilaterais Brasil-EUA e sobre o período do Estado Novo.

¹⁶PANDOLFO, Clara Martins. **Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais**. Belém: Editora CEJUP, 1994, p.46.

¹⁷MACHADO, Nathalia Menezes; OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo Barreto. Borracha, Nordeste e Floresta: Economia e a Sociedade Amazônica nos Dois Ciclos Gomíferos. Disponível em <[http://www.ppgeconomia.ufpa.br/documentos/Cadernos%20CEPEC%20Vol.01%20n01%20\(fev2012\).pdf](http://www.ppgeconomia.ufpa.br/documentos/Cadernos%20CEPEC%20Vol.01%20n01%20(fev2012).pdf)>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

¹⁸PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013, p. 36-37.

Fez-se, igualmente, análise de textos acadêmicos que relatam as experiências dos “soldados da borracha” durante o período de exploração econômica da borracha na primeira metade da década de 1940. Foram realizadas seis entrevistas (três “ex-soldados da borracha”, dois filhos dos “combatentes” e um comandante de embarcação do Lloyd brasileiro), que constituem subsídios aos argumentos apresentados neste trabalho e que permitiram estabelecer comparação com a experiência vivenciada pelos seringueiros durante a “Batalha da Borracha” e a que eles apresentam no início do século XXI.

No que concerne às entrevistas realizadas com os antigos seringueiros, parte-se do pressuposto de que a escrita e oralidade não são categorias excludentes. Nesse sentido, a perspectiva que se adotou neste texto não pretendeu superestimar ou subestimar as fontes orais. Alessandro Portelli concebe que:

La escritura y la oralidad no se excluyen entre sí. Tienen características comunes, con también particularidades autónomas y específicas, funciones que la una y la otra asumen más eficazmente y que requieren herramientas específicas de interpretación. Tanto la subestimación como la sobreestimación de las fuentes orales terminan por anular su especificidad, transformándola en un simple subsidio o en una ilusión que sirve de remedio para todos los males¹⁹.

Ainda sobre as fontes orais, deve-se enfatizar a relação entre os discursos “ditos” e “não ditos”, ou melhor, como o “esquecimento”, em alusão novamente a Portelli, pode ser entendido como um aspecto relevante da memória coletiva. Como se poderá constatar, a “Batalha da Borracha” tornou-se um evento esquecido pelo discurso oficial e pela historiografia brasileira particularmente logo após o desfecho do conflito bélico. Essa circunstância se explica, conforme Portelli, porque:

En realidad, recuerdo y olvido conviven a menudo dentro de los mismos “textos”: eventos públicamente celebrados y conmemorados – pienso en las memorias de las guerras mundiales o en la unidad de Italia – pueden contener tanto el recuerdo como las borraduras, las censuras, el olvido. A veces, precisamente la repetición oficial de las conmemoraciones comporta el riesgo de “saturación” y de ahí nace una suerte de inercia o rechazo de la escucha, una banalización que básicamente es olvido: es el problema que muchos han debatido acerca de las celebraciones del Día de la Memoria en Italia. En estos casos, recordar es también una manera de olvidar²⁰.

¹⁹ PORTELLI, Alessandro. **Historias Orales: Narración, Imaginación y Diálogo**. Rosário: Prohistoria Ediciones, 2016, p.18.

²⁰ PORTELLI, Alessandro. Las Funciones del Olvido: Escritura, Oralidad e Tradición. In: FLIER, Patricia; LVOVICH, Daniel (Orgs.). **Los Usos del Olvido**. Rosário: Prohistoria Ediciones, 2014, p.41

Para fins didáticos, os tipos de documentos consultados dividiram-se em fontes primárias, que incluem documentos históricos, fitas magnéticas, diários, memoriais e correspondências, e fontes secundárias, em que mencionam publicações acadêmicas (livros e artigos científicos) e periódicos de grande circulação (revistas e jornais).

A pesquisa realizada neste trabalho foi essencialmente qualitativa, ou seja, conforme Antonio Chizzotti é aquela que se contrapõe ao modelo experimental como um padrão único dos estudos científicos²¹. Parte-se do pressuposto de que as ciências humanas e sociais devem conduzir-se por paradigmas próprios, não derivados das ciências da natureza (ou exatas), que levem em consideração a existência de uma relação dinâmica entre o sujeito do conhecimento e o mundo real, visto que existe uma interdependência entre a objetividade daquilo que se pretende conhecer e a subjetividade do pesquisador. Nas abordagens qualitativas, os sujeitos de estudo não são reduzidos a variáveis isoladas, mas vistos como parte de um contexto social e histórico.

Para efeito de organização textual, esta dissertação organiza-se em três capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo, será analisado o processo histórico que abrange os ciclos econômicos da borracha, os Acordos de Washington e a criação de órgãos e de instituições voltados para o incremento da produção gomífera na região Amazônica entre 1942 e 1945. Em resumo, após se fazer uma contextualização histórica da exploração econômica da borracha na região amazônica, dar-se-á destaque às medidas políticas implementadas por Getúlio Vargas e às estruturas burocráticas instituídas pelos governos brasileiro e norte-americano, em decorrência dos compromissos assumidos entre os países durante a Segunda Guerra.

A ênfase do segundo capítulo será a migração e a consolidação dos “soldados da borracha” nos seringais da Amazônia e a propaganda do Estado Novo que serviu de suporte para esse processo. Se no primeiro capítulo, o escopo será os aspectos mais macroestruturais do surgimento da economia gomífera e da história das relações bilaterais Brasil-EUA, o segundo apresentará a trajetória, não muito conhecida, desses sertanejos, que deixaram sua terra natal em busca de melhores condições de vida em

²¹CHINZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006, p. 26.

áreas isoladas da floresta amazônica. Dessa forma, abordaremos, ainda, os efeitos das imagens geradas pelo artista suíço Jean Pierre Chabloz, designado pelo governo brasileiro para formular cartazes que atraíssem os sertanejos e seus familiares para inóspitos seringais.

O tema do terceiro capítulo é a desmobilização dos “soldados da borracha” que coincide com o período de decadência do segundo ciclo gomífero. Com o fim da Segunda Guerra e com a expiração da vigência dos Acordos de Washington, alguns dos antigos migrantes permaneceram na região amazônica, onde continuaram a experimentar as condições de vida similares a de quando chegaram aos seringais na década de 1940. Nessa seção, serão analisadas a luta desses “soldados” em prol do reconhecimento de direitos que foram amplamente violados e ações judiciais iniciadas para que esses direitos sejam, efetivamente, reconhecidos pelo Estado brasileiro.

Por fim, é importante ressaltar que este trabalho se justifica pelo fato de que a trajetória dos “soldados da borracha”, caracterizada por diversos infortúnios e mazelas, como ataques de índios, doenças tropicais, acidentes em rios caudalosos e em estradas precárias, apesar de ter sido objeto de estudos acadêmicos importantes, ainda pode ser abordada, em termos históricos, sobretudo no que concerne ao período de desmobilização dos antigos migrantes nos seringais amazônicos.

Percebendo-se, portanto, essa lacuna, decidiu-se examinar o processo histórico, político, demográfico e social que se iniciou com a exploração econômica da borracha na região amazônica, passou pela celebração dos Acordos de Washington e pela chegada dos “soldados da borracha” à região Amazônica e culminou no processo de desmobilização desses soldados após o segundo grande conflito mundial. O presente estudo tem como pressuposto a ideia de que a história da migração e da consolidação de seringueiros na Amazônia, apesar dos contextos históricos, assenta-se na exploração econômica de grupos socialmente excluídos, como os migrantes do semiárido nordestino.

1 DO PRIMEIRO CICLO DA BORRACHA (1872/1912) AOS ACORDOS DE WASHINGTON ENTRE BRASIL E EUA (1942/1945)

1.1 O PRIMEIRO CICLO ECONÔMICO DA BORRACHA (1872/1912) E O SEGUNDO CICLO ECONÔMICO DA BORRACHA (1942/1945)

O desenvolvimento da economia da borracha está associado ao advento da Revolução Industrial na Europa ocidental e está relacionado à expansão do modo de produção capitalista. No final do século XVIII e ao longo do século XIX, a borracha tornou-se a matéria-prima mais cobiçada pela indústria, a partir das transformações socioeconômicas ocorridas no continente europeu. De acordo com Néelson Prado Alves Pinto, a interação entre o processo de acumulação capitalista e o progresso técnico foi crucial para emergência da indústria de artefatos da borracha:

Nessa época, o progresso científico se transformou num instrumento para consecução de uma crescente acumulação de capital. Foi o momento histórico em que, frequentemente, se confundiam numa única pessoa, as figuras do comerciante, do inventor ou do cientista, e do industrial. O impulso inicial da história europeia da utilização da borracha deu-se exatamente sob a influência do binômio progresso científico/emergência do modo de produção capitalista²².

No Brasil, e mais especificamente na região amazônica, as condições para consolidação da empresa gomífera remontam à última década do século XIX e as primeiras do século XX, quando a então emergente indústria automobilística representava o setor mais dinâmico das economias avançadas. Celso Furtado menciona, no seu livro *Formação Econômica do Brasil*, que algumas dessas condições estavam presentes na “bacia amazônica”, embora o suprimento da mão de obra, àquela época, ainda era uma questão a ser resolvida:

A borracha estava destinada, nos fins do século XIX e começo do XX, a transformar-se na matéria-prima de procura em mais rápida expansão no mercado mundial. Assim como a indústria têxtil caracterizara a Revolução Industrial de fins do século XVIII e a construção das estradas de ferro os decênios da metade do século seguinte, a indústria de veículos terrestres a

²²PINTO, Néelson Prado Alves. **A Política da Borracha no Brasil: a Falência da Borracha Vegetal**. São Paulo: Editora HUCITEC/Conselho Regional de Economia, 1984, p.10.

motor de combustão interna será o principal fator dinâmico das economias industrializadas, durante um longo período que compreende o último decênio do século passado e os três primeiros do século XX. Sendo a borracha um produto “extrativo” e estando o estoque de árvores então existente concentrado na bacia amazônica, o problema de como aumentar sua produção para atender a uma procura mundial crescente se afigurava extremamente difícil. Impunha-se, evidentemente, uma solução a longo prazo, porquanto era óbvio que a possibilidade de aumentar a produção de borracha extrativa na Amazônia não era muito grande. Uma vez demonstrado que uma ou mais das plantas que produzem a matéria-prima da borracha podiam adaptar-se a outras regiões de clima similar, a produção de borracha teria de desenvolver-se de preferência ali onde existisse um adequado suprimento de mão-de-obra e recursos para financiar o seu longo período de gestação²³.

Os ciclos da borracha representam um modo didático de se compreender a evolução da economia gomífera do Vale do Amazonas e, por essa razão, são responsáveis “pela entrada definitiva das letras amazônicas no circuito nacional²⁴”. O Primeiro Ciclo Econômico da Borracha (1872/1912) e o Segundo Ciclo Econômico da Borracha (1942/1945), ambos caracterizados por momentos de auge e de decadência, representam períodos importantes da história econômica do Brasil. De um modo geral, esses ciclos estão associados a momentos distintos do desenvolvimento do capitalismo industrial.

O Primeiro Ciclo da Borracha teve como antecedente o método de vulcanização do látex natural, criado em 1840, pelo estadunidense Charles Goodyear, processo que consiste na adição de enxofre à borracha crua, o que, mais tarde, possibilitou a produção de pneumáticos²⁵. Nesse período, a atividade extrativa do látex passou a ser fator de atração de trabalhadores e de empreendedores visionários, que constituíram o contingente dos primeiros povoados e vilas amazônicas²⁶.

Entre 1879 e 1912, o mercado da borracha atingiu seu patamar mais elevado. Nesse período, estima-se que cerca de 30 mil toneladas desse produto foram exportadas

²³FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 2005, p.137.

²⁴LEANDRO, Rafael Voigt. **Os Ciclos Ficcionalis da Borracha e a Formação de um Memorial Literário da Amazônia**. Dissertação [Dissertação de Mestrado]. Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Literatura. UNB, 2014, p. 8.

²⁵D’AGOSTINI, S.; BACILIERI, S.; VITIELLO, N.; *et. al.* Ciclo Econômico da Borracha – Seringueira Hevea Brasiliensis (HBK) ARG. Disponível em: http://www.biologico.sp.gov.br/docs/pag/v9_1/dagostini3.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2016.

²⁶D’AGOSTINI, S.; BACILIERI, S.; VITIELLO, N.; *et. al.* Ciclo Econômico da Borracha – Seringueira Hevea Brasiliensis (HBK) ARG. Disponível em: http://www.biologico.sp.gov.br/docs/pag/v9_1/dagostini3.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2016.

do Brasil para o resto do mundo. Em 1910, o Brasil apresentava-se como principal produtor e exportador mundial da borracha, situação que ensejou um incipiente desenvolvimento urbano e, por consequência, a emergência de cidades como Manaus, Belém e Porto Velho.

Em 1877, registra-se a chegada dos primeiros migrantes nordestinos nos seringais amazônicos. De acordo com Silvana D'Agostini, Simone Bacilieri e Nayte Vitiello *et al.*, chegaram aproximadamente 300 mil trabalhadores²⁷, incluindo sertanejos nordestinos e japoneses, que participaram das atividades relacionadas ao primeiro ciclo da borracha em contexto bastante adverso, em que predominavam a proliferação de doenças contagiosas, os ataques praticados por grupos indígenas e a exploração exercida pelos seringalistas, os proprietários dos seringais.

O apogeu desse ciclo econômico se encerrou, entre 1910 e 1920, quando comerciantes ingleses e holandeses passaram a explorar economicamente, por meio de um modelo de produção em larga escala e a custos baixos, a extração e a produção gomífera no Sudeste Asiático. O baixo preço do produto asiático e a eficiência do método empregado nos seringais malásios criaram condições para a redução da prevalência da borracha amazônica no mercado mundial. Essas circunstâncias explicam não apenas a decadência econômica do Vale do Amazonas, mas também a retração dos fluxos migratórios iniciados no fim da década de 1870²⁸.

No período que separou o fim do Primeiro Ciclo e o início do Segundo Ciclo, desenvolveu-se na região amazônica, de 1927 a 1945, o projeto de Henry Ford cujo objetivo era reduzir o controle exercido por produtores ingleses sobre o preço da borracha no mercado mundial. Conforme Cristovam Sena, esse projeto constituiu uma reação do famoso industrialista norte-americano à consolidação do “cartel da borracha” no Sudeste Asiático:

²⁷D'AGOSTINI, S.; BACILIERI, S.; VITIELLO, N.; *et. al.* Ciclo Econômico da Borracha – Seringueira Hevea Brasiliensis (HBK) ARG. Disponível em: http://www.biologico.sp.gov.br/docs/pag/v9_1/dagostini3.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2016.

²⁸D'AGOSTINI, S.; BACILIERI, S.; VITIELLO, N.; *et. al.* Ciclo Econômico da Borracha – Seringueira Hevea Brasiliensis (HBK) ARG. Disponível em: http://www.biologico.sp.gov.br/docs/pag/v9_1/dagostini3.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2016.

Esse fato teve reflexos também em Dearborn, pois os ingleses a fim de manterem o preço da borracha em alta, criaram o cartel da borracha no Sudeste Asiático, obrigando Henry Ford (1863-1947) a pensar em produzir sua própria matéria-prima se quisesse ter garantia no abastecimento de látex para a fabricação dos pneus dos seus automóveis, a preços competitivos. Em Dearborn, distrito de Detroit, Ford produzia 1.200 automóveis por dia, empregando mais de cem mil operários em suas fábricas. Assim surgiu a ideia de Ford produzir borracha na Amazônia²⁹.

O projeto de Ford previa a criação de uma cidade, que foi denominada Fordlândia. Essa cidade localizou-se em área onde atualmente se situa o município paraense de Aveiro, às margens do rio Tapajós, na região oeste da Bacia do rio Amazonas. Para Ford, a Amazônia representava o novo começo em um lugar que ele imaginava não estar corrompidos por sindicalistas, políticos, judeus, advogados, militaristas e banqueiros de Nova York³⁰. Dessa forma, seria uma oportunidade para unir não apenas fábricas e campo, mas também a indústria e comunidade, numa comunhão que produziria, além de maior eficiência, homens plenamente realizados³¹.

Nela, foram construídos hospitais, escolas, igrejas, moradias e campos de futebol, que foram utilizados equipamentos pesados e outros materiais necessários para estabelecimento de uma pequena cidade³². De acordo com Sena, em paralelo à consolidação da Fordlândia na região Amazônica, registra-se, no fim da década 1920 e no início da seguinte, um intenso processo de desmatamento que visava ao estabelecimento de seringais:

No final de 1929, tinham completado a limpeza e o plantio de 400 hectares, bem aquém do que tinha sido planejado pelos administradores da Companhia Ford Industrial do Brasil – CFIB (...), sociedade anônima criada em 1927 com objetivo de, entre outras coisas, “proceder à plantação de seringueiras e exercer a indústria extrativa relativa a esse produto”, como consta em seus estatutos. Nos dois anos seguintes, mais novecentos hectares foram desmatados³³.

²⁹SENA, Cristovam. **Fordlândia: Breve Relato da Presença Americana na Amazônia. Cadernos de História da Ciência.** Instituto Butantan, vol. IV (2), jul-dez, 2008, p.92.

³⁰GRANDIN, Greg. **Fordlândia: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na Selva.** Rio de Janeiro: Rocco, 2010, p. 92.

³¹GRANDIN, Greg. **Fordlândia: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na Selva.** Rio de Janeiro: Rocco, 2010, p. 92.

³²GRANDIN, Greg. **Fordlândia: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na Selva.** Rio de Janeiro: Rocco, 2010, p.119.

³³SENA, Cristovam. **Fordlândia: Breve Relato da Presença Americana na Amazônia. Cadernos de História da Ciência.** Instituto Butantan, vol. IV (2), jul-dez, 2008, p.93-94.

A derrubada e o desmatamento de parte da floresta nativa geraram pilhas de árvores, que acabaram dificultando o plantio da seringueira. Para limpar a área desmatada, foi utilizada uma grande quantidade de querosene capaz de produzir a queima das árvores abatidas. Em consequência, a selva fora virada pelo avesso, à medida que as chamas se erguiam por mais de trinta metros forçavam as antas, porcos selvagens, pumas, jiboias, víboras e outros animais a sair, gritando e berrando aterrorizados³⁴.

A intervenção de Ford e de sua firma CFIB, entidade criada em 1927, na Amazônia durou até 1945, embora houvesse indícios, já na década de 1930, de que o projeto do empresário norte-americano não seria exitoso. Em 1934, o fungo *Microcyclus* devastou os seringais da Fordlândia, o que induziu a CFIB a se estabelecer no município de Santarém, onde foi erguida a cidade de Belterra. Mesmo assim, durante os dois anos seguintes, equipes de trabalho limparam mais 8 mil hectares e plantaram quase dois milhões de árvores, das quais cerca de um terço com enxerto da copa, mas as plantações continuaram sofrendo invasões crônicas de insetos³⁵.

Por meio do Decreto-Lei nº 8.440, de 24 de dezembro de 1945, foram extintos os direitos de concessão de uso da empresa de Ford sobre vastas áreas da região Amazônica. Além da ação do fungo, outras razões que explicam o colapso dessa intervenção foram o clima, a topografia e o solo, pouco propícios à cultura gomífera e o alinhamento dos EUA e do Reino Unido durante a Segunda Guerra, o que permitiu que “os ingleses derrubassem o cartel da borracha no Sudeste Asiático³⁶”.

O Segundo Ciclo da Borracha, embora coincida, em parte, com o período de implementação do projeto de Ford, apresenta aspectos específicos tanto em relação a esse período quanto no que concerne ao Primeiro Ciclo econômico da Borracha. O marco inicial desse segundo ciclo econômico são os Acordos de Washington, celebrados entre os governos brasileiro e norte-americano e que são reconhecidos pela

³⁴ GRANDIN, Greg. **Fordlândia: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na Selva**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010, p.146.

³⁵ GRANDIN, Greg. **Fordlândia: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na Selva**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010, p.329.

³⁶ SENA, Cristovam. **Fordlândia: Breve Relato da Presença Americana na Amazônia**. **Cadernos de História da Ciência**. Instituto Butantan, vol. IV (2), jul-dez, 2008, p.96.

literatura especializada como a principal causa para a consolidação de trabalhadores sertanejos, os “soldados da borracha”, nos seringais da Amazônia.

Apesar de também serem ajustes de viés político-militar, os Acordos de Washington induziram o Estado brasileiro a coordenar políticas econômicas e demográficas que acarretaram o ressurgimento dos fluxos migratórios para região amazônica, que foram objeto de um processo de retração desde o colapso do primeiro ciclo até 1942, e o incremento da produção e da exportação da borracha no Brasil, que passava a experimentar um significativo processo de decadência na década de 1910.

De acordo com Frank D. McCann, os acordos firmados entre Brasil e EUA impulsionaram, novamente, a economia gomífera. Nesse segundo ciclo da borracha brasileiro, a extração da borracha vegetal estava voltada ao abastecimento da indústria bélica norte-americana. Com isso, vários procedimentos foram adotados pelo governo brasileiro para incrementar o extrativismo do látex na região amazônica. Em seu livro *Aliança Brasil Estados Unidos*, McCann afirma que:

Com as plantações do extremo Oriente nas mãos dos japoneses, os Estados Unidos se viram forçados a se voltarem para habitat da borracha natural, a bacia amazônica. A diplomacia de aproximação de Aranha, contudo, e a entrada do Brasil na guerra, fizeram dos Estados Unidos o único comprador. A *Reconstruction Finance Cooperation* criou a Companhia de Reserva da Borracha (mais tarde denominada Corporação de Desenvolvimento da Borracha) para aquisição dos fornecimentos latino-americanos, principalmente do Brasil. Para cooperar com a Companhia de Reserva de Borracha, Vargas criou a Comissão Especial de Regulamentação dos Acordos de Washington sob a direção do Ministro da Fazenda, Souza Costa, e com uma equipe de especialistas que incluía Valentim Bouças. Vargas também criou o banco de crédito da borracha, que abriu filiais em Belém e Manaus para comprar borracha crua. Dois órgãos – o Departamento Nacional de Imigração e o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores – foram criados para recrutar seringueiros dos Estados assolados pela seca e pela pobreza do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Maranhão, transportá-los à Amazônia e estabelecê-los nas áreas de borracha³⁷.

Entre 1942 e 1945, apesar das pretensões das autoridades governamentais de Brasil e EUA, não houve a plena reorganização e a recuperação da estrutura produtiva dos seringais nem se retomou, em termos econômicos, o período do apogeu da *Belle Époque* amazônica, que corresponde ao primeiro *boom* da borracha no Brasil. Nesse

³⁷MCCANN; Frank D. *Aliança Brasil Estados Unidos: 1937/1945*. Rio de Janeiro: BIBLIEX,1995, p.304-305.

período, conforme Arthur Cesar Ferreira Reis, a produção da borracha, medida em toneladas, foi a seguinte: 20.364 em 1942; 24.335 em 1943; 28.477 em 1944; e 30.594 em 1945³⁸. Com término do conflito mundial, esse segundo *boom* enfrenta um novo período de decadência. Para Ferreira Reis:

Findo o conflito, abriu-se nova crise. Os mercados consumidores naturais do exterior já não careciam da borracha brasileira. Impunha-se o acerto de medidas acauteladoras, através da manutenção de uma política de preços que garantisse o interesse dos seringueiros e seringalistas. Mas essa política de preços importava a existência de um mercado que pudesse absorver a produção extrativa. A essa altura, verificava-se a ampliação vertiginosa do mercado interno pela existência de um parque industrial que passou a consumir toda produção silvestre³⁹.

A Segunda Guerra e o intervencionismo governamental, no segundo ciclo da borracha, implicaram numa recuperação modesta do extrativismo gomífero, que experimentou cerca de três décadas de retração econômica. Apesar disso, as políticas estadonovistas de garantia da compra do produto e de transporte da mão de obra não resolveram a questão da precariedade do regime de trabalho nos seringais. Alves Pinto conclui que:

Na verdade, o Banco de Crédito da Borracha veio apenas substituir as tradicionais casas exportadoras, financiando o intermediário e adquirindo a safra. O seringueiro continuou como antes, isolado de tudo e de todos, totalmente à mercê das vontades de seu patrão – o seringalista ou seu preposto⁴⁰.

Percebe-se que não houve, após a celebração dos Acordos de Washington, melhoria nas condições de vida desses seringueiros, que permaneceram precárias durante o período do Segundo Ciclo Econômico da Borracha, condições não muito distintas das experimentadas pelos primeiros migrantes nordestinos que se fixaram na região Amazônica na transição do século XIX para o XX. Ou seja, a “Batalha da

³⁸REIS, Arthur Cesar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. 2 ed. rev. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, 1977, p.134

³⁹REIS, Arthur Cesar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. 2 ed. rev. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, 1977, p.135.

⁴⁰PINTO, Nélson Prado Alves. **A Política da Borracha no Brasil: a Falência da Borracha Vegetal**. São Paulo: Editora HUCITEC/Conselho Regional de Economia, 1984, p.102.

Borracha”, em certo sentido, repetia o drama social experimentado pelos retirantes sertanejos da *Belle Époque* amazônica⁴¹.

Antes de apresentar o tópico seguinte, convém ressaltar, a guisa de conclusão, que a comparação entre os dois ciclos brasileiros da borracha permite evidenciar as transformações institucionais, econômicas e demográficas da região amazônica, o que tem alguma relevância para se compreender a experiência dos “soldados da borracha” que desbravaram as matas densas do Vale do Amazonas. Em ambos os ciclos, os fluxos migratórios, mais espontâneo no primeiro e mais “planificado” no segundo, visaram resolver o problema econômico da escassez da mão de obra, apresentado por Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*. A “onda” migratória do segundo foi ocasionada pela celebração dos Acordos de Washington, cuja origem reside nas intrincadas relações entre Alemanha, Brasil e EUA em período que antecede a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Na seção a seguir, serão analisadas as relações exteriores do Brasil com os EUA e Alemanha, contexto histórico que antecedeu a assinatura dos Acordos de Washington.

1.2 AS RELAÇÕES ENTRE ALEMANHA, BRASIL E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA ANTES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O Brasil, antes de eclodir a Segunda Guerra Mundial, era um país majoritariamente rural e com população concentrada na faixa litorânea⁴². Por esse motivo, Getúlio Vargas inseriu, em seu plano de governo, o discurso da “Marcha para o Oeste”, que visava promover a “unidade nacional por meio da integração nacional⁴³”. Nesse contexto, em visita a Manaus, proferiu, em 1940, o célebre Discurso do Rio Amazonas, em que se ressaltou a ocupação da região Amazônica como parte dessa estratégia de desenvolvimento do Brasil:

⁴¹PINTO, Nélon Prado Alves. **A Política da Borracha no Brasil: a Falência da Borracha Vegetal**. São Paulo: Editora HUCITEC/Conselho Regional de Economia, 1984, p.101.

⁴²MARTINE, George; McGrahan, Gordon. **A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas**. In: BAENINGER, Rosana. **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, p.11-24, 2010, p.11.

⁴³SECRETO, María Verónica. **Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p.21.

(...) Nada nos deterá nessa arrancada, que é o século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar, dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser afinal um simples capítulo da história da terra, e equiparado ao outro grande rio retornar-se-á um capítulo da história da civilização⁴⁴.

O pronunciamento de Vargas deixava claro que a pretensão da modernização do Brasil passava, necessariamente, pela ocupação do interior do país. O objetivo desse discurso era anexar “territórios vazios” ao “corpo da nação”. A “Marcha para o Oeste”, conforme Maria Verônica Secreto deveria “transformar a exploração “nômade em sedentária, e para isso era necessário povoá-la, colonizá-la, fixar o homem à terra⁴⁵”.

No plano político interno, o governo brasileiro implementou um regime autoritário a fim de promover um projeto de “modernização conservadora⁴⁶”, caracterizada pela combinação do modo de produção capitalista estatizante com a emergência de governos autocráticos e nacionalistas. A fim de implementar esse projeto, fez-se necessário ocupar vastas áreas do interior do território nacional, de modo a superar um passado colonial e lançar-se em futuro mundo urbano-industrial⁴⁷. A expansão ideológica nacionalista, aspecto distintivo do Estado Novo varguista, estava integrada ao aumento de industrialização e ao crescimento das cidades. Contudo, conforme assinala Dennison de Oliveira, o projeto ideológico estadonovista não se restringia a viés meramente econômico:

A ambição das elites dirigentes do Estado Novo varguista, contudo, era ainda maior: buscava-se tornar o país autossuficiente na fabricação de todas as armas indispensáveis à guerra moderna, de uma vez só e para sempre. Nesse sentido, é reveladora a transcrição da fala de Dutra a Vargas que abre este texto introdutório. É manifesto o propósito de construir no Brasil um

⁴⁴BENCHIMOL, Samuel. **Romanceiro da Batalha da Borracha, Manaus**: Imprensa Oficial, 1992. p.70.

⁴⁵SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p.23.

⁴⁶PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: sua Origem e Utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza. v.4, nº 3, p. 412-424, jul-set, 2009, p.412.

⁴⁷GOMES, Angela de Castro. **População e Sociedade**. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Olhando para Dentro 1930 – 1964. História do Brasil Nação: 1808 – 2010**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, v. 4, p. 41-89, 2013, p.43.

autêntico e pujante complexo militar, propiciando à nação autonomia na fabricação de todos os artefatos e equipamentos bélicos⁴⁸.

A modernização brasileira, que após a Crise de 1929, esteve associada ao processo de industrialização do país e à ruptura com o modelo agroexportador, teve entre os militares do Exército brasileiro uma importante base de apoio. Para Fernando da Silva Rodrigues, havia clara identificação dos setores militares com o processo de industrialização do Brasil. Essa identificação se justificava pela vulnerabilidade econômica apresentada pelo Brasil, à época, em relação a países, tecnologicamente, mais avançados em matéria de produção de armamentos:

A categoria dos militares representados por seus oficiais tornou-se cada vez mais preocupada com o que considerava a fragilidade da Instituição, ou seja, a dependência econômica dos Estados periféricos em relação aos grandes centros industrialmente mais avançados na obtenção de material bélico⁴⁹.

Esse trecho denota a pretensão geopolítica dos dirigentes políticos e militares do período, ou seja, que consistia em formar um Exército moderno com as armas e equipamentos que pudessem ser empregados contra dissidentes internos e contra o inimigo externo⁵⁰. Ainda em 1937, o então Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, confirma esse entendimento no excerto abaixo:

Seria mentir à nação dizer que estamos armados, em condições de lhe guardar e defender o enorme patrimônio. A verdade [...] é que o Brasil é um Estado desarmado. [...] Temos um povo brioso, patriota e bravo. Conhecemos as energias armazenadas em quase 50 milhões de habitantes [...] é doloroso, mas é sincero confessar: o que possuímos em recursos materiais é insuficiente para as nossas exigências internas. [...] Não podemos parar quando outros povos avançam⁵¹.

Menciona-se como parte do projeto varguista de reestruturação das Forças Armadas, por meio da modernização de armamentos e de equipamentos, a construção

⁴⁸OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015. p. 25-26.

⁴⁹RODRIGUES, Fernando da Silva. O Pensamento Político Brasileiro dos Anos 1930 e 1940: o Caso do Nacionalismo Estatista. **Revista Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, jan. /jun., p. 11-26, 2014, p.20.

⁵⁰MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 – 1937**: tradução Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.528.

⁵¹MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 – 1937**: tradução Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.528.

de um complexo siderúrgico nacional, que deveria possibilitar a consolidação da indústria de base no país. Essa medida econômica poderia trazer ganhos políticos ao governo ditatorial, para que este pudesse eliminar o ativismo político e o regionalismo dissidente⁵². Nesse sentido, pode-se afirmar que, durante o período do Estado Novo, os projetos político e econômico do Brasil visavam atender a um mesmo objetivo, isto é, aumentar o grau de segurança interna e externa do país.

No que concerne à política de comércio exterior, a estratégia de Vargas, caracterizou-se pela diversificação das parcerias. Na segunda metade da década de 1930, Brasil e Alemanha assinaram o Acordo Comercial Provisório, de 8 de junho de 1936, que concedeu “tratamento aduaneiro incondicional e ilimitado da nação mais favorecida a produtos da Alemanha⁵³”. Cabe ressaltar que a Alemanha havia reformulado sua política comercial e passava a adotar métodos que refutavam o multilateralismo (ação coordenada entre vários países) e enfatizavam o bilateralismo (intercâmbio entre dois países), por meio dos Acordos de Compensação (1934 e 1936), que devem ser compreendidos, conforme Claudia Santos e Karla Lisandra Gobo, na seguinte conjuntura:

O aumento da produção de algodão no Brasil favorecia a Alemanha que tinha como objetivo importar matérias-primas, assim como a Alemanha se mostrava uma opção para seus objetivos que era o de industrialização, no qual a Alemanha poderia oferecer investimento e tecnologia; ambas se complementavam de acordo com seus interesses. É quando a Alemanha adotava em sua prática, os marcos de compensação, em que dentro de acordos bilaterais, quando um país vende à Alemanha, este obrigatoriamente compra da Alemanha. Este sistema também se aplica às relações germano-brasileiras⁵⁴.

Francisco Luiz Corsi argumenta que o Brasil se aproveitou consideravelmente do comércio com a Alemanha desde o início das negociações até a celebração dos ajustes de compensação, que foram realizados sucessivamente até 1939. Evidencia-se que, durante longo período, o comércio estabelecido entre os dois países caracterizou-se

⁵²MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 – 1937**: tradução Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.528-529.

⁵³BRASIL. Acordo Comercial Brasil-Alemanha. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1936/b_5/at_download/arquivo>. Acesso em: 23 de novembro de 2016.

⁵⁴SANTOS, Claudia; GOBO, Karla Lisandra. **Relações entre Brasil e Alemanha: Equidistância Pragmática e a Busca pela Autonomia Nacional (1930-1961)**. *Ius Gentium* - Curitiba, ano 7, n. 14, p. 27-52, jul/dez 2013, p.38.

pela interdependência, devido, particularmente, à demanda da Alemanha por produtos exportados pelo Brasil que, à época, era um importante fornecedor de bens primários, como algodão, couro, frutas cítricas e café⁵⁵.

Nesse comércio bilateral, a Alemanha objetivava obter bens primários brasileiros e, em contrapartida, o Brasil era beneficiado pelo ingresso de investimentos financeiros e de produtos manufaturados alemães⁵⁶. A fim de fortalecer o arsenal bélico do Exército brasileiro, foram comprados modernos canhões antiaéreos da empresa *Fried Krupp*⁵⁷. Consta-se, dessa forma, que o comércio de armas e de materiais bélicos constituía componente importante das relações Brasil-Alemanha entre 1937 e 1942.⁵⁸ De acordo com Andrea Helena Petry Rahmeier: “outro fator que intensificou as relações comerciais foi à possibilidade do comércio de compensação entre Brasil e Alemanha atender às intenções das Forças Armadas do Brasil, pois permitia a compra de material bélico das empresas alemãs”⁵⁹. Rodrigo Trespach afirma que além dos equipamentos militares, existiam as missões de intercâmbios dos militares brasileiros⁶⁰.

Ressalte-se que, nesse período, o algodão era considerado insumo estratégico para atender às necessidades da economia alemã, uma vez que, poderia ser utilizado na fabricação de uniformes militares e de bandagens para uso hospitalar. Além disso, o Brasil era o único país a produzir todos os tipos de fibras de algodão capazes de abastecer todo o mercado mundial. O couro brasileiro era outro insumo que tinha muita importância para a economia alemã, sobretudo para a fabricação de coldres, de cintos, de arreios para cavalos e de calçados. A relação com o Brasil era considerada

⁵⁵CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, P.62.

⁵⁶CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC) DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. A Era Vargas: dos Anos 20 a 1945. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RelacoesInternacionais>>. Acesso em: 1º de agosto de 2016.

⁵⁷JATAI, Iury Gomes. O Brasil Vai às Compras: a Aquisição de Material Bélico para o Exército Brasileiro e as Relações comerciais entre Brasil, Alemanha e Estados Unidos durante o Estado Novo. Disponível em: <http://www.portalfeb.com.br/o-brasil-vai-as-compras-fried-krupp/>. Acesso em: 1º de agosto de 2016.

⁵⁸MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 – 1937**: tradução Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.456.

⁵⁹RAHMEIER, Andrea Helena Petry. **Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)**. [Tese Doutorado]. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS, 2009, p.89.

⁶⁰TRESPACH, Rodrigo. **Histórias não (ou mal) contadas: Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2017, p. 148.

estratégica para a Alemanha, pois, de outra forma, o país europeu não poderia importar esses produtos.

O aumento do comércio com a Alemanha gerou alguns desentendimentos entre Brasil e EUA. Claudia Santos e Karla Lisandra Gobo argumentam que, conforme a perspectiva de livre comércio norte-americana, o Brasil não deveria impor restrições aos fluxos do comércio internacional, como fez o governo brasileiro ao reduzir as tarifas à Alemanha no intercâmbio de carne e de arroz. Vargas, por seu turno, em matéria de comércio exterior, objetivava encontrar um modo de garantir os compromissos assumidos com os EUA, sem, no entanto, abandonar os acordos de compensação mantidos com a Alemanha⁶¹. Em suma, a política comercial do governo brasileiro visava obter vantagens e dividendos tanto da Alemanha quanto dos EUA.

Uma das respostas imediatas das economias avançadas, com a Alemanha e os EUA, para a Crise de 1929 foi à adoção de medidas protecionistas em matéria de comércio exterior. Entretanto, essas medidas não surtiram os efeitos desejados para retomada do crescimento econômico. Nesse contexto, “os governos alemão e norte-americano entenderam que a saída para suas respectivas crises econômicas era a reativação do comércio internacional⁶²”. Luiz Corsi, no seguinte trecho, apresenta a Grande Depressão como a principal causa da desarticulação da economia mundial nos primeiros anos da década de 1930:

O esmorecimento da tendência à integração econômica se deveu à desarticulação da economia mundial causada pela Grande Depressão. A queda vertiginosa do comércio internacional, o desmoronamento do padrão-ouro, a quase cessação dos investimentos de longo prazo e dos empréstimos, a onda generalizada de moratórias das dívidas externas, a interrupção dos fluxos migratórios, as crises financeiras e cambiais, o desemprego generalizado e a drástica redução da atividade econômica tenderam a desarticular a economia mundial⁶³.

⁶¹CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 62-63.

⁶²CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC) DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A Era Vargas: dos Anos 20 a 1945**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RelacoesInternacionais>>. Acesso em: 1º de agosto de 2016.

⁶³CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p.27.

Para superar as dificuldades trazidas pela Crise de 1929, muitos países tomaram como ponto de partida iniciativas de intervenção do Estado na economia (como o New Deal norte-americano, formulado em 1935) e de estímulo ao mercado interno e externo mediante a intensificação do intercâmbio comercial. Os países da América Latina beneficiaram-se dessa conjuntura; em que, para o governo brasileiro, significou uma oportunidade de reestruturar sua economia por meio da ampliação das vendas de produtos primários no mercado internacional.

Ao longo de quase toda a década de 1930, as relações entre Brasil e EUA, de um lado, e entre Brasil e Alemanha, de outro, distinguiam-se nos planos econômico e ideológico. Diante do governo brasileiro, os norte-americanos defendiam os valores democrático-liberais e as ideias pan-americanistas (Política da Boa Vizinhança de Frank Delano Roosevelt, inaugurada em 1933) e os princípios do livre-comércio. Já a Alemanha, adotou o nazismo como marco ideológico, defendendo o autoritarismo antiparlamentar e nacionalista. Além disso, os alemães buscaram um sistema compensado de comércio bilateral, sem intermediação de moeda forte, que garantisse um saldo de divisa a seu favor. Essas diferenças explicam a assinatura do governo brasileiro, com a Alemanha, dos Acordos de Compensação (1934 e 1936) e, com os EUA, do Tratado Comercial (1935).

Em contraste com o intercâmbio Brasil-EUA, o comércio bilateral Brasil-Alemanha, pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial, adquiria crescimento expressivo, o que transformava o país europeu em um dos principais parceiros comerciais do Brasil no final da década de 1930. Inicialmente, a Alemanha, mais do que os EUA, apresentava como vantagem a possibilidade de suprir as deficiências tecnológicas do Exército brasileiro e de construir duas usinas siderúrgicas no país. Nessas circunstâncias, o governo norte-americano, com vistas à de neutralizar a influência alemã na região latino-americana, passou a enfatizar, a partir de 1938, a chamada “Política de Boa Vizinhança”, que se intensificou em variados níveis⁶⁴, como elucidada André Cezar Siqueira na citação abaixo:

⁶⁴CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 91.

Os EUA poderiam abandonar sua política de interferência e, principalmente, de intervenção militar; reconhecimento de igualdade jurídica de todas as nações americanas, na teoria e na prática; necessidade de consultas interamericanas sempre que os problemas no interior de uma república ameaçassem se tornar fonte de perigo para as outras (âmbito do Panamericanismo); e chegar a um acordo para cooperar de todas as maneiras praticáveis, de modo a fazer avançar o bem-estar dos povos das Américas⁶⁵.

A Política da Boa Vizinhança, criada pelo presidente Franklin Delano Roosevelt, caracterizava-se pela prática intervencionista adotada pela “Doutrina de Monroe⁶⁶”, ou seja, o que se objetivava era o estabelecimento de afinidades diplomáticas por meio de acordos econômicos e de cooperação militar para restringir a influência europeia nas Américas. Ao mesmo tempo, os EUA criavam condições para se recuperar dos prejuízos ocasionados pelo *Crash* de 1929. O Brasil foi o objeto preferencial dessa Política da Boa Vizinhança, em virtude da posição estratégica que esse país sul-americano ocupava no âmbito da política de defesa hemisférica dos EUA contra o expansionismo alemão.

Em 1937, ano em que teve início o Estado Novo, o governo brasileiro adotou medidas contrárias ao influxo de capital estrangeiro no país, ao decretar a moratória da dívida externa e instituir o monopólio sobre o câmbio. A fim de conter a crise cambial, essas medidas pretendiam estimular o crescimento da economia brasileira por meio de uma política de sustentação do preço do café, da liberação do câmbio e do rompimento com os fazendeiros de São Paulo⁶⁷. Para Luiz Alberto Moniz Bandeira, a suspensão do pagamento da dívida externa foi concebida pelos EUA como manobra política de Vargas:

O governo dos Estados Unidos não entendia o alegado agravamento da crise financeira, quando o ministro da Fazenda proclamara em Washington que a situação do Brasil estava boa, havia pouco tempo. O embaixador americano Jefferson Caffery, duvidando da promessa de preservação das instituições

⁶⁵SIQUEIRA, André Cezar. Evolução da política militar norte-americana na ocupação do Saliente Nordeste. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro: Edição Especial, v. 151, n. ISSN0101-7184, p. 4-10, 1º quadrimestre, 2015, p. 4-5.

⁶⁶KUHN, Byron; ARÉVALO, Raquel. A Doutrina Monroe e suas Influências: Impactos nas Américas. Disponível em: http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/8848/1/01_A%20Doutrina%20Monroe%20e%20suas%20influ%C3%Aancias.pdf. Acesso em: 3 de agosto de 2016.

⁶⁷BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.360.

democráticas sob o Estado Novo, viu na suspensão do pagamento das dívidas externas uma jogada de Vargas por motivos de política interna⁶⁸.

Apesar das suspeitas apresentadas pelo embaixador norte-americano, o governo dos EUA evitou adotar medidas de retaliação e manteve, quase que sem qualquer modificação, os pressupostos da Política da Boa Vizinhança em relação ao Brasil. Na verdade, os EUA não concordavam em pressionar o Brasil para honrar o pagamento da dívida, mas alertava que essa situação poderia prejudicar a consignação de créditos futuros.

O Brasil, com vistas a tranquilizar o governo norte-americano, defendia a tese de que “a instauração do Estado Novo nada tinha a ver com as ideias políticas do nazifascismo e que as medidas restritivas ao capital estrangeiro”⁶⁹ decorriam da difícil situação que o país experimentava no âmbito do comércio exterior. No início de 1939, a fim de superar esse impasse, o presidente Roosevelt convidou Aranha para participar de reunião em Washington, em que se discutiram assuntos de interesse de ambos os países.

Para o governo norte-americano, essa reunião, parte da chamada Missão Aranha, além de ampliar o estreitamento nas relações bilaterais Brasil-EUA, representava uma possibilidade de reduzir a influência econômica e política da Alemanha no país sul-americano. Durante a reunião, a agenda apresentada pelo Departamento de Estado norte-americano incluía o Programa Brasileiro de Defesa Nacional e a possibilidade de intervenção dos EUA para liquidar as dívidas contraídas pelo Brasil. Conforme Pérola Mourão de Souza Sardo de Abreu Pereira, a análise de Luiz Alberto Moniz Bandeira sobre a Missão Aranha sugere que o convite feito ao então chanceler brasileiro constituiu um plano de Sumner Welles⁷⁰, à época, subsecretário de estado norte-americano, para explorar a rivalidade argentino-brasileira e, com isso, obter apoio do Brasil em um eventual conflito armamentista no transcorrer da guerra.

⁶⁸BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.361.

⁶⁹CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 92-93.

⁷⁰PEREIRA, Pérola Mourão de Souza Sardo de Abreu. **As Relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial: Atores e Dinâmicas da Construção da Aliança (1939-1944)**. [Dissertação Mestrado]. Instituto de Relações Internacionais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. UNB, 2013.

Menciona-se que esse Plano não atendia às pretensões de Aranha, que exigia dos EUA ajuda militar em caso de emergência de guerra e que Forças Armadas brasileiras fossem consideradas forças suplementares de auxílio⁷¹. Em resumo, a proposta norte-americana implicava num custo, que apenas viria a ser liquidado pelo governo brasileiro ao longo da Segunda Guerra, quando foram celebrados acordos comerciais importantes que facilitaram a exportação de matérias-primas brasileiras para os EUA.

No início de 1939, o governo brasileiro, por intermédio de Oswaldo Aranha, recebeu convite formal dos EUA para participar de reunião com representantes da Secretaria do Tesouro norte-americano. O encontro visava à negociação de assuntos importantes para a economia de ambos os países. Vargas aceitou o convite e solicitou a Aranha a elaboração de um parecer sobre a pauta a ser discutida no encontro, que, em consonância com trecho a seguir, foi dividida em três partes:

A pauta a ser discutida com a Secretaria do Tesouro dividia-se em três blocos. O primeiro versava sobre os problemas cambiais e as possíveis medidas de auxílio do governo norte-americano para resolvê-los. O segundo consistia nas discussões sobre o desenvolvimento econômico do Brasil, estando incluídas nesse ponto as discussões referentes ao plano de desenvolvimento, às formas de financiamento, à avaliação do equipamento e do material necessário para sua execução e ao impacto dessas medidas no balanço de pagamentos. O terceiro versava acerca da criação de um banco central⁷².

A perspectiva do governo estadunidense era a de que para se aproximar do Brasil se fazia necessário atender ao projeto desenvolvimentista deste país, que deveria se materializar por meio da criação de uma indústria de base e da modernização do setor de infraestrutura (energia, transporte e comunicação). Essa perspectiva tinha, também, a finalidade de reorganizar a economia mundial, com base em políticas de estímulo ao pleno emprego. Os EUA, ainda, propunham medidas voltadas ao estímulo do comércio bilateral, que, conseqüentemente, gerariam as divisas necessárias à estabilização cambial e monetária, ao pagamento da dívida externa e dos atrasados comerciais⁷³.

⁷¹BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 365.

⁷²CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 100-101.

⁷³CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 103.

Após ter recebido o convite formal de Roosevelt, em 1939, Vargas reuniu-se com os Ministros da Guerra, da Marinha, da Fazenda e das Relações Exteriores para discutir as propostas da pauta norte-americana. Nessa reunião, como afirma Corsi, os temas discutidos por Vargas e seus ministros foram comércio e câmbio, dívida externa, banco central, cooperação econômica e cooperação militar:

[...] 1. Comércio e câmbio: empréstimo com prazo de cinco anos de pagamentos para saldar congelados comerciais “em troca de liberdade para comércio normal”. As remessas de lucros e dividendos seriam convertidas em investimento ou depósitos ao governo e aguardariam transferência; 2. Dívida externa: não tomaria iniciativa, ficaria aguardando sugestões; 3. Banco central: procuraria acertar créditos de 50 milhões de dólares para a formação de suas reservas; 4. Cooperação econômica: procuraria acertar créditos de 50 milhões de dólares, sendo 20 milhões para a siderurgia e 30 milhões para o setor de transportes e outros investimentos. O pagamento desse empréstimo seria feito parte em dinheiro e parte em matérias-primas. Além disso, procuraria estimular a vinda de capitais norte-americanos para o fomento das indústrias de produtos de exportação necessárias ao EUA; 5. Cooperação militar: maior aproximação com os EUA⁷⁴.

A delegação designada por Vargas com objetivo de representá-lo chegou aos EUA, em 09 de fevereiro de 1939. As negociações mantidas nesse encontro se estenderam até a segunda semana de março desse ano. Na ocasião, Aranha encontrou-se duas vezes com Roosevelt a fim de tratar das propostas apresentadas pelo governo norte-americano ao Brasil, no momento, em que a conjuntura internacional indicava o início de conflito armamentista na Europa. Menciona-se que Aranha foi informado que os EUA estavam se preparando para um eventual conflito e que a estratégia militar desse país incluía a defesa da América do Sul, em que se exigia apoio mais direto do governo brasileiro⁷⁵.

Ciente da estreita relação de setores do governo Vargas com a Alemanha nazista, Roosevelt comentou sobre a iminência de conflito na Europa e alertou aos representantes brasileiros sobre os riscos de se aproximar da Alemanha. Ainda assim, o então mandatário norte-americano afirmava “que a cooperação econômica se faria nas bases por mim sugeridas e que neste sentido já tinha dado suas ordens, porque o

⁷⁴CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 110.

⁷⁵SIQUEIRA, André Cezar. Evolução da política militar norte-americana na ocupação do Saliente Nordeste. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro: Edição Especial, v. 151, n. ISSN0101-7184, p. 4-10, 1º quadrimestre, 2015, p.7.

equipamento do Brasil era necessidade para vocês e uma vantagem para todos nós⁷⁶». Por meio da imprensa, Sumner Welles declarou que os acordos firmados entre as partes tinham sido mutuamente vantajosos, porque liberariam o comércio entre os dois países de restrições prejudiciais e formariam a base de desenvolvimento do comércio em produtos não competitivos⁷⁷.

Em 11 de março de 1939, os acordos tornaram-se públicos, e esse fato gerou uma decepção entre os oficiais brasileiros, que entenderam ser um cerceamento de gastos militares na promessa de retomar os pagamentos da dívida externa. A imprensa e o empresariado nacional não concordaram com o que foi firmado entre Brasil e EUA naquela ocasião⁷⁸. A repercussão da Missão Aranha foi bastante negativa, e os grupos contrários à política defendida pelo chanceler de Vargas aproveitaram as circunstâncias para atacá-lo e isolá-lo⁷⁹. Apesar disso, o Brasil assumiu o encargo de pagar a dívida externa contraída com os EUA, cujo pagamento da primeira parcela teve início no dia 10 de abril de 1939, um ato simbólico como sinal da boa vontade brasileira.

O pagamento da dívida norte-americana exigiu uma reforma no regime cambial brasileiro, que, após reformado, permaneceu inalterado até 1945⁸⁰. Na verdade, essa medida objetivava não apenas atender aos interesses dos EUA, mas também manter os acordos de compensação estabelecidos com a Alemanha, que beneficiavam exportadores de diversos segmentos da economia brasileira. Mesmo diante da repercussão negativa, Vargas adotou as medidas necessárias à implementação dos compromissos assumidos com os EUA em 1939, o que sugere que o ditador estava disposto a sustentar Aranha como Ministro e as obrigações por ele firmadas⁸¹.

⁷⁶Apud CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 116.

⁷⁷MCCANN; Frank D. **Aliança Brasil Estados Unidos: 1937/1945**. Rio de Janeiro: BIBLIEX,1995, p.109-110.

⁷⁸MCCANN; Frank D. **Aliança Brasil Estados Unidos: 1937/1945**. Rio de Janeiro: BIBLIEX,1995, p.110-111.

⁷⁹CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 127.

⁸⁰ABREU, Marcelo de Paiva. **O Processo Econômico**. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.). **Olhando para Dentro 1930 – 1964. História do Brasil Nação: 1808 – 2010**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, v. 4, p. 179 - 227, 2013, p.192.

⁸¹CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p.128.

A partir de 1939, as relações Brasil-EUA tiveram como principal aspecto a garantia da segurança do continente americano. Esse aspecto é evidenciado por duas visitas mútuas realizadas pelos então chefes de Estado-Maior de ambos os países: a primeira, visita do general George Marshall (maio de 1939), e a segunda, visita do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro (junho de 1939)⁸². De acordo com Fernando Rodrigues, a visita do general Marshall teve o propósito de conferir sentido prático à cooperação militar entre o Brasil e os EUA:

Como pode se perceber pela documentação analisada, de fato, os primeiros passos dados no Brasil, com a finalidade de imprimir cunho prático à cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos para a defesa do continente, foram provocados pela visita do General Marshall, no período de 25 de maio a 07 de junho de 1939. Dessa visita, como das duas outras que o Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro fez aos Estados Unidos, não resultou um plano coerente de cooperação militar. No campo das promessas, ficou o governo norte-americano de auxiliar o Brasil com material para dar maior eficácia às ações que o País tivesse de executar. Por sua vez, o governo brasileiro se comprometeu a organizar convenientemente a defesa do Norte e do Nordeste contra possíveis ataques de forças militares dos países do Eixo. Promessas parecem ter sido tudo a que se chegou nessa ocasião, as quais foram se concretizando através de medidas esporádicas, tomadas para atender à pressão dos acontecimentos, enquanto esperavam a solução conjunta do problema⁸³.

Em relação às negociações militares entre Brasil-EUA no final da década de 1930, o objetivo do governo norte-americano era garantir a posição do Brasil como um país-chave na sua política de defesa e de segurança regional, no contexto internacional que, imediatamente, antecedeu à eclosão da Segunda Guerra Mundial. Se Hitler obtivesse o controle da Europa e da África, as forças alemãs ficariam muito próximas das Américas, na medida em que são apenas 2.000 quilômetros (oito horas, de avião) que separam Dakar (Senegal), na África Ocidental Francesa, de Natal, no Nordeste brasileiro⁸⁴.

⁸²LATFALLA, Giovanni. O Estado-Maior do Exército Brasileiro e as Negociações Militares Brasil-Estados Unidos entre os Anos 1938 e 1942. **Caminhos da História**, Vassouras, v.6, n.2, p.61-78, jul./dez., 2010.

⁸³RODRIGUES, Fernando da Silva. O Posicionamento Militar Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial: Aproximação com a Alemanha e Alinhamento com os Estados Unidos da América (1934-1942). **Revista Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, jan. /jun., p. 46-62, 2012, p.58.

⁸⁴MCCANN; Frank D. **Aliança Brasil Estados Unidos: 1937/1945**. Rio de Janeiro: BIBLIEX,1995, p.113.

1.3 DA PREPARAÇÃO À ECLOSÃO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Em 1º de setembro de 1939, teve início a Segunda Guerra Mundial, quando as tropas alemãs invadiram a Polônia por meio de ofensiva designada *Blitzkrieg*, “guerra-relâmpago”. A *Blitzkrieg*, na qual a mecanização e a concentração dos meios compensariam as insuficiências de uma política de armamento, só podia ser implementada em “extensão” e não em “profundidade⁸⁵”. Alguns historiadores contemporâneos afirmam que uma das causas da Segunda Guerra foi à ideia de Hitler de ampliar seus domínios territórios e de obter recursos materiais (especialmente matérias-primas). Assim sendo, os nazistas procuraram travar conflitos com países da Europa com o intuito de promover as disputas imperialistas, que se iniciou desde o último quarto do século XIX.

Em decorrência da hostilidade alemã em relação à Polônia, França e Reino Unido, esses acabaram declarando guerra à Alemanha nazista em 03 de setembro de 1939. Conforme o historiador Eric J. Hobsbawn, a Segunda Guerra, antes de abranger quase todo o mundo, constituía um conflito que se circunscrevia à dinâmica das relações internacionais europeias:

A guerra, portanto começou em 1939 como um conflito puramente europeu e, de fato, depois que a Alemanha entrou na Polônia, que foi derrotada e dividida em três semanas com a agora neutra URSS, como uma guerra puramente europeia ocidental de Alemanha contra Grã-Bretanha e França. Na primavera de 1940, a Alemanha levou de roldão a Noruega, Dinamarca, Países Baixos, Bélgica e França com ridícula facilidade, ocupando os quatros primeiros países e dividindo a França numa zona diretamente ocupada e administrada pelos alemães [...]. Só restou em guerra com a Alemanha a Grã-Bretanha, sob uma coalizão de todas as forças nacionais⁸⁶.

Hobsbawn destaca que, mesmo com o ingresso da França e do Reino Unido na Guerra, esses países não teriam condições de derrotar as forças comandadas por Hitler. As dimensões espaciais do território russo e os esforços de guerra da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foram cruciais para assegurar a derrota da Alemanha Nazista, o que veio a ser confirmado pela vitória soviética na Batalha de

⁸⁵HOBSBAWN, Eric J. **A Era dos Extremos: O Breve séculos XX 1914 -1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 46.

⁸⁶HOBSBAWN, Eric J. **A Era dos Extremos: O Breve séculos XX 1914 -1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 46.

Stalingrado (1942-1943), sendo o ponto de ruptura da derrocada alemã na Segunda Guerra Mundial. Hobsbawn argumenta que, com a incursão das tropas nazistas no território soviético, Stalin ficou desnorteado momentaneamente, mas graças às dimensões das reservas de espaço, força humana, valentia física e patriotismo russo, e um implacável guerra, derrotaram os alemães⁸⁷. Para Stalin, a “[...] guerra nos foi imposta e nosso país deve entregar-se a uma luta de morte contra seu inimigo mais nefasto, mais pérfido, o fascismo alemão⁸⁸”.

Depois da tentativa malograda de invasão da URSS, de acordo com Jean-Pierre Azéma, o Exército alemão passou a demonstrar suas fragilidades no “teatro” de operações europeu⁸⁹. Com efeito, o Exército soviético, em represália, passou a se deslocar para as cidades de Berlim, Praga e Viena, onde, pouco depois, passou a dominar e ocupar territórios que estavam sob o controle dos nazistas.

Após a deflagração da Segunda Guerra, o Brasil e os EUA adotaram uma política de neutralidade diante das animosidades europeias. Apesar dessa política, ainda em 1939, os EUA passaram a vender armas para os aliados, sobretudo para França e para o Reino Unido⁹⁰. A participação norte-americana no grande conflito mundial veio a se efetivar apenas em 1941, após o ataque japonês à base de *Pearl Harbor*, enquanto que a brasileira teve como marco referencial a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no início de 1942. Sobre o ataque a *Pearl Harbor*, Moniz Bandeira argumenta que: “...proporcionou a Roosevelt o pretexto que ele esperava para vencer resistência e lançar os Estados Unidos, abertamente, no conflito contra o Eixo. A partir desse momento, o Brasil não mais poderia conservar-se neutro⁹¹”.

⁸⁷HOBBSAWN, Eric J. **A Era dos Extremos: O Breve séculos XX 1914 -1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 47.

⁸⁸AZÉMA, Jean-Pierre. **A Guerra**. In: RÉMOND, René (organizador). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, p. 401-435,1996, p. 415.

⁸⁹AZÉMA, Jean-Pierre. **A Guerra**. In: RÉMOND, René (organizador). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, p. 401-435,1996, p. 415.

⁹⁰CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p.165.

⁹¹BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.392.

A Segunda Guerra Mundial evidenciou a importância geopolítica do espaço sul-americano para a estratégia de defesa dos EUA, que não dependiam apenas de fontes de matérias-primas, indispensáveis à consolidação da indústria bélica desse país, como também precisavam assegurar e manter a segurança do litoral do Atlântico Sul durante o conflito. No que concerne à região Nordeste do Brasil, os EUA elaboraram vários planos militares que previam a ocupação militar do Saliente Nordestino, que abrangia os estados de Alagoas, de Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Receosos de uma possível invasão estrangeira do Canal do Panamá, os norte-americanos planejavam, igualmente, um controle mais cuidadoso de áreas específicas da região Norte do Brasil⁹². Moniz Bandeira elucida as razões para que os EUA estabelecessem as bases aéreas e navais no Saliente Nordestino:

Daí a pressão para que o Brasil permitisse a implantação de bases navais e aéreas nas principais cidades litorâneas do Nordeste, de onde os aviões da IV Frota americana, fundada em Recife, pudessem realizar voos diários, através do Cinturão do Atlântico Sul (Saliente Nordestino - ilha de Ascensão - África) com a missão de patrulhar o oceano, entre as bases de Natal e Ascensão, visando a detectar submarinos do Eixo e, principalmente, navios furadores de bloqueio, que transportavam da Ásia, sobretudo, matérias-primas estratégicas para o esforço de guerra da Alemanha⁹³.

A região Nordeste, na perspectiva brasileira, não era objeto de ameaça mais grave desde a expulsão dos holandeses, em 1654, de modo que o governo brasileiro, em contraste com o que propunha os EUA, concebia como pouco provável uma invasão transatlântica⁹⁴. Mesmo assim, Vargas sustentava uma política de neutralidade após a emergência das animosidades europeias, em 1939, por meio de estratégia que visava manter equilíbrio “pragmático” entre Alemanha e os EUA⁹⁵. Essa estratégia, na verdade, tinha como finalidade estimular o processo de modernização econômica do país e de reequipamento das Forças Armadas brasileiras.

⁹²OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015, p.40.

⁹³BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A Importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos. **Revista Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 50, jul. /dez., p. 7-35, 2008, p.12-13.

⁹⁴MCCANN; Frank D. **Aliança Brasil Estados Unidos: 1937/1945**. Rio de Janeiro: BIBLIEX,1995, p.113.

⁹⁵ALVES, Vágner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História de um Envolvimento Forçado**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2002, p. 58.

O interesse de longo prazo da Política Externa norte-americana em trazer o Brasil para sua esfera de influência e a iminência de um conflito bélico no continente europeu constituíram condições favoráveis para que o governo brasileiro pudesse “barganhar” o apoio dos EUA durante a Segunda Guerra⁹⁶. Para Dennison de Oliveira, as circunstâncias não foram só estratégicas, mas também econômicas, sobretudo de natureza comercial:

Com a eclosão da guerra em 1939 tem início à liquidação do comércio alé-
mar das potências do Eixo, excluindo para o Brasil a opção de barganhar com
as demandas da Alemanha ou dos EUA. Restaram somente os Estados
Unidos como parceiro internacional para as iniciativas de maior envergadura
que o governo brasileiro tivesse de empreender.

Entende-se, pois a tentativa de diversas instâncias do governo brasileiro de
influenciar a negociação com os EUA no sentido de se obter apoio para
diferentes projetos de desenvolvimento econômico e industrial, sem excluir
naturalmente a busca no imediato de fornecimentos de armas modernas para
suas forças militares⁹⁷.

Nesse contexto, a relação comercial com a Alemanha ficou prejudicada, principalmente após o bloqueio marítimo decretado pelo Reino Unido contra os navios alemães em novembro de 1939, embora o Brasil apenas viesse a romper relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha e com a Itália e a declarar guerra a esses países no ano de 1942. Por razões mais econômicas do que política, reduzia-se a possibilidade de o Brasil se aproximar militarmente da Alemanha, no momento em que aquele perdia o acesso a boa parte dos mercados europeus, tornando-se, dessa forma, mais vulnerável às pressões comerciais norte-americanas⁹⁸.

Mesmo após a decretação do bloqueio marítimo contra a Alemanha, o Brasil continuava a adquirir material bélico alemão, o que causou considerável tensão diplomática com o Reino Unido. A partir desse momento, a margem de manobra do governo Vargas, no campo dessa nova correlação de forças internacionais, tornou-se

⁹⁶ALVES, Vágner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História de um Envolvimento Forçado**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2002, p. 74.

⁹⁷OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015, p. 76.

⁹⁸CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p.289.

bastante estreita⁹⁹. Nesse sentido, o Brasil teve que abandonar sua política pendular de negociação, sustentada pelo equilíbrio pragmático, e voltou-se para os EUA como aliado preferencial.

Um pouco antes da decretação do bloqueio, Vargas havia instituído o Decreto-Lei nº 1.561, de 2 de setembro de 1939, que proibia a organização, no território brasileiro, de grupos de apoio às forças beligerantes. De acordo com Artigo 4º desse ato normativo, “é vedada a formação em território brasileiro de corpos de combatentes para servirem a qualquer dos beligerantes, e bem assim à instalação de escritórios, agências ou ofícios de alistamento, quer dos próprios nacionais, dos beligerantes, quer de brasileiros ou de naturais de outros países¹⁰⁰”. Esse Decreto-Lei restringia, também, a arrecadação de recursos para compor fundos das nações que estavam em guerra, exceto os recursos destinados ao custeio dos serviços prestados pela Cruz Vermelha¹⁰¹.

O conteúdo do Decreto demonstrava o receio do governo brasileiro de ter navios alemães ancorados em seus portos, especialmente naqueles localizados em estados da região Sul, com outros propósitos que não tivessem dispostos na legislação da época, que determinava o seguinte: “é absolutamente interdito aos beligerantes fazerem do litoral e das águas territoriais brasileiras base de operações navais contra os adversários. É igualmente vedada aos beligerantes receber nos portos do Brasil gêneros vindos diretamente para eles em navios de qualquer nacionalidade¹⁰²”. Com isso, o governo brasileiro objetivava, concomitantemente, manter a paz e ampliar a fiscalização sobre o território nacional.

A aproximação militar entre o Brasil e os EUA para fins de proteção do continente americano remonta à realização da VIII Conferência Pan-Americana de Lima, de 1938, em que foram reafirmados os princípios da solidariedade hemisférica, da segurança coletiva contra ameaças externas, do não reconhecimento do uso da força em

⁹⁹OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015, p. 44.

¹⁰⁰BRASIL. Decreto-Lei nº 1.561, de 2 de setembro de 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1561-2-setembro-1939-411486-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 de junho de 2016.

¹⁰¹BRASIL. Decreto-Lei nº 1.561, de 2 de setembro de 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1561-2-setembro-1939-411486-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 de junho de 2016.

¹⁰²BRASIL. Decreto-Lei nº 1.561, de 2 de setembro de 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1561-2-setembro-1939-411486-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 de junho de 2016.

aquisições territoriais e o estabelecido numa reunião não protocolar entre os Ministros das Relações Exteriores¹⁰³. Entre janeiro e março de 1939, realizou-se a Missão Aranha, que, embora tenha tido como principais consequências à adoção do livre-cambismo e a flexibilização do pagamento da dívida externa pelo governo brasileiro, indicou um estreitamento dos vínculos políticos do Brasil com os EUA, em oposição à Alemanha nazista.

Entre junho e julho de 1939, como se mencionou anteriormente, Góes Monteiro realizou visita aos EUA, a convite de George Marshall, que propôs ao representante brasileiro a venda de equipamentos bélicos em troca de fornecimento de matérias-primas estratégicas. Nessa ocasião, em virtude da iminência da Segunda Guerra, Roosevelt já destacava a relevância geopolítica da região Nordeste do Brasil perante uma eventual participação norte-americana no conflito mundial. A partir do ano de 1940, a fim de assegurar o pleno alinhamento do Brasil à política norte-americana, os EUA passaram a adotar uma série de medidas nos planos econômico e militar.

No fim dos anos de 1940, sob a iniciativa norte-americana e após longos meses de negociação, foi assinado o Acordo Interamericano do Café, cujo objetivo, para os EUA, era “evitar instabilidade político-econômica na região e, ao garantir em certo patamar as exportações em dólares de vários países da América Latina¹⁰⁴...”. Ainda em 1940, foi criado pelo governo norte-americano o órgão conhecido como *Office for the American Republics* (OAR), que em 1941, passou a ser denominado de *Office of the Coordinator of Inter-american Affairs* (OCIAA). O OCIAA era chefiado por Nelson Rockefeller e sua finalidade seria estimular o desenvolvimento das relações comerciais e culturais entre os países das Américas e, assim, incrementar a solidariedade e a cooperação pan-americana em matéria de defesa do hemisfério ocidental¹⁰⁵. Esse órgão exerceu grande influência no Brasil. Conforme afirma Corsi:

No que diz respeito ao Brasil, a ação norte-americana foi abrangente. Concomitantemente às negociações relativas à questão siderúrgica, o governo

¹⁰³SEITENFUS, Ricardo. **A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p.171.

¹⁰⁴CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p.171.

¹⁰⁵OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015, p.41.

Roosevelt procurou garantir a cooperação política e militar de Vargas. Este, por sua vez, a condicionava à ajuda econômica e militar¹⁰⁶.

Nos meses de fevereiro e março de 1941, Brasil e EUA realizaram negociações em que se acordou a compra de armamentos pela parte brasileira, por meio de crédito no valor de 12 milhões de dólares concedido pelo *Export and Import Bank*. Esse acordo não significou o fim das negociações, que se estenderam até maio. De acordo com Corsi:

As negociações eram consideradas importantes pelo governo Vargas, pois a obtenção de equipamento militar, de créditos para financiar projetos de desenvolvimento e a possibilidade de fechar acordos comerciais respondiam a diversos interesses internos e contribuía para solucionar problemas vistos como centrais pelo governo, quais sejam: fortalecimento e modernização das Forças Armadas em um contexto de guerra e de permanente competição com a Argentina; incremento e diversificação das exportações e a obtenção de capitais para financiar o crescimento da economia¹⁰⁷.

Em março de 1941, os EUA apresentaram “proposta concreta de acordo ao governo brasileiro, que se diferenciava das transações até então realizadas quanto à forma de pagamento¹⁰⁸”. O aspecto distintivo dessa proposta estava no fato de que ela garantia aos EUA, durante o período de dois anos, a compra de minerais estratégicos dos brasileiros. Os principais aspectos dessa proposta foram os seguintes:

1. Crédito de 100 milhões de dólares nas bases do *lend and lease*¹⁰⁹ para a compra de armamentos, dividido entre Exército (80 milhões) e Marinha (20 milhões). De imediato, o *Export and Import Bank* concederia um crédito de 12 milhões de dólares, amortizável em cinco anos, a juros de 4% ao ano. 2. Crédito, nas mesmas condições, de 1,2 milhões de dólares para a construção de uma fábrica de motores de avião. 3. Compromisso de comprar durante dois anos minerais até o valor de 25 milhões de dólares. O preço seria acordado periodicamente e acompanharia as condições de mercado¹¹⁰.

¹⁰⁶ CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 168.

¹⁰⁷ CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 172.

¹⁰⁸ CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 172.

¹⁰⁹ CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 166.

¹¹⁰ CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 172.

A ideia de Vargas era obter acordos mais vantajosos que dessem sustentabilidade ao processo de modernização brasileira. As negociações relativas à proposta norte-americana de 1941 concluíram-se em maio desse ano. Em consequência, o Brasil deveria exportar aos EUA bauxita, berílio, cromita, ferro, níquel, diamantes, minério de manganês, mica, cristais de quartzo, borracha, titânio e zircônio¹¹¹. Os EUA, por seu turno, responsabilizavam-se em comprar toda a matéria-prima exportada pelo Brasil nos termos do que havia sido negociado. Ressalte-se que o governo brasileiro não se utilizou do crédito de 12 milhões de dólares disponibilizado pelos EUA, que consideravam essa decisão como uma forma de resistência brasileira e que poderia acarretar prejuízos à cooperação militar prestada ao Brasil.

A proposta apresentada em 1941, também, visava restringir o acesso alemão aos insumos estratégicos exportados pelo Brasil aos EUA e reduzir os preços desses ativos, de modo a evitar o aumento generalizado do valor de certos produtos essenciais ao desenvolvimento da indústria bélica norte-americana. Entre os produtos exportados, a borracha vegetal era a que mais interessava, no plano comercial, aos EUA. Conforme Corsi, com a deflagração da guerra no Pacífico, Roosevelt passou a exigir que todo o excedente da produção da borracha brasileira fosse vendido para a RRC¹¹².

Se, no campo comercial, houve relativa convergência de interesses entre Brasil e EUA, permaneciam pendentes, ainda, alguns ajustes a serem efetuados no plano militar. Nesse sentido, em 23 de maio de 1942, foram criadas duas comissões militares entre Brasil e EUA: a Comissão Conjunta de Defesa Brasil-Estados Unidos (CCDBEU), com sede em Washington, e a Comissão Militar Conjunta Brasil-Estados Unidos (CMMBEU¹¹³). Apesar de desentendimentos iniciais entre os membros da CCDBEU, um consenso foi alcançado entre as partes, já que, segundo Bandeira, aos EUA “não [...] interessava a deflagração de um conflito na retaguarda, que poderia precipitar a

¹¹¹CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 172.

¹¹²CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 179.

¹¹³OLIVEIRA, Dennison de. *Relações Militares Brasil-EUA na Segunda Guerra Mundial: o Caso das Comissões Militares Conjuntas*. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427756986_ARQUIVO_RelacoesBrasilEUA.pdf>. Acesso em: 28 de agosto de 2016.

intervenção dos nazistas, acampados no outro lado do Atlântico¹¹⁴”. Assim como Bandeira, Corsi argumenta que Vargas, ao permitir o estabelecimento de bases militares norte-americanas no território brasileiro, incentivava a implementação de condições favoráveis para inserção dos EUA no Atlântico Sul:

Também foi dada permissão para a esquadra norte-americana do Atlântico Sul utilizar os portos de Recife e Salvador e para os aviões rumo à África fazerem escala no Brasil. O problema do estacionamento de tropas continuou a ser um foco de atritos¹¹⁵.

O acordo sobre o estacionamento de tropas norte-americanas em território brasileiro, conforme análise de Giovanni Latfalla sobre Termo de Ajuste, de 27 de julho de 1941, que se encontra no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), deveria ficar submetido à solicitação do governo brasileiro: “As bases aéreas e navais no território brasileiro seriam comandadas e mantidas por forças brasileiras e só por solicitação, poderiam ser ocupadas por forças americanas¹¹⁶”. Destaca-se que, inicialmente, não havia convergência entre os EUA e o Brasil acerca da política de defesa hemisférica. Para Dutra, um risco a ser considerado nas negociações entre os países seria a possibilidade de violação da soberania brasileira pela parte norte-americana:

A comissão mista americana brasileira, reunida para encarar a possibilidade de defesa conjunta do continente, vem encontrando certas dificuldades na resolução de problemas que motivaram sua reunião, por falta de apoio sólido onde possam se arrimar as negociações em curso, sem quebra de nossa soberania bem dentro dos princípios de cooperação americana [...]. A situação do Brasil está nesse pé: ou vivemos com honra ou sucumbiremos corajosamente, antes que cedermos a quem quer que seja uma parcela qualquer de nossa pátria¹¹⁷.

Dutra e Góes Monteiro, em oposição à postura pró-americana de Aranha, argumentavam que a cooperação militar Brasil-EUA poderia suscitar animosidades por

¹¹⁴BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 388.

¹¹⁵CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p.181.

¹¹⁶LATFALLA, Giovanni. O Estado-Maior do Exército Brasileiro e as Negociações Militares Brasil-Estados Unidos entre os Anos 1938 e 1942. **Caminhos da História**, Vassouras, v.6, n.2, p.61-78, jul./dez., 2010.

¹¹⁷BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório das principais atividades do Ministério da Guerra durante o no de 1941. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1942, p.126.

parte da Alemanha nazista e das forças do Eixo¹¹⁸. De acordo com Moniz Bandeira, a cooperação entre Brasil e EUA, no que diz respeito às iniciativas de defesa hemisférica, era caracterizada por dificuldades e desconfianças¹¹⁹. Mesmo com o relativo distanciamento entre Brasil e EUA no âmbito militar, o chefe do Estado-Maior dos EUA sugeriu a realização de manobras conjuntas pelas Forças Armadas de ambos os países. A sugestão não foi aceita pelo governo brasileiro, sob o argumento de que o país não dispunha de equipamentos para dar suporte às operações.

Em 1941, Brasil e EUA iniciaram negociações de acordo para que a Marinha norte-americana pudesse fazer uso dos portos de Recife e de Salvador, o que deveria assegurar à força naval desse país um patrulhamento mais rigoroso das águas do Atlântico Sul. Cumpre ressaltar a diferença existente entre o Exército e a Marinha dos EUA no que diz respeito à cooperação militar estabelecida, no período em tela, com os países latino-americanos. Diferentemente dos representantes da Marinha norte-americana, os do Exército eram contrários ao fornecimento de equipamentos bélicos para América Latina¹²⁰.

A entrada dos EUA na Segunda Guerra decorreu do ataque do Japão à base norte-americana de *Pearl Harbor*. A ofensiva nipônica, inicialmente, concentrada no oceano Pacífico, estendeu-se para o Atlântico, para o Índico e para os mares da China. Hobsbawm argumenta que a Alemanha e o Japão organizavam ofensivas rápidas, mas os recursos bélicos disponíveis desses países eram de tecnologia menos avançada do que os seus rivais¹²¹. Os EUA não admitiam o fato de o Japão ter ocupado a Indochina francesa, em 1940, de forma que impuseram severa pressão econômica sobre o governo nipônico, no que concerne ao acesso às comunicações marítimas¹²².

¹¹⁸BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 389.

¹¹⁹BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 388.

¹²⁰ALVES, Vágner Camilo. Ilusão Desfeita: a "Aliança Especial" Brasil-Estados Unidos e o Poder Naval Brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 48, n. 1, jun. 2005, p. 151-177.

¹²¹HOBBSAWN, Eric J. **A Era dos Extremos: O Breve séculos XX 1914 -1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 45.

¹²²HOBBSAWN, Eric J. **A Era dos Extremos: O Breve séculos XX 1914 -1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 47.

O ataque à *Pearl Harbor* levou o presidente Roosevelt a proferir, no dia 8 de dezembro de 1941, discurso no Congresso dos EUA, em que solicitava a autorização para declaração de guerra contra o Japão, Alemanha e Itália, que compunham as potências do Eixo, “alastrando-se o conflito mundial que explodira em 1939, até então sustentado, agonicamente, pela Inglaterra, França e União Soviética, nas batalhas da Europa Continental¹²³”. Nessa conjuntura, a política de barganha, antes preconizada por Vargas, não poderia mais se sustentar. De acordo com Corsi:

O espaço de manobra do governo Vargas tinha praticamente se esgotado. Aparentemente, havia chegado a hora de uma tomada de posição: de um lado, os EUA, com enorme poder de pressão, exigindo uma clara definição da política brasileira. De outro, as incertezas quanto aos resultados da guerra, que sugeriam uma postura de neutralidades. Somava-se a isso a necessidade de manter boas relações com a Argentina¹²⁴.

Com a supressão do espaço de manobra de Vargas e após sucessivas negociações com os norte-americanos, Brasil e EUA, representados, respectivamente, pelo Ministro da Fazenda Souza Costa e pelo Secretário de Estado Sumner Welles¹²⁵, assinaram os Acordos de Washington, em 03 de março de 1942. Esses acordos representaram o apoio brasileiro aos EUA em período que este havia recém ingressado na Segunda Guerra.

Em 28 de janeiro de 1942, o Brasil rompeu as relações diplomáticas e comerciais com as potências do Eixo¹²⁶, após o encerramento da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro, e, em 22 de agosto desse ano, reconheceu o estado de beligerância com a Alemanha e com a Itália. Pierre Milza afirma que as comissões especializadas, como a III Reunião de Consulta, têm o poder de decidir sobre os compromissos firmados com outros países, embora a política interna pode, igualmente, exercer

¹²³BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia Um Pouco-Antes e Além-Depois**. Manaus: Coleção Amazoniana, 1, Ed. Umberto Calderaro, 1977, p. 204

¹²⁴CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 186.

¹²⁵OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015, p.53.

¹²⁶BRASIL. Portal do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4801&Itemid=478&co_d_pais=DEU&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>. Acesso em: 30 de agosto de 2016.

influência nas decisões tomadas pelos chefes de Estado em diferentes níveis¹²⁷. Além disso, para esse autor, as políticas de Estado podem ter como escopo a localização geográfica de um país ou uma região de interesse. Essa circunstância condiciona a ação diplomática dos agentes internacionais no momento da celebração de acordo ou tratado.

Com o apoio do Brasil aos EUA no conflito mundial, a Alemanha decidiu atacar os navios brasileiros como forma de repúdio, o que acabou agitando com os ânimos dos brasileiros. Esses ataques ocasionaram perdas humanas, o que gerou o aumento de protestos e de comoção popular nas ruas do Brasil¹²⁸. Ao mesmo tempo, observa-se, nesse período, a emergência de iniciativas a favor de ideias liberais e democráticas defendidas pelas potências aliadas, em oposição aos valores autoritários que caracterizavam o regime do Estado Novo¹²⁹.

O estado de comoção nacional criou oportunidade para que o Brasil deixasse sua posição de neutralidade inicial e passasse a tomar parte do conflito, ainda que não ativamente¹³⁰. Em 22 de agosto de 1942, em atendimento ao clamor popular, o governo brasileiro decretou estado de beligerância e, em seguida, estado de guerra, por meio do Decreto nº 10.3580, de 31 de agosto de 1942, contra a Alemanha e a Itália (embora o Japão já integrasse, à época, as forças do Eixo, a declaração de guerra do Brasil a esse país só viria ocorrer em 1945). Essas medidas, para Cordell Hull, o Secretário de Estado norte-americano no período, constituíram ofensa às pretensões do Eixo e permitiram que Brasil e EUA participassem do conflito de forma mais alinhada¹³¹.

1.3.1 Os Acordos de Washington (1942-1946) celebrados entre Brasil e EUA

Antes da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, os governos brasileiros e norte-americanos já negociavam acordos sobre a borracha, que,

¹²⁷MILZA, Pierre. **Política interna e política externa**. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, p. 365-399, 1996, p.381.

¹²⁸ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: Os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015, p. 23.

¹²⁹BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 395.

¹³⁰MONTEIRO, Marcelo. **U-507: O submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2013, p.202.

¹³¹MONTEIRO, Marcelo. **U-507: O submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2013, p.207.

inicialmente, era foco de desentendimento entre as partes¹³². Para resolver essas dificuldades, foi realizada, no início de 1942, a Missão Sousa Costa, de viés eminentemente econômico, que tinha o propósito de fortalecer as relações econômicas entre os países aliados na Segunda Guerra, caracterizadas, no que diz respeito ao Brasil, pela retração dos fluxos de investimentos externos, o que comprometia o processo de desenvolvimento industrial do país¹³³. Para Alves Pinto:

Os “Acordos de Washington” – como ficaram conhecidos mais tarde, abrangiam o período de 1942 a 1946, durante o qual, no que dizia respeito à borracha, sua produção, comercialização, industrialização e exportação passaram a ser controlados diretamente pelo governo federal. Os objetivos básicos de tais acordos eram os de estimular ao máximo a produção extrativista amazônica, de forma a aumentar os excedentes exportáveis para os EUA, ao mesmo tempo em que se racionava o consumo interno da borracha vegetal, substituindo-a por elastômeros ou regenerados, quando possível¹³⁴.

Como decorrência da Missão Sousa Costa, a parte norte-americana comprometeu-se a fornecer material bélico e a parte brasileira, a exportar produtos primários. Esses ajustes constituem a origem do que mais tarde ficaram conhecidos como os Acordos de Washington cuja finalidade principal era propiciar a venda de excedentes de matérias-primas brasileiras aos EUA¹³⁵. De acordo com Gerson Moura, por mais que as negociações tivessem ocorrido de forma equilibrada, eram evidentes as pressões dos EUA para a formalização dos acordos¹³⁶.

Entre as questões tratadas quando da visita de Sousa Costa aos EUA, deve-se mencionar as iniciativas de modernização das Forças Armadas brasileiras, a obtenção de créditos para diversos setores da economia nacional e o intercâmbio de borracha, de

¹³²CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 179.

¹³³CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC) DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A Era Vargas: dos Anos 20 a 1945**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RelacoesInternacionais>>. Acesso em: 8 de agosto de 2016.

¹³⁴PINTO, Nelson Prado Alves. **A Política da Borracha no Brasil: a Falência da Borracha Vegetal**. São Paulo: Editora HUCITEC/Conselho Regional de Economia, 1984, p.94.

¹³⁵CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p.195.

¹³⁶MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência – A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 1980.

minério de ferro, de algodão, de tungstênio, de níquel e de cobalto¹³⁷. Os EUA, ainda, assumiam os compromissos de financiar a produção de materiais estratégicos brasileiros, concederem empréstimos para a exploração de ferro e para a construção da ferrovia Vitória-Minas e criar um fundo, constituído por um montante de US\$ 5 milhões, para incrementar a exploração da borracha¹³⁸.

Os aspectos econômicos dos Acordos de Washington enfatizavam o comércio da borracha, de modo que foi constituída, pelos EUA, a Comissão Baruck, coordenada por Nelson Rockefeller, para verificar a demanda norte-americana do produto¹³⁹. Essa comissão concluiu que a borracha era um bem crítico, que se tornasse escasso poderia trazer graves riscos à estabilidade econômica e à segurança do país. Como pondera Pedro Martinello, a produção da borracha era reconhecida como componente estratégico dos interesses norte-americanos tanto no âmbito militar quanto no civil:

[...]a situação da borracha constitui o mais crítico dos nossos problemas. [...] se não tomarmos medidas corretivas imediatas este país entrará em colapso civil e militar. A crueza dos fatos é de advertência que não pode ser ignorada. Se não forem assegurados a tempo novos suprimentos (naturais ou artificiais), as exigências totais militares e de exportação esgotarão nossos estoques de borracha bruta antes do fim do próximo verão. [...] Os pneumáticos dos veículos civis se estão gastando em proporção oito vezes maior que aquela em que estão sendo substituídos. Se esta proporção e ativer a maioria dos nossos automóveis deixara de circular e, em 1944, haverá completo abandono de 27 milhões de automóveis na América. Temos diante e nós a certeza do consumo; a grave insegurança quanto ao abastecimento. Portanto esta Comissão considera como primeiro dever a conservação de uma reserva de borracha que sustente as nossas Forças Armadas na luta e mantenha em movimento os mecanismos civis essenciais. O único meio de consegui-lo é a realização urgente do nosso gigantesco programa de borracha sintética e pela zelosa salvaguarda de cada onça de borracha existente no país. [...] Quando estivermos em posição segura, libertar-nos-emos de uma fonte de nossas preocupações¹⁴⁰.

¹³⁷CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p.196.

¹³⁸OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015, p.53.

¹³⁹MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha: na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p.88.

¹⁴⁰FONSECA, Cássio. **A Economia da borracha: aspectos internacionais e defesa da produção brasileira**. Rio de Janeiro, Comissão Executiva da Defesa da Borracha, 1950. Apud MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha: na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p.88 e 89.

Estudos conduzidos pela Comissão Baruck¹⁴¹ demonstraram o potencial econômico do Vale do Amazonas, o que suscitou a iniciativa norte-americana de financiamento do setor gomífero, medida que também atendia aos interesses do governo brasileiro¹⁴². À essa época, o mundo atravessava período de agravamento das tensões internacionais em virtude dos desdobramentos da Segunda Guerra. Nessa conjuntura, Vargas fez divulgação, por meio de boletim informativo do governo brasileiro, da existência de 300.000.000 árvores *Hevea brasiliensis* (seringueira) na região amazônica¹⁴³.

Em 3 de outubro de 1942, por meio do Acordo nº 4.686, assinado em Washington, o governo brasileiro formalizou um compromisso que facilitava a aquisição de borracha por parte dos EUA. O Acordo tornava necessária uma efetiva colaboração entre os países americanos a fim de assegurar o suprimento de pneumáticos e de câmaras de ar¹⁴⁴, como já havia sido previamente pactuado entre os representantes governamentais no contexto da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, em 1942.

O texto do Acordo nº 4.686 previa que a borracha fosse produzida no Brasil, onde deveria ser formulado um plano para garantir o fornecimento às nações das Américas, em conformidade com os métodos adotados para os pneumáticos e para as câmaras de ar¹⁴⁵. Trecho do Acordo nº 4.686, de 1942, é reproduzido a seguir:

O Brasil resolve reservar para a sua indústria de artefatos de borracha uma quota anual de consumo de dez mil (10.000) toneladas de peso seco de borracha recuperada, destinada à fabricação de artigos de borracha;
A *Rubber Reserve Company* concorda em comprar e o governo do Brasil concorda em vender à *Rubber Reserve Company*, enquanto vigorar o acordo de 03 de março de 1942 e de conformidade com suas disposições, todos os pneumáticos e câmara de ar fabricados no Brasil;

¹⁴¹A Comissão Baruck, composta por cientistas e políticos, recebeu esse nome em homenagem ao político que a presidiu.

¹⁴²CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 207.

¹⁴³MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha: na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p.93.

¹⁴⁴BRASIL. Acordo nº 4.686, de 3 de outubro de 1942. Acordo Sobre Borracha Celebrado, por Troca de Notas, entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1942/b_24/at_download/arquivo>. Acesso em: 9 de setembro de 2016.

¹⁴⁵BRASIL. Acordo nº 4.686, de 3 de outubro de 1942. Acordo sobre Borracha Celebrado, por Troca de Notas, entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1942/b_24/at_download/arquivo>. Acesso em: 9 de setembro de 2016.

O governo do Brasil providenciará no sentido de que os fabricantes de artefatos de borracha cessem, na medida do possível, a manufatura dos produtos não essenciais, desde que a *Rubber Reserve Company* faça, em compensação, contratos de compra dos artigos essenciais que esses industriais possam produzir;

O governo do Brasil fará todos os esforços para elevar ao máximo o suprimento de borracha recuperada e os Estados Unidos da América facilitarão o embarque;

O governo do Brasil e dos Estados Unidos da América reafirmam o seu propósito de empregar os melhores esforços no sentido de assegurar o fornecimento de pneumático e câmara de ar e de outros artefatos de borracha;

Os Estados Unidos da América envidarão os seus melhores esforços para suprir dos materiais necessários a indústria de borracha no Brasil; Os Estados Unidos da América empregarão os seus melhores esforços para suprir o Brasil de artigos de borracha essenciais para fins militares e industriais, ou de equipamentos para fabricação dos mesmos¹⁴⁶.

Esse texto recebeu anuência do governo brasileiro¹⁴⁷, da RRC (ou RDC¹⁴⁸) norte-americana e da Comissão Especial para a Regulamentação dos Acordos de Washington (ou Comissão de Controle dos Acordos de Washington/CCAW), criada pelo Decreto-Lei nº 4.523, de 25 de julho de 1942, para assegurar a implementação dos acordos sobre a borracha firmados com os EUA. A RDC e CCAW foram os órgãos que representaram, de acordo com Alves Pinto, o núcleo central da “Batalha da Borracha¹⁴⁹”.

Em virtude do acordo firmado, o Brasil era obrigado a fornecer 25% da produção do látex excedente para companhia RRC, que, mais tarde, se transformou na RDC. Em consequência, a RDC deveria prover os seringais amazônicos e as casas aviadoras com gêneros alimentícios, instrumentos de trabalho, meios de transporte e a promoção do envio da borracha para os EUA¹⁵⁰. Esse órgão desempenhava função relevante, pois assegurava o suporte logístico para o deslocamento dos trabalhadores de suas residências para os seringais.

¹⁴⁶BRASIL. Acordo nº 4.686, de 3 de outubro de 1942. Acordo sobre Borracha Celebrado, por Troca de Notas, entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1942/b_24/at_download/arquivo>. Acesso em: 9 de setembro de 2016.

¹⁴⁷DEAN, Warren. **A Luta pela Borracha no Brasil – Um Estudo de História Ecológica**. São Paulo, Nobel, 1989, p.131

¹⁴⁸Em 28 de junho de 1940, foi criada a *Rubber Reserve Company* (RRC), empresa destinada à compra de borracha e instituída com um capital de US\$ 140 milhões.

¹⁴⁹PINTO, Néelson Prado Alves. **Política da Borracha no Brasil: A Falência da Borracha Vegetal**. Hucitec, São Paulo: Editora Hucitec, 1984, p.95.

¹⁵⁰BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia Um Pouco-Antes e Além-Depois**. Manaus: Coleção Amazoniana, 1, Ed. Umberto Calderaro, 1977, p.207.

Entre as diversas matérias-primas brasileiras negociadas por ocasião da Missão Sousa Costa, a borracha vegetal era considerada a mais importante para a indústria norte-americana e para o desenvolvimento das operações militares dos EUA durante a Segunda Guerra. A borracha era, igualmente, artigo bastante apreciado pelo consumidor estadunidense, como se infere do seguinte trecho: “o consumo interno a 10 mil toneladas, das quais 2.500 poderiam ser exportadas na forma de produção manufaturados para outros países da América Latina. Em relação ao preço, ficou estabelecido um preço fixo, que poderia ser revisto de comum acordo após dois anos¹⁵¹”.

Ressalte-se que as relações Brasil-EUA, nesse sentido, proporcionaram o incremento, ainda que não muito vultoso, da produção da borracha na região Norte. Para tanto, foram importantes os investimentos de cinco milhões de dólares pela RDC e de 10 milhões de cruzeiros pelo governo brasileiro¹⁵². O Brasil, com isso, criava um aparato logístico-institucional, por meio da cooperação norte-americana, e, assim, abria muitas frentes operacionais e estratégicas na região. Os objetivos, no entanto, de um e de outro governo, eram, até certo ponto, conflitantes¹⁵³. Os EUA apresentavam interesses caracterizados pela urgência e pelo curto prazo, e o Brasil defendia política desenvolvimentista de longo prazo.

Mesmo após o estabelecimento dos ajustes com os EUA, o Brasil decidiu não vender, de imediato, o percentual da borracha produzida, uma vez que poderia precisar fazer uso desse insumo para atender seus esforços de guerra. Além disso, o governo brasileiro poderia comercializar parcela da produção de borracha não absorvida pelo consumo interno¹⁵⁴. Com efeito, o Brasil teve de designar uma única agência para aquisição e venda do produto no âmbito doméstico ou no estrangeiro¹⁵⁵.

¹⁵¹CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p.208.

¹⁵²CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p.208.

¹⁵³BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia Um Pouco-Antes e Além-Depois**. Manaus: Coleção Amazoniana, 1, Ed. Umberto Calderaro, 1977, p.206.

¹⁵⁴MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha: na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p.108.

¹⁵⁵MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha: na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p.108.

Os EUA cumpriram os termos dos Acordos de Washington e disponibilizaram ao Brasil meios técnicos e os equipamentos necessários para a fabricação da goma elástica¹⁵⁶. O Brasil deveria manter o preço acordado entre as partes, mas caso houvesse alteração no preço atribuído, as comissões envolvidas deveriam consultar ambos os governos antes de deliberar sobre o tema. A CCAW e RDC passaram a atuar de modo constante para a manutenção dos preços.

O governo brasileiro, a fim de expandir a produção da goma elástica, deu início a uma campanha, juntamente com as empresas produtoras desse bem, para ajustar os preços em atendimento à demanda norte-americana. A política adotada pelos governos foi a liberação da reexportação de itens derivados da borracha, caso o consumo se ampliasse em decorrência da luta armada. Com intuito de cumprir os Acordos, não restava ao Brasil alternativa senão aumentar sua produção. Esses acordos deveriam vigorar até o dia 31 de dezembro de 1946, que coincidia com a data de encerramento do principal ajuste sobre borracha, assinado em Washington, em 3 de março de 1942¹⁵⁷, mas que foi extinto quando do fim da Segunda Guerra, em 1945, por decisão norte-americana.

1.3.2 Criação de Órgãos e de Instituições

A criação de alguns órgãos e de instituições do governo estadonovista decorreu de tratado firmado entre Brasil e EUA em 3 de março de 1942, com o propósito de estimular a extração da borracha crua e a produção da borracha manufaturada na Amazônia. Os dois governos organizaram sistema logístico que viabilizou o emprego de mão de obra nos seringais do Vale do Amazonas. Para isso, foram designadas como instâncias organizadoras desse sistema a RDC, pelo lado norte-americano, e a CCAW, pelo lado brasileiro, estruturas administrativas criadas para impulsionar a produção gomífera no Brasil.

¹⁵⁶BRASIL. Acordo nº 4.686, de 3 de outubro de 1942. http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1942/b_24/at_download/arquivo. **Acordo sobre Borracha Celebrado, por Troca de Notas, entre o Brasil e os Estados Unidos da América**. Acesso em: 5 de julho de 2016.

¹⁵⁷BRASIL. Acordo nº 4.686, de 3 de outubro de 1942. http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1942/b_24/at_download/arquivo. **Acordo sobre Borracha Celebrado, por Troca de Notas, entre o Brasil e os Estados Unidos da América**. Acesso em: 5 de julho de 2016.

A CCAW foi criada pelo Decreto-Lei nº 4.523, de 25 de julho de 1942, “com o encargo de superintender a execução dos acordos celebrados com o Governo dos Estados Unidos da América¹⁵⁸”. Esse Decreto previa a criação de órgãos especializados para o cumprimento pleno dos acordos com base, em planos de funcionamento e de organização, como se depreende do excerto abaixo:

A execução dos acordos de que trata o artigo anterior ficará a cargo dos órgãos do serviço público já existentes, na parte que lhes competirem, ou dos que forem especialmente instituídos para esse fim.

A Comissão de Controle dos Acordos de Washington elaborará e submeterá à deliberação do Presidente da República os planos de organização, instalação e funcionamento dos novos órgãos especializados que se tornarem necessários para cumprimento integral dos acordos¹⁵⁹.

O sistema logístico elaborado pela CCAW caracterizava-se por apoiar a extração de borracha, bem como auxiliava na mobilização dos trabalhadores que se deslocavam para os seringais amazônicos. Com efeito, “o governo Vargas criou uma série de organismos visando assegurar esses objetivos, o que, no seu entendimento, estimularia o desenvolvimento geral da região Amazônica¹⁶⁰”, além de fortalecer as instituições já existentes.

Em 17 de abril de 1942, por meio do Decreto-Lei nº 4.275, foi criado o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), logo após a celebração do primeiro acordo sobre a borracha, assinado pelo Brasil e pelos EUA em março desse ano. O SESP, então órgão do antigo Ministério da Educação e Saúde, tinha função precípua de realizar ações no campo da saúde pública e era constituído por representantes do Departamento Nacional de Imigração (DNI), do Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA¹⁶¹) dos EUA, do governo do Estado do Ceará, da RDC e da CCAW. O IAIA consistia em instância do governo norte-americano, que estabeleceu acordos com vários países latino-americanos,

¹⁵⁸BRASIL. Decreto-lei de nº 4.523, de 25 de julho de 1942, artigo 01 - <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4523-25-julho-1942-414589-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 de julho de 2016.

¹⁵⁹BRASIL. Decreto-lei de nº 4.523, de 25 de julho de 1942, artigo 01 - <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4523-25-julho-1942-414589-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 de julho de 2016.

¹⁶⁰CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 209.

¹⁶¹Sobre o Acordo de setembro de 1942, “o IAIA contribuiu com \$ 2.000,00 de dólares para um programa de dois anos enquanto os brasileiros prometeram arrecadar \$ 250.000 em fundos e \$ 1.750.000 em serviços e equipamentos”. MCCANN, 1995, p. 313.

entre eles, o Brasil, para formulação de programas de saúde, de nutrição e de saneamento nas regiões onde seriam construídas as bases militares dos EUA e onde se concentravam áreas produtoras de matérias-primas estratégicas para o setor bélico desse país¹⁶².

Esses programas de saúde beneficiaram as regiões extratoras de matérias-primas como aquelas que se localizavam na Amazônia; no Nordeste, para garantir a saúde nas vizinhanças das bases norte-americanas e no Sul do país, nas imediações da ferrovia Vitória-Minas Gerais¹⁶³. Na Amazônia, os programas criaram dispensários flutuantes (estabelecimentos formados para prestar serviços médicos gratuitos, por meio da distribuição de medicamentos) para atingir populações e famílias isoladas, a fim de garantir o controle de doenças tropicais, além de promover atendimento médico aos soldados norte-americanos e aos trabalhadores que extraíam o látex e o minério de ferro¹⁶⁴.

O SESP, nesse sentido, promoveu o saneamento de áreas produtoras da borracha vegetal e de minério de ferro, como o Vale do Amazonas e também o Vale do Rio Doce. A organização era composta por “equipes de saúde que faziam um grande esforço para erradicar a malária, por meio de métodos preventivos e curativos”¹⁶⁵. As famílias dos migrantes e dos trabalhadores alojados foram beneficiadas pelas iniciativas do SESP. Em certas circunstâncias, o SESP prestava a assistência médica aos alistados. Para Gabriela Alves Miranda, a prestação de serviços de saúde era, em muitos casos, compartilhada entre o SESP e o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMATA) - cujas funções iremos analisar nos parágrafos seguintes¹⁶⁶.

¹⁶²FIGUEIREDO, Regina Érika Domingos de. A cooperação entre Brasil e Estados Unidos no campo da saúde: o Serviço Especial de Saúde Pública e a política sanitária no governo Vargas. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1429-1434, Dez. 2007.

¹⁶³MCCANN; Frank D. **Aliança Brasil Estados Unidos: 1937/1945**. Rio de Janeiro: BIBLIEX,1995, p.312.

¹⁶⁴MCCANN; Frank D. **Aliança Brasil Estados Unidos: 1937/1945**. Rio de Janeiro: BIBLIEX,1995, p.312.

¹⁶⁵MCCANN; Frank D. **Aliança Brasil Estados Unidos: 1937/1945**. Rio de Janeiro: BIBLIEX,1995, p.312.

¹⁶⁶MIRANDA, Gabriela Alves. **Os Doutores e as Imagens da Batalha da Borracha: Entre o Imaginado e o Possível no Recrutamento de Trabalhadores para a Amazônia (1942-1943)**. Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 14º SNHCT, 2014, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, ISBN: 978-85-62707-62-9, 2014, p. 08 a 11, p.04.

<file:///C:/Users/Carlos/Downloads/Gabriela%20Alves%20Miranda.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2016.

À essa época, as doenças mais prevalentes, no Vale do Amazonas, eram a malária e a tuberculose, doenças que deixavam os trabalhadores sem condições para desenvolver suas atividades¹⁶⁷. Para reduzir a transmissão de malária na localidade, os engenheiros do SESP realizaram estudos cujo escopo era proteger as cidades locais das marés e promover a drenagem de terrenos baixos¹⁶⁸. A ideia era trazer melhorias às condições de saúde da população local, particularmente, os seringueiros. Contudo, as condições sanitárias da região amazônica eram tão precárias que essas medidas não geraram os efeitos esperados.

O SESP intensificou o combate à malária por meio da distribuição de atebriina¹⁶⁹, da oferta de transporte aos seringueiros até seus locais de trabalho e do remanejamento da população local¹⁷⁰. As dificuldades enfrentadas por esse órgão eram inúmeras, como se infere desta citação de André Luiz Vieira Campos:

Podemos imaginar as dificuldades dos profissionais do SESP no transporte do medicamento até a população, devido aos obstáculos interpostos pela natureza e aos abusos dos aproveitadores de ocasião. Muitos integrantes da rede distribuidora, aproveitando-se das lacunas no controle da mercadoria, vendiam a droga, que era pra ser gratuita. Ao passo que o SESP inclui entre os seringalistas na sua rede de distribuição, torna-se quase impossível saber se o medicamento é fornecido gratuitamente ou vendido nos barracões¹⁷¹.

A fim de superar essas dificuldades, a agência governamental realizou operações saneadoras nos seringais, com base nas investigações epidemiológicas e em estudos entomológicos. Mesmo assim, as mortes por doença continuavam a ocorrer nos seringais, o que comprometia a saúde dos soldados da borracha e, conseqüentemente, prejudicava sua atividade laboral. Nessa conjuntura, o governo norte-americano propôs

¹⁶⁷MCCANN; Frank D. **Aliança Brasil Estados Unidos: 1937/1945**. Rio de Janeiro: BIBLIEX,1995, p. 313.

¹⁶⁸ANDRADE, Rômulo de Paula. **A Amazônia Vai Ressurgir! Saúde e Saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930 – 1945)**. [Dissertação de Mestrado]. Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, 2007, p. 128.

¹⁶⁹*sf Quím e Farm* Produto derivado da acridina, o qual, por suas propriedades antimaláricas, foi empregado como sucedâneo da quinina. É também ativo contra a giardíase e outras parasitoses. http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/atebrina%20_910589.html. Acesso em: 30 de julho de 2016.

¹⁷⁰ANDRADE, Rômulo de Paula. **A Amazônia Vai Ressurgir! Saúde e Saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930 – 1945)**. [Dissertação de Mestrado]. Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, 2007, p. 129.

¹⁷¹CAMPOS, André Luiz Vieira. **Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas – O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p. 120.

como medida paliativa o emprego da mão de obra indígena nos seringais, para tanto, foi realizada consulta ao Serviço Nacional de Proteção ao Índio (SNPI¹⁷²), mas essa proposta não foi implementada.

Os agentes do SESP promoviam, constantemente, inspeções nos alojamentos dos retirantes. Nesses alojamentos, os retirantes estavam submetidos às condições precárias de higiene e de saneamento e à dieta alimentar pouco nutritiva. Por conseguinte, não raro os migrantes eram acometidos por doenças venéreas, respiratórias e gastrointestinais.

O SESP, a fim resolver os problemas de saúde local, transformou postos médicos em postos de higiene, com a finalidade de oferecer atendimento mais direto aos enfermos¹⁷³. Os serviços oferecidos pelos postos de higiene foram amplamente aproveitados pela comunidade local. Rômulo de Paulo Andrade faz referência à separação dos postos em áreas de atuação: “o programa dividiu a região amazônica em vinte distritos e cinco subdistritos sanitários, o estado do Amazonas ficou com doze, o território do Acre com cinco, o território do Guaporé com dois e o território do Rio Branco com um¹⁷⁴”. De acordo com a divisão político-administrativa do Brasil, modificada pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, os territórios federais do Guaporé (Rondônia) e do Rio Branco (Roraima) foram instituídos a partir do desmembramento dos Estados do Amazonas e do Mato Grosso.

O SESP conduziu treinamentos em escolas públicas, para alunos e para professores, na tentativa de modificar comportamentos que favoreciam a proliferação de doenças. De acordo com Nilo de Charles Brito Bastos, “o SESP, desde o início de suas atividades, procurou ampliar os espaços de atuação da educação sanitária, não somente nos serviços de saúde, mas se estendendo ao ambiente escolar, instituição que alcançaria não apenas os estudantes, como também os pais e a própria comunidade¹⁷⁵”.

¹⁷² Atual Fundação Nacional do Índio (FUNAI), entidade vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania.

¹⁷³ ANDRADE, Rômulo de Paulo. **A Amazônia Vai Ressurgir! Saúde e Saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930 – 1945)**. [Dissertação de Mestrado]. Casa de Oswaldo Cruz, 2007, p. 127. “Postos de higiene construídos pelo SESP no Estado do Pará” – 1942 – 1945/ Relatório do Serviço Especial de Saúde Pública ao MES, Jul- Set. 1945. COC/ AHFSSP II, caixa 9.

¹⁷⁴ ANDRADE, Rômulo de Paulo. **A Amazônia Vai Ressurgir! Saúde e Saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930 – 1945)**. [Dissertação de Mestrado]. Casa de Oswaldo Cruz, 2007, p. 128.

¹⁷⁵ BASTOS, Nilo Charles de Brito. **SESP/FSESP, Evolução histórica: 1942-1991**. Recife: [s.n.], 1993. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 277-290, 2010. Editora UFPR, p. 281.

Outro aspecto a se mencionar sobre o SESP refere-se ao ano de 1960. Neste ano, foi publicada a lei que autorizava a transformação do SESP, numa instituição chamada de Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP), vinculada ao Ministério da Saúde, com jurisdição em todo o território nacional, e sede e foro no Distrito Federal¹⁷⁶. Cabe lembrar que além do SESP, outros setores governamentais do Estado Novo, por exemplo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), estabelecido em 1939, iriam contribuir para divulgar iniciativas da educação sanitária na região.

As divulgações de educação sanitária do SESP eram, também, difundidas por meio de jornais e de revistas e de avisos fixados em restaurantes e em bares localizados próximos aos alojamentos dos migrantes. Para Andrade, “as publicações foram distribuídas entre profissionais de saúde pública e de entidades públicas, como serviços de higiene, prefeituras, sindicatos, escolas, bibliotecas e associações científicas¹⁷⁷”. Era evidente o empenho desse órgão no que concerne à utilização da imprensa como meio para tornar públicas questões relativas às doenças mais comuns na região Norte do Brasil.

No âmbito econômico, foi criado o órgão denominado Banco de Crédito da Borracha (BCB)¹⁷⁸, mediante o Decreto-Lei nº 4.451, de 9 de junho de 1942 (complementado pelos Decretos-Lei nº 5.185, nº 5.651 e nº 5.814, de 12 de janeiro, 5 de julho e 14 de setembro de 1943). O BCB tinha como objetivos realizar operações de crédito, fomentar a produção e o financiamento gomífero e promover o controle sobre a compra e a venda da borracha¹⁷⁹. O banco também poderia exercer função fiscalizadora caso ocorresse o desvio de finalidade na utilização do produto, em conformidade com o artigo 1º do Decreto-Lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1942, que dispõe o seguinte: “toda a borracha produzida no país tem a sua operação final no Banco de Crédito da

¹⁷⁶Artigo 1º da Lei nº 3.750, de 11 de abril 1960, Autoriza o Poder Executivo a transformar em Fundação o Serviço Especial de Saúde Pública, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3750.htm, Acesso em: 02 de maio de 2017.

¹⁷⁷ANDRADE, Rômulo de Paulo. **A Amazônia Vai Ressurgir! Saúde e Saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930 – 1945)**. [Dissertação de Mestrado], Casa de Oswaldo Cruz, 2007, p. 132.

¹⁷⁸BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia Um Pouco-Antes e Além-Depois**. Manaus: Coleção Amazoniana, 1, Ed. Umberto Calderaro, 1977, p.206. “Mais tarde seria transformado em Banco de Crédito da Amazônia, antecessor do atual Banco da Amazônia S/A”.

¹⁷⁹MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha: na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p. 172.

Borracha S.A, que poderá apreender todo aquele produto que, por qualquer motivo, seja desviado do seu trânsito normal e destino¹⁸⁰”.

O BCB, com fundamento no Decreto nº 4.841, deveria centralizar a produção da borracha e realizar a transferência da concessão de uso e da ocupação dos seringais que estavam sob o poder do órgão, conforme se menciona no artigo 2º desse ato normativo:

É prorrogada a continuidade da exploração dos seringais pelos seringalistas, que exerceram suas atividades produtivas regularmente, até a data da publicação desta lei desde que se trate de seringais financiados pelo Banco de Crédito da Amazônia S.A. e enquanto se encontrem em débito para com o mesmo. A transferência, cessão, ou venda de exploração de seringal pelo seringalista financiado pelo Banco de Crédito da Amazônia S.A., ou a este devedor, operar-se-á sempre com anuência prévia do referido Banco; nos demais casos, as citadas operações de venda ou transferência, feitas pelos seringalistas serão obrigatoriamente comunicadas ao Banco de Crédito da Amazônia S.A.¹⁸¹.

As operações realizadas pelo BCB eram determinadas pelo controle que este exercia sobre a produção da borracha. Dessa forma, o banco construiu instalações para armazenar a goma produzida, para abrigar o pessoal responsável pela pesagem, pelo corte e pela classificação do material¹⁸². Os armazéns deveriam estar próximos aos grandes centros urbanos a fim de facilitar o transporte da manufatura.

Antes da criação do BCB, o governo brasileiro havia mediante o Decreto-Lei nº 4.221, de 1º de abril de 1942, atribuído “à Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil a exclusividade das operações finais de compra e venda de borracha de qualquer tipo ou qualidade, quer se destine ao suprimento da indústria nacional, quer se destine à exportação¹⁸³”. O órgão do Banco do Brasil exercia amplo controle sobre a produção gomífera, sobretudo em relação às práticas irregulares de extração da

¹⁸⁰ Artigo 1º do decreto-lei nº 4.841. Dispõe sobre o financiamento a ser concedido pelo Banco de Crédito da Borracha S.A para o desenvolvimento da produção da borracha, e dá outras providências, de 17 de outubro de 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De14841.htm>. Acesso em: 12 de julho de 2016.

¹⁸¹ Artigo 2º do Decreto-Lei nº 4.841. Dispõe sobre o financiamento a ser concedido pelo Banco de Crédito da Borracha S.A para o desenvolvimento da produção da borracha, e dá outras providências, de 17 de outubro de 1942. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De14841.htm. Acesso em: 12 de julho de 2016.

¹⁸² MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha: na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p. 175.

¹⁸³ Artigo 1º do Decreto-Lei, de 1º de abril de 1942, <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=2892&norma=6679>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

borracha. Com o surgimento do BCB, houve redução expressiva das atribuições da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEIBB¹⁸⁴) no que diz respeito ao financiamento e à comercialização do produto.

O Decreto-Lei nº 4.750, de 28 de setembro de 1942, instituiu a mobilização de recursos econômicos, inclusive o trabalho humano, existentes em todo território nacional¹⁸⁵. Como medida de orientar essa mobilização, o Presidente Vargas nomeou o Coordenador da Mobilização Econômica (CME), com os seguintes propósitos:

- I - baixar normas para o exercício das atividades da administração pública ou das entidades privadas, assumindo a direção destas, quando necessário;
- II - promover a aquisição, empréstimo ou locação de materiais e equipamento necessários à instalação de novas indústrias ou à manutenção e expansão das atuais;
- III - requisitar mercadorias ou serviços, promovendo a distribuição daquelas pelos centros de consumo ou retendo-as para formação de estoques;
- IV - promover a mais estreita colaboração entre os órgãos da administração pública, inclusive para-estatais e autárquicos, federais, estaduais e municipais, bem como desses com as organizações privadas;
- V - executar todos os atos necessários e próprios à salvaguarda do interesse popular e ao maior rendimento das utilidades e recursos econômicos¹⁸⁶.

Por meio da publicação do Decreto-Lei nº 5.225, de 1º de fevereiro de 1943, o governo federal, a fim de tornar mais atraente o engajamento de novos trabalhadores, associou o extrativismo da borracha ao serviço militar. Dessa forma, os interessados poderiam se alistar como “soldados da borracha” e, como tais, teriam o direito de receber uma pequena remuneração e vestimenta apropriada. Para Alves Pinto:

Para tornar mais atraente o engajamento de novos trabalhadores, o governo decidiu equiparar o extrativismo gomífero ao serviço militar (Decreto-Lei nº 5.225 de 1 de fevereiro de 1943). Assim, o trabalhador alistava-se por dois anos, como “soldado da borracha”, fazendo jus a um pequeno salário durante a viagem e um adiantamento para deixar com seus dependentes, além de um

¹⁸⁴CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000, p. 209.

¹⁸⁵Artigo 2º - Decreto-lei nº 4.750, de 28 de setembro de 1942, <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4750-28-setembro-1942-414829-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 8 de julho de 2016.

¹⁸⁶BRASIL. Decreto-Lei nº 4.750, de 28 de setembro de 1942. Mobiliza os Recursos Econômicos do Brasil e dá Outras Providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4750-28-setembro-1942-414829-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 de julho de 2016.

uniforme completo. Uma vez no seringal, seu contrato de trabalho seguiria as normas ditas pela legislação vigente¹⁸⁷.

Mediante a Portaria nº 28, de 30 de novembro de 1942, foi criado o SEMTA, outro órgão instituído à luz da implementação dos Acordos de Washington e que deveria ser uma agência voltada para o recrutamento dos trabalhadores e de regulação das relações de trabalho entre seringueiros e seringalistas. Esse ato normativo foi publicado pelo CME.

O SEMTA, que era administrado pelo CME, apesar de receber apoio financeiro da RRC, foi substituído, em 1943, pela Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA¹⁸⁸), por meio do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, publicado um dia após a criação dos territórios federais do Guaporé e do Rio Branco. Esse Decreto previa que o recrutamento, o encaminhamento e a seleção de trabalhadores para Amazônia deveriam ser, conjuntamente, conduzidos pelo CME, pela CCAW e pela RDC.

Por meio da publicação do Decreto nº 14.535, de 19 de janeiro de 1944¹⁸⁹, as atribuições de recrutamento, de encaminhamento e de colocação de trabalhadores para Amazônia passaram a ser da incumbência da CAETA e do Departamento Nacional de Imigração (DNI), órgão subordinado à estrutura do extinto Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC), criado em 1938.

Competia, também, ao DNI prestar assistência a grupos de retirantes assolados pelas secas do Nordeste, o que, indiretamente, iria contribuir para o deslocamento de força de trabalho que seria empregada na empresa da borracha¹⁹⁰. Do total dos retirantes, apenas um terço dos adultos pôde ser transferido para os seringais¹⁹¹ do Vale

¹⁸⁷PINTO, Néelson Prado Alves. **Política da Borracha no Brasil: A Falência da Borracha Vegetal**. Hucitec, São Paulo, 1984, p.98.

¹⁸⁸Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943. Assinado um dia após a criação dos territórios federais. A legislação aprovava o acordo firmado entre a CAETA, a Comissão de Controle dos Acordos de Washington e a *Rubber Development Corporation* relativo ao recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores para a Amazônia

¹⁸⁹BRASIL. Decreto nº 14.535, de 19 de janeiro de 1944. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-14535-19-janeiro-1944-456175-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 7 de julho de 2016.

¹⁹⁰CAMPOS, André Luiz Vieira. **Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas – O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p. 139.

¹⁹¹CAMPOS, André Luiz Vieira. **Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas – O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p.140.

do Amazonas, muitos dos quais, acompanhados de familiares¹⁹². Essa circunstância atenuava a solidão experimentada pelo seringueiro ao longo de sua permanência em localidade, às vezes, muito distante da terra natal.

A fim de suprir as necessidades alimentares dos migrantes que haviam fixado no Vale do Amazonas, foi criada a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) por meio do Decreto-Lei nº 5.044, de 4 de dezembro de 1942, que passou a estar vinculada ao CCAW¹⁹³. A missão da SAVA era, além de viabilizar o deslocamento dos trabalhadores para os seringais, fornecer gêneros alimentícios aos seringueiros¹⁹⁴. Com o tempo, a SAVA passou, igualmente, a fornecer provimentos aos comerciantes locais, medida que favoreceu a redução do preço das mercadorias vendidas na região.

Em relação aos métodos de produção e de pesquisa agrícola, foi estabelecido o Instituto Agrônomo do Norte (IAN), que recebeu, ao longo do tempo, as seguintes denominações: Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuárias do Norte (IPEAN) e Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Úmido (CPATU). Em conformidade com o Decreto-Lei nº 5.200, de 18 de janeiro de 1943, a IAN estava subordinada ao Ministério da Agricultura. A criação desse órgão, por ser, ainda, uma iniciativa inédita no contexto brasileiro, não acarretou resultados significativos no curto prazo¹⁹⁵.

Por fim, foi estabelecido o Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará (SNAPP), com a publicação do Decreto-lei nº 2.154, de 27 de abril de 1940, entidade jurídica autônoma, subordinada ao então Ministro da Viação e Obras Públicas¹⁹⁶. Embora tenha sido criado antes da celebração dos Acordos de Washington sobre a borracha, o SNAPP exerceu importante função no transporte dos seringueiros,

¹⁹² ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015, p. 51.

¹⁹³ Artigo 1º do Decreto-Lei nº 5.044, de 4 de dezembro de 1942, <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5044-4-dezembro-1942-415253-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 8 de julho de 2016.

¹⁹⁴ SECRETO, María Verónica. **Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 86.

¹⁹⁵ PINTO, Néilson Prado Alves. **Política da Borracha no Brasil: A Falência da Borracha Vegetal**. Hucitec, São Paulo, 1984, p.100.

¹⁹⁶ Artigo 1º do Decreto-lei nº 2.154, de 27 de abril de 1940, <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37313>. Acesso em: 8 de julho de 2016.

dos seus familiares, de bagagens e de utensílios ao longo dos rios da região. Segundo Alves Pinto:

Assim, o Serviço de Navegação da Amazônia e da Administração do Porto do Pará (SNAPP) firmou um contrato de cooperação com a RDC (16 de junho de 1943) pelo qual se comprometia a conceder prioridade ao transporte de borracha e dos insumos necessários à atividade extrativista, em troca de cessão de embarcações norte-americanas, adiantamentos sobre o pagamento de futuros serviços de carga e fornecimento preferencial de combustível, a preços de custo, por parte daquela agência¹⁹⁷.

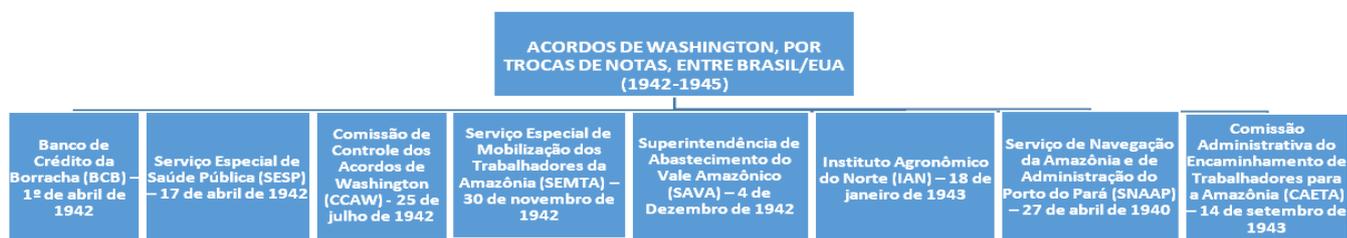
As viagens organizadas pelo SNAPP, muitas vezes, dependiam das cheias e vazantes dos rios, o que poderia acarretar longa espera até que as condições de navegações se tornassem favoráveis. Segundo Ariadne Araújo e Marcos Vinicius Neves, no rio Amazonas, a viagem seguia os famosos “gaiolas” (pequenos barcos fluviais) ou “vaticanos” (grandes barcos fluviais, ou melhor, grandes gaiolas), embarcações de pequeno porte, construídas na Inglaterra, na Holanda e nos EUA. Essas embarcações, caracterizadas por estruturas improvisadas, ocasionavam transtornos e tensões entre os viajantes, durante o transporte¹⁹⁸.

No organograma abaixo, é possível observar, de maneira resumida, o rol dos diversos órgãos e instituições, que foram mencionados ao longo desta seção, muito dos quais criados em decorrência da assinatura dos Acordos de Washington, bem como a data de surgimento dessas estruturas burocrático-administrativas cujas atividades desenvolvidas foram de fundamental importância para implementação desses atos bilaterais. Assim como, no apoio aos soldados da borracha e de seus afins durante a batalha da borracha.

¹⁹⁷PINTO, Néson Prado Alves. **Política da Borracha no Brasil: A Falência da Borracha Vegetal**. Hucitec, São Paulo, 1984, p.97.

¹⁹⁸ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015, p. 89.

Figura 01- Organograma. Órgãos Criados pelos Acordos de Washington



Fonte: elaborado pelo autor a partir da bibliografia analisada

A principal causa da migração de nordestinos para o Vale do Amazonas, em 1942, foi à emergência de uma grave seca que acometeu, particularmente, o estado do Ceará. Nessa conjuntura, tornou-se premente a necessidade de ocupação dessa parte do território nacional. Com efeito, o governo brasileiro passou a fazer uso de medidas para incentivar o fluxo de trabalhadores para os seringais amazonenses. Esses trabalhadores foram recrutados por meio de decretos governamentais e passaram a desenvolver atividades no *front* de batalha como “soldados da borracha”. De modo geral, esses soldados viam na extração da borracha uma perspectiva de ter melhores condições de vida.

2. OS SOLDADOS DA BORRACHA: A MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RECRUTADOS PARA O TRABALHO NOS SERINGAIS

2.1 OS SOLDADOS DA BORRACHA RUMO AO DESCONHECIDO

Em 15 de outubro de 1940, Getúlio Vargas fez pronunciamento no estado do Ceará, com vistas a convocar os naturais desse estado para migrar rumo à região Norte do Brasil. O referido discurso de Vargas tinha o objetivo de expressar as mazelas climáticas que acometem no semiárido nordestino, bem como a influência desses fatores climáticos sobre o comportamento humano:

O Nordeste é uma região de frequente ruptura de equilíbrio a oscilar entre os meses de inverno, fartos e felizes, e os meses de verão, secos e ásperos. A esperança da chuva e a fatalidade da seca – a geografia da estação na psicologia do homem¹⁹⁹.

Em 1942, essa região foi devastada por prolongada estiagem que confirmou as previsões apresentadas no discurso de Vargas de 1940 e que ocasionou o deslocamento dos nordestinos, principalmente os cearenses, para a Amazônia. Conforme Frederico de Castro Neves, “os técnicos encarregados de observar e analisar as condições climáticas e as obras públicas encaminhadas em função das secas já previa que o ano de 1942 poderia ser difícil²⁰⁰”. Samuel Benchimol, por sua vez, identifica o clima austero e o desemprego elevado como as principais circunstâncias que causaram o êxodo do sertanejo na década de 1940²⁰¹.

Com efeito, o governo do Estado Novo passou a implementar uma política migratória, em que a seca emerge como fator de entendimento da migração, e, com isso, pode-se negligenciar a questão fundamental, que é a estrutura fundiária nordestina que

¹⁹⁹BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia Um Pouco-Antes e Além-Depois**. Manaus: Coleção Amazoniana, 1, Ed. Umberto Calderaro,1977, p.213.

²⁰⁰NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a Seca: Políticas Emergenciais na Era Vargas. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-129, 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882001000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 de setembro de 2016.

²⁰¹BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia Um Pouco-Antes e Além-Depois**. Manaus: Coleção Amazoniana, 1, Ed. Umberto Calderaro,1977, p.214.

vem ao longo dos anos propiciando a expulsão de milhares de pessoas para outras regiões do país²⁰². Frederico de Castro Neves admite que, em 1932, surge um novo padrão de intervenção do Estado brasileiro em áreas do território nacional afetadas por graves secas, com destaque para o semiárido cearense, como se depreende a seguir:

Em 1932, pela primeira vez a intervenção do Estado brasileiro em período de seca no semiárido cearense ocorreu de forma coordenada e centralizada. Desde 1877, quando a seca assumiu o caráter moderno que ainda hoje possui, as propostas de resolução ou de simples amenização da “questão climática” que assolava os Estados do “Norte” não passavam de respostas localizadas às invasões de retirantes famintos que assolavam as cidades, reivindicando trabalho e comida. Mais do que uma irregularidade pluviométrica, a seca pôde ser percebida, a partir de então, como um fenômeno social inserido nas redes de relacionamentos políticos e socioeconômicos, em que as condições de pobreza de uma parcela significativa da população que habita o semi-árido são gravemente acentuadas em momentos de crise. No entanto, tratada sempre como um fenômeno da natureza, a seca fortalece suas raízes na sociedade brasileira e reforça uma teia política e social que se opõe aos parâmetros estabelecidos da modernidade²⁰³.

A seca gerou escassez de água e afetou populações, plantações e os rebanhos da região Nordeste. Para María Verónica Secreto, tratava-se de um fenômeno de duplo significado, ao mesmo tempo, político e ambiental, e que propiciou a evasão em massa de trabalhadores do sertão e das regiões afetadas²⁰⁴. Foi um duro golpe nas relações de poder e dominação do latifúndio²⁰⁵. Os estados mais procurados pelos nordestinos, que deixavam a terra natal durante a seca, foram Pará e Amazonas.

Duas causas motivaram, segundo Francisco Pereira Costa, o deslocamento de migrantes em direção à Amazônia: a possibilidade de obter melhores condições de vida e as recorrentes secas que devastaram o Nordeste brasileiro entre os anos de 1930 e 1932, e entre 1941 e 1942. A assinatura dos Acordos de Washington também foi importante, na medida em que permitiu “arregimentar mão de obra para trabalhar nos

²⁰²MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar. **Os Degredados Filhos da Seca**: Petrópolis, Vozes, 1984, p.72.

²⁰³NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a Seca: Políticas Emergenciais na Era Vargas. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-129, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882001000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 de setembro de 2016.

²⁰⁴SECRETO, María Verónica. **Soldado da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p.38.

²⁰⁵COSTA, Francisco Pereira. **Para a Chuva Não Beber o Leite. Soldado da Borracha: Imigração, Trabalho e Justiça na Amazônia, 1940 – 1945**. [Tese de Doutorado], Universidade de São Paulo, 2014, p.30.

seringais, para a produção da borracha, para a indústria bélica dos EUA produzir artefatos de guerra e para o combate durante a Segunda Guerra Mundial²⁰⁶.

Nesse contexto histórico, os governos brasileiro e norte-americano assinaram diversos tratados com vistas ao estabelecimento de atividades econômicas nos seringais do Vale do Amazonas. Boa parte da mão de obra empregada nessas atividades era formada por trabalhadores oriundos da região Nordeste, particularmente da cidade de Fortaleza, em que a rigorosa seca, datada de 1942, ocasionou o deslocamento de um expressivo contingente. Frederico de Alexandre de Oliveira Lima, ao comentar sobre depoimento de entrevistado que participou desse movimento migratório, afirma que os cearenses foram, em grande medida, a parcela da população brasileira que mais migrou para a Amazônia.

Ressalte-se que, esse depoimento, de alguma forma, rompe com a rigidez de alguns entendimentos acerca do deslocamento de nordestinos para Amazônia, mormente no que tange ao fato de, os soldados da borracha ser todos cearenses, e mais ainda, de que a seca era sempre o fator determinante para o deslocamento. Observe-se que nenhuma dessas posições deve ser, todavia, descartadas, pois os cearenses foram sim, a maioria do contingente migrado para a Amazônia e a seca determinava em muitos momentos a decisão de ir ou não para o norte do Brasil²⁰⁷.

Enfatiza-se que, no Brasil, se devem mencionar duas correntes migratórias em direção à Amazônia. A primeira delas teve como marco de referência o final do século XIX, iniciada em 1877, e a segunda remonta ao período de 1943 a 1945. Essas correntes foram suscitadas por causas variáveis, entre as quais, as “questões climáticas” e socioeconômicas que agravavam as precárias condições de vida em que se inseriam a população sertaneja nordestina²⁰⁸.

Segundo Itamar Souza, a migração consiste em um fenômeno social que deriva de mudanças estruturais em “determinado país que provocam o deslocamento de grupos

²⁰⁶COSTA, Francisco Pereira. **Para a Chuva Não Beber o Leite. Soldado da Borracha: Imigração, Trabalho e Justiça na Amazônia, 1940 – 1945.** [Tese de Doutorado], Universidade de São Paulo, 2014, p.31.

²⁰⁷LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas.** Manaus, [Dissertação de Mestrado], UFAM, 2013, p.71-72.

²⁰⁸NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a Seca: Políticas Emergenciais na Era Vargas. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-129, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882001000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 de setembro de 2016.

sociais, pertencentes às diversas classes sociais, os quais, por motivos diversos, deixam o seu município de origem e vão fixar residência noutro²⁰⁹”. Paula Yuri Shimoniski Lardo, por sua vez, afirma que teóricos como Malthus, Marx, Durkheim e Weber, concebiam os fluxos migratórios como consequências do processo de urbanização, de industrialização e do próprio desenvolvimento do capitalismo²¹⁰.

No entendimento de Costa, a questão migratória está associada às práticas de exclusão e de exploração de recursos antes controlados por povos autóctones, por camponeses ou por quilombolas, ou seja, daqueles que foram obrigados, por diversas razões, a deixar suas localidades de origem. Para Secreto, a migração foi em decorrência das mudanças climáticas ocorridas no Nordeste brasileiro, que provocaram a saída, em massa, de habitantes dos sertões para áreas litorâneas ou de fronteiras agropecuárias, em busca de mais qualidade de vida²¹¹.

Portanto, boa parte da bibliografia sobre o tema, conforme expõe Maria das Graças Nascimento, enfatiza que habitantes do Nordeste brasileiro migraram para outras regiões do país, inclusive para centros urbanos, em função das secas que assolavam ou continuam a assolar o sertão nordestino²¹². Nesse sentido, para essa autora, a seca é caracterizada como aspecto preponderante das correntes migratórias nordestinas e que, associada à estrutura fundiária brasileira, de característica concentradora e excludente, explica por que milhões de pessoas, em períodos distintos, tomam a decisão de se deslocar para diversas partes do território brasileiro²¹³. As ideias de Alfredo José Gonçalves complementam as de Nascimento, ao lançar luz sobre as diversas causas que estão na origem dos fluxos migratórios internos no Brasil:

A estiagem periódica no semi-árido brasileiro e a indústria da seca constituem outro nó que está na raiz das migrações. Porém, não podemos cair na ingenuidade de que a seca é fator predominante da saída em massa do

²⁰⁹SOUZA, Itamar. **Migrações Internas no Brasil**. São Paulo. [Dissertação de Mestrado], Mimeog., FFLCH/USP, 1999, p.48.

²¹⁰LARDO, Paula Yuri Shimoniski. **Soft Power e Fluxos Migratórios: Análise da Penetração Cultural Norte-americana no Brasil entre as Décadas de 1930 – 1960**. [Dissertação de Mestrado], Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015, p.14.

²¹¹SECRETO, María Verónica. **Soldado da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 37.

²¹²NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações Nordestinas para a Amazônia. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**: Dez. n° 12, Vol II, 1998, p.2.

²¹³NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações Nordestinas para a Amazônia. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**: Dez. n° 12, Vol II, 1998, p.02.

Nordeste e de Minas Gerais. A seca apenas agrava uma situação fundiária já extremamente desigual. Mais que a seca, o que expulsa o nordestino é a cerca. Cerca que, como hoje sabemos, concentra não somente a terra, mas também a água. Podemos afirmar que a estiagem marca a hora da partida, mas a causa profunda do êxodo reside na estrutura fundiária já assinalada. Não devemos confundir as motivações aparentes e superficiais com as razões estruturais da saída em massa. De resto, à concentração da terra e da água, haveria que acrescentar o patriarcalismo e o coronelismo, tão arraigados na cultura brasileira, e dos quais, muita gente se liberta no ato mesmo de migrar para a cidade²¹⁴.

Para serem empregados como mão de obra nos seringais, os migrantes nordestinos tinham que demonstrar algumas habilidades como a de estarem aptos a atender às exigências que o novo surto econômico da borracha estava a apresentar²¹⁵. Mesmo os sertanejos empregados nos seringais mais prósperos e rentáveis, tiveram de enfrentar condições precárias de trabalho. O relato seguinte revela que muitos eram forçados pelo governo brasileiro a seguir para a Amazônia: “a dramaticidade destes embarques ficou gravada na memória do povo [...] Houve casos de embarques realizados à força em que o marido foi para o Norte e a mulher foi para o Sul²¹⁶”.

A migração nordestina em direção ao Norte do país, como afirmam João Medeiros Filho e Itamar de Souza, se iniciou com a Grande Seca (1877 a 1888), o que ocasionou a transferência de camponeses para a floresta amazônica²¹⁷. Durante esse período, vaqueiros e agricultores tornaram-se seringueiros amazônicos, cuja principal atividade era realizar a extração do látex, o chamado “ouro negro”²¹⁸. Ariadne Araújo e Marcos Vinicius Neves explicam que centenas de cearenses foram atraídas para os seringais no auge da Grande Seca. Para esses autores, o deslocamento foi motivado por promessas de enriquecimento fácil, disseminadas por seringalistas que haviam tido contato prévio com a região do Vale do Amazonas.

²¹⁴ GONCALVES, Alfredo José. Migrações Internas: Evoluções e Desafios. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 173-184, Dec. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 de setembro de 2016.

²¹⁵ MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha: na Segunda Guerra Mundial*. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p. 226.

²¹⁶ MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar. *Os Degredados Filhos da Seca*. Petrópolis: Vozes, 1984, p.59.

²¹⁷ MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar. *Os Degredados Filhos da Seca*. Petrópolis: Vozes, 1984.

²¹⁸ ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. *Soldados da Borracha: os Heróis Esquecidos*. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015, p. 37.

Os cearenses, que eram reconhecidos pela coragem e pela capacidade de superar situações adversas, eram os trabalhadores mais demandados pelos empresários da borracha. Essa coragem é exemplificada pela trajetória do cearense João Gabriel de Melo: “(...) que deixou a família em Cruz das Almas, na serra de Uruburetama, no Ceará, em 1846, para se aventurar nas riquezas, fazendo o comércio a bordo de um regatão nas correntezas do rio Purus, no Acre²¹⁹”. Anos mais tarde, Gabriel de Melo voltou muito rico a terra natal, inclusive, com o título de comendador, assim como fizeram outros pioneiros provenientes dos Estados do Rio Grande do Norte, do Piauí, da Paraíba e do Pará²²⁰.

Cabe ressaltar que o surgimento do ciclo da borracha, no fim do século XIX, transformou vasta área, onde atualmente se localiza o Estado do Acre, fonte de atração de camponeses nordestinos. Nesse período, a região apresentou um crescimento demográfico e econômico expressivo, em função dos altos índices de migração e da elevada demanda da borracha no mercado internacional²²¹, que era considerado um dos produtos mais valiosos da civilização industrial. Segundo o trecho a seguir: “[...] a borracha era o produto natural de mais variada utilização, com mais de 40 mil aplicações na indústria²²²”. Em outra passagem, Francisco Regis Lopes Ramos conclui que:

O recém-nascido já sabe do valor que ela tem ou a falta que ela pode fazer. Afinal, é de borracha o bico da mamadeira. São de borracha os brinquedos e muitos outros artefatos que circundam as pequenas criaturas. Depois, na infância, vem outra avalanche de borrachas, que vai do pneu da bicicleta até a borracha de apagar a escrita do lápis. Na vida adulta, a lista de objetos parece chegar ao infinito²²³.

²¹⁹ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015, p. 37.

²²⁰ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015.

²²¹MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha: na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p.226.

²²²LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus. [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, p.26.

²²³RAMOS, Francisco Regis Lopes. **A Falta que Ela me Faz**. In: GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa (Orgs.). **Mais Borracha para Vitória**. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal, 2008, p.41.

A dependência da economia capitalista em relação à borracha aumentou progressivamente, sobretudo após a consolidação do setor automobilístico norte-americano na transição do século XIX para o XX. A essa época, a Amazônia era a região do mundo que apresentava as maiores reservas de seringueiras nativas. Essa particularidade despertava o interesse de alguns países, que, ocasionalmente, organizavam ações de contrabando para extrair sementes da *Hevea brasiliensis*²²⁴. O botânico, Henry Wickham, contratado pelo império britânico, realizou coleta de cerca de 70.000 sementes da seringueira no Vale do Tapajós e no Baixo Amazonas e enviou-as, por meio do navio Amazonas, aos Jardins Botânicos de Kew, nas proximidades de Londres²²⁵.

Lima assevera que, após a experiência inicial em Kew, as sementes foram levadas para as colônias britânicas na Ásia, por exemplo, Malásia e Sri Lanka. A plantação na Ásia britânica ocorreu de modo sistemático, o que criou condições para o estabelecimento do mercado internacional do produto. Em 1913, a produção asiática da borracha havia superado a amazônica. Em termos comparativos, nesse ano, a produção da malásia atingiu o montante de quase 48.000 toneladas e a brasileira decresceu cerca de 39.560 toneladas, dados que indicam a supressão do monopólio apresentado pelo Brasil no mercado gomífero²²⁶.

O êxito econômico da península Malaca trouxe graves prejuízos às condições de vida, previamente precárias, dos sertanejos que haviam se fixado nos seringais da Amazônia e pôs fim a uma jornada de sonhos e esperanças. Pedro Martinello comenta que, de acordo com a conjuntura da economia mundial da época, o monopólio amazônico sobre a borracha não poderia mais se sustentar²²⁷, sobretudo a partir de 1913, quando houve redução drástica dos preços internacionais do produto.

²²⁴*Hevea* da família das Euforbiáceas, extensivo a pequenas árvores sul-americanas, muitas das quais produzem látex, que é a matéria-prima da borracha. <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/h%C3%A9veas>. Acesso em: 3 de agosto de 2016.

²²⁵LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus. [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, p.27.

²²⁶MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha: na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p. 58.

²²⁷MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha: na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p. 56.

Além das vantagens comparativas da produção asiática, mencionam-se como causas da redução do monopólio brasileiro o elevado preço do produto amazônico, que fez crescer a competitividade relativa da borracha fabricada na Ásia, e a “inexistência de pesquisas agrônomicas em larga escala devidamente amparadas pelo setor público, pela falta de visão empresarial dos brasileiros ligados ao comércio da goma elástica²²⁸”. Em consequência, o primeiro ciclo da borracha, que remonta ao último quarto do século XIX, provocou efeitos negativos para economia brasileira. De acordo com Lima:

A economia amazônica, por sua vez, foi arrasada pela concorrência do Ceilão e da Malásia. Os salários caíram junto com os preços a um quarto do seu nível durante o boom. Os comerciantes, corretores e banqueiros desesperados juntaram-se a seus seringueiros num êxodo da Região²²⁹.

A crise da empresa da borracha, no período em tela, provocou a estagnação da economia amazônica. Estima-se “que o número de seringueiros que sobraram na região, no início da década de quarenta, não ultrapassava a 34.000 extratores, com uma produção média anual de 16.000 a 18.000 toneladas de borracha²³⁰”. Ainda que a empresa da borracha não tenha deixado de existir, ela não mais chegaria ao patamar de produtividade apresentado antes da crise, de modo que surgiram, na região, novas atividades econômicas como o extrativismo da castanha, da madeira e de óleos vegetais. De acordo com Lima:

Foi-se a borracha, sobraram à castanha, os óleos vegetais e a madeira, explorados primitivamente, servindo, apenas, para impedir que as cidades desaparecessem da paisagem regional, mas sem jamais substituírem a goma elástica na pauta de exportação amazônica²³¹.

Essa situação de estagnação perdurou até o início de 1940, quando o governo brasileiro, em decorrência de atos de cooperação firmados com os EUA, passou a promover iniciativas para assegurar o desenvolvimento econômico da região. Exemplos

²²⁸MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha: na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p.56.

²²⁹DEAN, Warren. **A Luta pela Borracha no Brasil: um Estudo de História Ecológica**. São Paulo: Livraria Nobel, 1989, p.37.

²³⁰MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha: na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p. 228.

²³¹LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus. [Dissertação de Mestrado]. UFAM, 2013, p.39.

dessas iniciativas consistiram nas medidas necessárias à intensificação da corrente migratória de nordestinos para o repovoamento dos seringais do Amazonas e do Acre²³², por meio de transporte gratuito para os imigrantes, do local de origem até o *hinterland* amazônico²³³.

O segundo período de intensa migração da região Nordeste para a Norte do Brasil ficou conhecido como a “Batalha da Borracha”, caracterizada pela mobilização em massa de migrantes nordestinos, os denominados “soldados da borracha”. Nessa conjuntura, em que se observava a invasão e a ocupação japonesa de áreas localizadas no Sudeste Asiático (inclusive a Malásia), a intervenção do Estado brasileiro, na Amazônia, tinha o propósito de assegurar o abastecimento da borracha aos países aliados. Isabel Cristina Martins Guillen estabelece a relação entre os Acordos de Washington e a política de migração de nordestinos para região amazônica:

Objetivava-se, pelos Acordos de Washington, intensificar a produção de borracha, a ponto de suprir a necessidade bélica dos aliados, comprometida com o domínio do Japão sobre as regiões produtoras na Malásia. Pensava-se poder incrementar a produção para chegar a cem mil toneladas, pretensão que logo se percebeu impossível de ser concretizada, devido principalmente ao pouco interesse dos seringalistas em abrir mão do controle sobre o sistema extrativista²³⁴.

O Nordeste brasileiro, segundo Angela de Castro Gomes, experimentou, ao longo do século XX, três movimentos migratórios, que explicam a redistribuição da população dessa região no território nacional. O primeiro movimento foi denominado “Marcha para o Oeste”, que ocorreu nos anos 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, e possibilitou o emprego da mão de obra nos seringais amazônicos. O segundo fluxo implicou, entre as décadas de 1930 e 1970, a transferência de nordestinos para regiões Sul e Sudeste, em particular, para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. O terceiro teve como destino o Planalto Central, região Centro-Oeste do país, no contexto

²³²Para o repovoamento dos seringais da Amazônia. *O Acre*, nº 560, ano XII, 27 de outubro de 1940, p.6.

²³³*O Acre*, nº 560, ano XII, 27 de outubro de 1940, p.6.

²³⁴GUILLEN, Isabel C.M. A Batalha da Borracha. Propaganda Política e Migração Nordestina para a Amazônia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.9, p. 95-10, 1997, p.96. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39301>. Acesso em: 24 de setembro de 2016.

das obras de construção da capital do país, Brasília, entre as décadas de 1950 e de 1960²³⁵.

A Marcha para Oeste foi conduzida por Vargas e viabilizada pela a criação de vários órgãos do aparelho governamental²³⁶. Na perspectiva de Angela de Castro Gomes, o objetivo dessa política migratória era assegurar a redistribuição da população brasileira para dentro e para o interior²³⁷. Francisco Pereira Costa elucida que o Ministério da Agricultura, a fim de atender à determinação do governo federal, deveria coordenar suas ações com outros setores da política nacional e local ²³⁸. E ainda, foi publicado o seguinte:

A solução dos vários problemas relacionados com o desenvolvimento da região depende, precisamente, do melhoramento de suas condições naturais; da reunião dos elementos necessários ao aumento de sua capacidade produtora; da organização do trabalho, de modo a assegurar a fixação do homem na terra, do saneamento em que terão de colaborar o governo do Amazonas e o Ministério da Educação; de repovoamento em que agirão, simultaneamente, o governo Amazonense e o Ministério do Trabalho; da colonização e do desenvolvimento agrícola, sob as bases nacionais, em que o Ministério da Agricultura terá que exercer importante atuação²³⁹.

No dia 8 de dezembro de 1940, o jornal *O Acre* publicou a matéria em que tratava da regulamentação de medidas para o cumprimento de obrigações acordadas entre seringalistas e seringueiros. Nesse período, o então diretor da Divisão de Terras e Colonização apresentou ao agrônomo Carlos de Souza Duarte, que exercia o cargo de chefe da pasta da agricultura, entre 1941 e 1942, a minuta de contrato em que se firmavam compromissos entre os empresários da borracha e os trabalhadores dos seringais. Essa minuta foi, ainda, distribuída aos interventores na Amazônia e aos

²³⁵GOMES, Angela de Castro. **População e Sociedade**. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Olhando para Dentro 1930 – 1964. História do Brasil Nação: 1808 – 2010**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2013, Vol. 04, p.71-72.

²³⁶GOMES, Angela de Castro. **População e Sociedade**. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Olhando para Dentro 1930 – 1964. História do Brasil Nação: 1808 – 2010**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2013, Vol. 04, p.72.

²³⁷GOMES, Angela de Castro. **População e Sociedade**. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Olhando para Dentro 1930 – 1964. História do Brasil Nação: 1808 – 2010**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2013, Vol. 04, p.72.

²³⁸COSTA, Francisco Pereira. **Para a chuva não beber o leite. Soldado da Borracha: Imigração, Trabalho e Justiça na Amazônia, 1940 – 1945**. [Tese de Doutorado], Universidade de São Paulo, 2014, p.76.

²³⁹*O Acre*, nº 560, 1940, p.1.

inspetores do Departamento Nacional de Indústria e dos Estados brasileiros de onde partiam os trabalhadores²⁴⁰.

O documento estabelecia que os seringueiros, a princípio, deveriam receber pelos serviços prestados em dinheiro ou, em certos casos, poderiam perceber remuneração na forma de produto por ele gerado, ou seja, a borracha. Os seringalistas, por seu turno, ficavam responsáveis pelo fornecimento, a título gratuito, de “transportes para si, seu pessoal e suas bagagens, da estação ou porto próximo ao seringal e desde aquela, depois de findo a prazo estabelecido no contrato²⁴¹”. Via de regra, o contrato de trabalho previa distribuição dos rendimentos, ou seja, 60% seriam destinados aos seringueiros, 7% aos donos da terra e 33% aos seringalistas. Isso motivou os trabalhadores a migrarem para os seringais, mas, na prática, o contrato não era cumprido pelas partes, salvo em benefício dos interesses dos seringalistas²⁴².

Além disso, as obrigações assumidas propiciaram aos seringueiros acomodações para repouso e lojas para à venda de gêneros alimentícios, onde eles podiam descansar da extenuante jornada de trabalho ou realizar refeições²⁴³. Em contrapartida, o seringueiro era impedido de trabalhar em locais que não fossem os indicados pelos proprietários dos seringais, e, ainda, durante a extração do látex, deveria tratar com zelo e com cuidado o tronco das seringueiras.

Em exposição de motivos, documento que apresenta considerações preliminares sobre atos normativos, enviado a Vargas, Fernando Costa, então ministro da Agricultura solicitou o aproveitamento de trabalhadores nos seringais amazônicos e que fossem regulamentadas as relações entre esses migrantes e os seringalistas²⁴⁴. A elite amazonense, constituída por seringalistas e representada pela Associação Comercial do Amazonas (ACA), manifestou-se contra essa regulamentação. Apesar disso, o projeto de consolidação da empresa da borracha seguiu o seu curso normal. Por conseguinte, Vargas editou o Decreto-Lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1942, que gerou créditos, a

²⁴⁰*O Acre*, nº 560, 1940, p.1.

²⁴¹*O Acre*, nº 560, 1940, p.1.

²⁴²SILVA, M. A. **A Borracha Passada na História: os Soldados da Borracha durante a Segunda Guerra**. [Dissertação de Mestrado]. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2005, p.14.

²⁴³*O Acre*, nº 560, 1940, p.1

²⁴⁴*O Acre*, nº 560, ano XII, 27 de outubro de 1940, p.6.

serem concedidos pelo BCB, para subsidiar a manufatura da borracha. O artigo 5º desse Decreto dispõe que:

Ao Banco de Crédito da Borracha S.A compete superintender a produção da borracha, expedindo, por meio de ‘avisos’, as instruções que os seringalistas e seringueiros terão de seguir, solicitando, sempre que julgar necessário, a cooperação dos Ministérios do Trabalho, indústria e Comércio e da Agricultura nos assuntos a estes peculiares²⁴⁵.

No que diz respeito às relações entre seringalistas e seringueiros, era evidente, por parte do governo norte-americano, preocupação com o cumprimento de “garantias trabalhistas, em decorrência de precedentes ocorridos na Amazônia peruana, durante o *boom* da borracha, ocorrido na primeira década do século XX²⁴⁶”. Os estudos realizados, à época, denunciaram as atrocidades praticadas contra os índios peruanos e que foram publicadas em periódicos como *La Sanción e La Felpa*, conforme menciona Francisco Pereira Costa, em sua tese de doutorado. Com propósito semelhante, o governo brasileiro realizou estudos “para implantação de um sistema nacional de seguridade no campo, de forma a que o trabalhador rural pudesse ter acesso a direitos já concedidos aos trabalhadores urbanos²⁴⁷”.

Na verdade, o que os EUA exigiam era o aditamento dos contratos de trabalho assinados, de modo que pudessem amparar o empregado seringueiro no que diz respeito à garantia de direitos fundamentais. Muitos desses contratos deveriam ser estabelecidos em comum acordo com o governo Getúlio Vargas, mediante as agências de articulação e mobilização destes trabalhadores para a Amazônia, como o Departamento Nacional de Imigração (DNI)²⁴⁸. Conforme Pedro Martinello, os contratos de trabalho firmados,

²⁴⁵ Artigo 5º do Decreto-lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1942. Dispõe sobre o financiamento a ser concedido pelo Banco de Crédito da Borracha S.A. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De14841.htm. Acesso em: 22 de agosto de 2016.

²⁴⁶ COSTA, Francisco Pereira. **Para a Chuva não Beber o Leite. Soldado da Borracha: Imigração, Trabalho e Justiça na Amazônia, 1940 – 1945**. [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo, 2014, p.79.

²⁴⁷ GOMES, Angela de Castro. **População e Sociedade**. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Olhando para Dentro 1930 – 1964. História do Brasil Nação: 1808 – 2010**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, Vol. 04, 2013, p.73.

²⁴⁸ COSTA, Francisco Pereira. **Para a Chuva Não Beber o Leite. Soldado da Borracha: Imigração, Trabalho e Justiça na Amazônia, 1940 – 1945**. [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo, 2014, p.82.

após a assinatura dos Acordos de Washington, representaram alguns avanços, para época, em matéria de direitos sociais:

Se formos comparar este contrato de trabalho com os famosos regulamentos dos seringais, definidos por Euclides da Cunha, como desastrosos contratos unilaterais (...) dolorosamente repressivos, impostos pelos patrões e elaborados de comum acordo entre os proprietários dos seringais, com o fito de subjugar os seringueiros e manter o direito de ação plena e absoluta em seus domínios, veremos que este novo instrumento da justiça do trabalho até que se apresentava vantajoso e com alguns aspectos positivos para o seringueiro-extrator²⁴⁹.

A mobilização dos “soldados da borracha” cumpria a missão de assegurar o suprimento da borracha aos países aliados no contexto da Segunda Guerra Mundial. Dessa maneira, o governo brasileiro fazia uso de artifícios para chamar a atenção dos futuros “soldados da borracha”, com o intuito de cumprir os acordos firmados entre Brasil e EUA. Em 20 de maio de 1943, Vargas fez o seguinte pronunciamento à imprensa:

Seringueiros! Dediquei todas as energias à batalha de borracha, precisamos de mais borracha, pois é sobre ela que se encontra a guerra moderna. Pois são grandes os equipamentos que necessitam da goma elástica, produzidas sem repouso, (...) Nas guerras modernas não fazem parte somente soldados que estão no campo de batalha, mas, toda a nação: homens mulheres, velhos e crianças. A vós desbravadores da Amazônia, sois mais importantes soldados, Unidos veremos sibilar a bandeira do Brasil²⁵⁰.

A imprensa era constantemente empregada para aliciar e incutir o sentimento de patriotismo entre os concidadãos, em particular migrantes nordestinos. Vargas, nesse sentido, fazia uso dos meios de comunicação com o propósito de criar sentido de solidariedade para com a pátria, pois todos os esforços deveriam estar voltados, de acordo com trecho do jornal *O Acre*, para: “[...] derrotar os soldados tiranos, e as batalhas que travamos nos campos, nas fábricas, mares, céus, escolas, lares, templos de fé e etc estão a exigir de todos nós soldados da liberdade uma contribuição maior e melhor para a vitória do Brasil e dos aliados²⁵¹”.

²⁴⁹MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha: na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p. 277.

²⁵⁰*O Acre*, nº 742, ano XII, 20 de maio de 1943.

²⁵¹*O Acre*, nº 742, ano XII, 20 de maio de 1943.

Em suma, o estado de guerra ocasionava momento relevante para que Getúlio Vargas exigisse de todos os brasileiros empenhos e boa vontade, a fim de que, mais tarde, vitoriosos, pudessem olhar para o passado de cabeça erguida²⁵². Nesse período, o sertanejo, dentro de sua casa humilde, observava a partida de conterrâneos que deixavam suas localidades de origem em busca de condições de vida menos árduas²⁵³.

Celso Furtado argumenta que foi “a grande corrente migratória que possibilitou a expansão da produção de borracha na região amazônica, permitindo à economia mundial preparar-se para uma solução definitiva do problema²⁵⁴”. Muitos migrantes nordestinos chegavam à Amazônia com a obrigação de pagar as dívidas provenientes dos gastos patrocinados pelos governos dos estados do Norte, conforme menciona Celso Furtado:

A situação do nordestino na Amazônia era bem diversa: começava sempre a trabalhar endividado, pois via de regra obrigavam-no a reembolsar os gastos com a totalidade ou parte da viagem, com os instrumentos de trabalho e outras despesas de instalação. Para alimentar-se dependia do suprimento que, em regime de estrito monopólio, realizava o mesmo empresário com o qual estava endividado e que lhe comprava o produto²⁵⁵.

A migração para a Amazônia não obteve apoio inicial das elites políticas e econômicas da época, de modo que, entre 1930 e 1940, se constituiu em um movimento que se sucedeu de maneira quase que espontânea. Com o tempo, passou a ser objeto de planejamento governamental por parte dos dirigentes do Estado Novo. De acordo com Secreto:

(...) era necessário aceitar os movimentos dos sertanejos que, empurrados pelas secas, eram obrigados a procurar outros ambientes mais favoráveis à existência. O salutar e desejável, dizia, seria que esse movimento se realizasse para outras zonas rurais e não para as cidades. Por isso as migrações planejadas eram, para ele, a melhor solução achada pelo Estado, ‘reajustando as populações dentro de seus territórios’. Exemplo disso seria o encaminhamento de trabalhadores nacionais, principalmente do Nordeste, para a planície amazônica²⁵⁶.

²⁵² *O Acre*, nº 407, ano XII, 1º de maio de 1943.

²⁵³ ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015, p.53.

²⁵⁴ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 2005, p.142.

²⁵⁵ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 2005, p.150.

²⁵⁶ SECRETO, María Verónica. **Soldado da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p.25.

A questão da ocupação da Amazônia, na perspectiva de Vargas, consistia “[...] em transformar a exploração nômade em exploração sedentária, a que até agora se têm sujeitado as suas riquezas. Para isso, é preciso povoá-lo, colonizando-a, isto é, fixando o homem ao solo²⁵⁷”. Dessa forma, o nomadismo do seringueiro e as vicissitudes econômicas dos povoados ribeirinhos teriam de ser substituídas por centros de tradição agrária, em que o colono, após receber gratuitamente da terra desbravada, saneada e loteada, pudesse se fixar e se estabelecer em condições com alguma dignidade²⁵⁸.

A proposta de se estabelecer assentamentos familiares na região Norte do Brasil foi substituída, com o tempo, por recrutamentos de trabalhadores, homens sós, a ser trasladados em caráter de urgência para os seringais²⁵⁹. O clima amazônico não era um aspecto que favorecesse a atração de habitantes de outras regiões do país, mesmo os sertanejos nordestinos, que eram obrigados a enfrentar mazelas socioeconômicas e ambientais.

As condições de vulnerabilidade a que estavam submetidos esses migrantes são descritas, de maneira didática, por Euclides da Cunha no seguinte trecho: “a multidão martirizada, perdidos todos os direitos, rompidos os laços de família, que se fracionavam no tumulto dos embarques acelerados, partia para aquelas bandas em direção ao desconhecido²⁶⁰”. Com a chegada de trabalhadores aos seringais amazônicos, a produção da borracha, durante a vigência dos Acordos de Washington, configurou-se da seguinte forma:

²⁵⁷ MENDONÇA, Carlos. **Gente do Nordeste no Amazonas**. Manaus: Imprensa Pública, 1943, Apud: COSTA, Francisco Pereira. **Para a Chuva não Beber o Leite. Soldado da Borracha: Imigração, Trabalho e Justiça na Amazônia, 1940 – 1945**. [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo, 2014, p.32.

²⁵⁸ SECRETO, María Verónica. **Soldado da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p.23.

²⁵⁹ SECRETO, María Verónica. **Soldado da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 25.

²⁶⁰ CUNHA, Euclides da. **À Margem da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.31.

Tabela 1. Produção da Borracha Amazônica Durante os Anos de Vigência dos Acordos de Washington (1942 a 1947)

Anos	Toneladas
1941 (antes dos acordos de Washington)	19.500
1942	22.369
1943	24.548
1944	29.017
1945	30.597
1946	30.072
1947	32.405

Fontes: FERREIRA FILHO, Cosme. **Por que Perdemos a Batalha da Borracha**, Manaus, Ed. Do Governo do Estado do Amazonas, 1971, p.174 e Boletim da ACA, Ano VI, nº 48, p.11, dez. 1947, Apud: MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha: na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p.236.

Os migrantes que chegavam à região amazônica, entre 1943 e 1945, passaram a ser denominados “soldados da borracha”, uma vez que eram transportados para a Amazônia com vistas a expandir a exploração econômica desse produto, que era considerado insumo estratégica para o êxito dos Estados Unidos no contexto da Segunda Guerra Mundial. Samuel Benchimol, em sua obra *Romanceiro da Batalha da Borracha*, assim, descreve esses soldados: “no seu desespero e na sua esperança, personagens e expressões folclóricas, cujos instantâneos conseguimos capturar [...], pois, revelam os diferentes estados d’alma nordestino no seu primeiro entrevero na frente amazônica”²⁶¹.

A relevância da borracha para a economia da guerra, nesse período, é ressaltada por Frederico Alexandre Oliveira Lima como produto que: “[...] entra em quase todos os equipamentos bélicos em vultosas quantidades. Podeis imaginar o que é esse consumo, lembrando-vos de que somente um bombardeiro pesado consome nada menos de 826 quilos de borracha²⁶²”. Esse aspecto fez com que o Donald Nelson, Diretor Geral da Indústria Bélica dos EUA, afirmasse que “sem borracha talvez ganhemos a guerra; com a borracha ganhá-la-emos seguramente²⁶³”.

²⁶¹BENCHIMOL, Samuel. **Romanceiro da Batalha da Borracha**, Manaus: Imprensa Oficial, 1992.

²⁶²LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus. 2013. [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, p.47.

²⁶³MENDONÇA, Carlos. **Gente do Nordeste no Amazonas**. Manaus: Imprensa Pública, 1943, Apud: COSTA, Francisco Pereira. **Para a Chuva Não Beber o Leite. Soldado da Borracha: Imigração**,

A eclosão da Segunda Guerra e a assinatura dos Acordos de Washington, de certa forma, propiciaram as condições ideais para que o governo Vargas implementasse uma política de povoamento que preconizava o recrutamento de homens solteiros²⁶⁴. Nesse sentido, foi possível encontrar uma forma de conjugar as iniciativas de integrar a Amazônia ao resto do Brasil e os compromissos assumidos pelo país com os países aliados, sobretudo a partir de 1942²⁶⁵. Parte dessa solução consistiu no recrutamento de cerca de cinquenta e cinco mil migrantes, a maioria deles, nordestinos. Conforme esclarecem Gary Neeleman e Rose Neeleman:

Recrutar milhares de nordestinos para trabalhar na Amazônia como os “Soldados da Borracha”, com a responsabilidade de extrair milhares de toneladas de látex para o esforço de guerra permitiu que Vargas satisfizesse dois dos seus objetivos desejados. Ele não só poderia lucrar com o financiamento da nova iniciativa da borracha na Amazônia, como também solucionaria os problemas do nordeste²⁶⁶.

Na verdade, a força de trabalho que foi transportada para o Vale do Amazonas não visava apenas atender ao projeto de industrialização do país, mas viabilizar o direcionamento da oferta da borracha para os EUA e para outras democracias aliadas, de modo a permitir a esses países os recursos necessários para assegurar o triunfo sobre as potências do Eixo. Por esse motivo, houve ampla mobilização de trabalhadores “para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados²⁶⁷”. José Bernardo Toro e Nisia Maria Duarte Furquim Werneck mencionam que toda mobilização deve alcançar um objetivo previamente definido, ou seja, consiste em uma intenção coletiva daquilo que convém às partes envolvidas. Os

Trabalho e Justiça na Amazônia, 1940 – 1945. [Tese de Doutorado], Universidade de São Paulo, 2014, p.75.

²⁶⁴SECRETO, María Verónica. **Soldado da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p.25.

²⁶⁵NEELEMAN, Gary e NEELEMAN, Rose. **Soldados da Borracha: o Exército Esquecido Que Salvou A Segunda Guerra Mundial.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p.66. Disponível em: <https://store.kobobooks.com/pt-br/ebook/soldados-da-borracha>. Acesso em: 12 de julho de 2016.

²⁶⁶NEELEMAN, Gary e NEELEMAN, Rose. **Soldados da Borracha: o Exército Esquecido Que Salvou A Segunda Guerra Mundial.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p.67. Disponível em: <https://store.kobobooks.com/pt-br/ebook/soldados-da-borracha>. Acesso em: 12 de julho de 2016.

²⁶⁷TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte Furquim. **Mobilização Social: Um Modo de Construir a Democracia e a Participação.** UNICEF: Brasil, 1996, p.5.

autores argumentam que essa mobilização tem de ser útil à sociedade como um todo, no sentido de formulação de projeto de futuro comum.

Com base no artigo 180 da Constituição Federal de 1937, Vargas deu início à mobilização dos “soldados da borracha” por meio da edição de Decretos-Leis, já que, durante o período do Estado Novo, o Congresso Nacional ficou impedido de propor e elaborar normas legais. Sendo assim, por meio do Ato Presidencial nº 5.225, de 1º de fevereiro de 1943, era estabelecido que:

Os trabalhadores nacionais encaminhados ao Vale Amazônico para a extração e exploração da borracha e os que já ali estiverem trabalhando, devidamente contratados, nessas atividades, são considerados de incorporação adiada até a terminação do contrato de trabalho, ou enquanto se dedicarem àquelas atividades²⁶⁸.

Infere-se que o deslocamento dos “soldados da borracha” estava amparado naquilo que dispunha o Decreto-Lei nº 5.225, de 1º de dezembro de 1943, embora seja necessário registrar que eles não foram assimilados às fileiras do Exército brasileiro. Na verdade, a função desses trabalhadores braçais era indiretamente, por meio de sua força de trabalho, viabilizar o comércio da borracha nos termos que foi tratado o acordo entre Brasil e EUA no ano de 1942.

Vale ressaltar que a quase totalidade dos “soldados da borracha” era formada por cearenses, apesar de haver, entre eles, nacionais oriundos de outros estados da região Nordeste, como o Rio Grande do Norte e a Paraíba, Bahia e Piauí. De fato, a maioria deles se alistou para sair da pobreza e da falta de oportunidade no nordeste do Brasil²⁶⁹. Para Maria das Graças Nascimento, os recursos materiais disponíveis no traslado eram tão exíguos que muitos nordestinos desistiam antes da viagem. Para convencer os mais cautelosos, o SEMTA, órgão responsável pelo recrutamento e pelo transporte dos migrantes, comprometia-se a prestar assistência aos familiares que permaneciam nas localidades de origem.

²⁶⁸BRASIL. Decreto-lei nº 5.225, de 1º de fevereiro de 1943. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5225-1-fevereiro-1943-415290-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

²⁶⁹NEELEMAN, Gary e NEELEMAN, Rose. **Soldados da Borracha: o Exército Esquecido Que Salvou A Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p.67. Disponível em: <https://store.kobobooks.com/pt-br/ebook/soldados-da-borracha>. Acesso em: 12 de julho de 2016.

Os compromissos assumidos pelo SEMTA, entretanto não revertia a situação de penúria que se encontravam os dependentes dos “soldados da borracha”²⁷⁰. Nesse contexto, Vargas solicitou apoio da Igreja Católica²⁷¹ a fim de oferecer assistência espiritual e cuidar das famílias dos soldados²⁷². Essa mesma estratégia foi adotada por Getúlio Vargas em relação aos migrantes que haviam se alojado próximos aos seringais. Na passagem seguinte, registra-se de que forma era solicitado apoio da Igreja para assistência religiosa aos “soldados da borracha”:

V. Excia. aprovou a minha ida ao nordeste e ao norte do país, recomendando-me, segundo a carta n.º 27316, de 2 de janeiro de 1943, que me procurasse “entender” com os Exm.ºs Srs. Arcebispos, Bispos, Prelados e Administradores Apostólicos: 1) expondo-lhes o plano do Governo; 2) pedindo-lhes sugestões no que diz respeito à assistência religiosa; 3) apresentando de volta a V. Excia. um relatório circunstanciado²⁷³.

O governo brasileiro convenceu os membros da igreja na região a participar da campanha, e os padres eram atribuídos à missão de auxiliar as famílias pelo SEMTA e para dar conselho e assistência religiosa para os homens e suas famílias²⁷⁴. A aproximação entre a Igreja Católica e o Estado Novo justificava-se pelo interesse de Vargas em estabelecer alianças com os setores mais variados da sociedade brasileira.

Sobre o SEMTA, os autores Neeleman e Neeleman explicam que a orientação desse órgão era a de que as atividades inerentes à extração do látex deveriam ser realizadas por homens e não por mulheres. A orientação apresentada teve que ser

²⁷⁰ NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações Nordestinas para a Amazônia. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**: Dez. n.º 12, Vol II, 1998, p.6.

²⁷¹ Dom Helder Câmara, à época, era funcionário do governo Vargas, além de ser o padre responsável pela coordenação na assistência espiritual prestada aos trabalhadores recrutados e os familiares deles. Cf. Carta ao Núncio Apostólico no Brasil, datada de 28 de janeiro de 1943, disponível nos arquivos da Biblioteca Nacional, Arquivo Paulo de Assis Ribeiro AP 50. Cx 4, Doc 7. Biblioteca Nacional, Arquivo Paulo de Assis Ribeiro Regulamento do SEMTA, item 33-41. AP 50. Cx 4, Doc 8.

²⁷² NEELEMAN, Gary e NEELEMAN, Rose. **Soldados da Borracha: o Exército Esquecido Que Salvou A Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p.68. Disponível em: <https://store.kobobooks.com/pt-br/ebook/soldados-da-borracha>. Acesso em: 12 de julho de 2016.

²⁷³ Arquivo Nacional (RJ) - Fundo Pessoal Paulo de Assis Ribeiro. AP.50, cx. 4, pasta 3. **Relatório apresentado por Padre Helder Câmara ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Sr. D. Aloísio Masella D. D. Núncio Apostólico**, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1943, p.1.

²⁷⁴ NEELEMAN, Gary e NEELEMAN, Rose. **Soldados da Borracha: o Exército Esquecido Que Salvou A Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p.82. Disponível em: <https://store.kobobooks.com/pt-br/ebook/soldados-da-borracha>. Acesso em: 12 de julho de 2016.

alterada à medida que houve incremento da produção gomífera, quando foi determinado que as mulheres pudessem ter função importante em coletar e produzir a borracha²⁷⁵.

Algumas esposas tiveram a oportunidade de acompanhar os maridos seringueiros e fixar residência nos alojamentos do Vale do Amazonas, outras foram aproveitadas nas atividades produtivas. Na perspectiva de Maria Andrade Silva, os “soldados da borracha” e seus afins submeteram-se a processo de militarização, cujos aspectos são, desta forma, descritos:

A estratégia de militarização psicológica converte toda uma classe trabalhadora em soldados da Pátria, ganha especial significado político se reportar ao contexto das determinações sobre a produção em regime de economia de guerra que acarretou graves danos aos trabalhadores. A condição de soldado vinha sobrepor-se a do trabalhador²⁷⁶.

Os “soldados da borracha” eram, igualmente, formados por indivíduos das mais variadas características, do total de aproximadamente cinquenta e cinco mil pessoas que migraram para Amazônia e Mato Grosso, dentre os quais 36.280 eram homens aptos para o corte da seringa e 19.059 eram dependentes (crianças, mulheres e anciãos²⁷⁷). Em geral, os seringueiros eram atraídos por promessas de altos salários e de assistência médica, muitas das quais não foram cumpridas. Com efeito, as áreas produtoras da borracha tornaram-se foco de atração de trabalhadores interessados em aumentar suas rendas. Esses trabalhadores embrenhavam-se na floresta tropical e encaravam desafios próprios da vida selvagem:

...Amazônia era e ainda é um lugar diferente de qualquer outra região do país e, por isso, gerava admiração e receio. Na floresta tropical, tudo é superlativo, imensidões de águas, de matas, árvores gigantescas, mamíferos, peixes e répteis maiores do que em qualquer lugar. É certo que tais conceitos não são regra, mas ao menos é assim que parecia ser para aqueles que adentravam a foz do Amazonas com destino aos seringais²⁷⁸.

²⁷⁵NEELEMAN, Gary e NEELEMAN, Rose. **Soldados da Borracha: o Exército Esquecido Que Salvou A Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p.82. Disponível em: <https://store.kobobooks.com/pt-br/ebook/soldados-da-borracha>. Acesso em: 12 de julho de 2016.

²⁷⁶SILVA, Maria Andrade. **A Borracha Passada na História: os Soldados da Borracha durante a Segunda Guerra**. [Dissertação de Mestrado]. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2005, p.45.

²⁷⁷MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha: da Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p. 340.

²⁷⁸LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às lutas Contemporâneas**. Manaus. 2013. [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, p.109.

A remuneração dos soldados era fornecida pela ACA e seguia um método que preconizava o desempenho individual do empregado²⁷⁹. O estímulo ao patriotismo era outro aspecto que caracterizou a vida dos soldados ao longo de sua estada nos seringais. O discurso governamental que a eles era destinado tinha o propósito de valorizar não apenas a alta produtividade no trabalho, mas também disseminar entre eles a importância da ideia de soberania nacional.

Como exemplo da divulgação de valores patrióticos de soberania nacional entre os seringueiros amazônicos, menciona-se a parada dos “soldados da borracha” organizada pelo interventor Álvaro Maia, “evento que contava com a celebração de uma missa; desfile pelas ruas de Manaus e concentração no Estádio General Osório²⁸⁰ e terminava com a fala do seringueiro nº 1, do Interventor e também, com o desfile de mais de 1.000 operários...²⁸¹”. Havia, também, a celebração do mês da borracha, em decorrência da inspeção de Valentim Bouças, uma das figuras responsáveis pela assinatura dos Acordos de Washington.

Os “soldados”, sob a influência de interventores, costumavam fazer juramentos como este: “permanecer nos seringais para que formos designados, porque são quartéis do Brasil, e deles não sairemos, cometendo crime de deserção, como não sairemos de uma frente de batalha²⁸²”. Entre os juramentos, encontrava-se a conciliação entre os seringalistas e seringueiros:

Juramos viver em máxima harmonia e disciplina, ao lado de seringalistas e seringueiros veteranos, porque são soldados da mesma batalha e brasileiros

²⁷⁹ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS (ACA). Boletim. Manaus, ano 2, nº 24 julho de 1943, p.12.

²⁸⁰O Ato 2, de 21 de dezembro de 1937, o Município concedeu a Praça General Osório ao comando da Guarnição Federal e do 27º Batalhão de Caçadores (BC), para a instalação de um estádio destinada à prática de educação física. Esse parque de exercícios, denominado Estádio General Osório foi inaugurado em 2 de outubro de 1938 e servia tanto aos militares quanto ao público em geral. O Prefeito Paulo Nery, por meio do Decreto 163 de 23 de dezembro de 1971, concedeu, definitivamente, o terreno do Estádio General Osório ao Ministério do Exército para que ali o Comando Militar da Amazônia instalasse o Colégio Militar de Manaus (CMM). Extraído: <http://idd.org.br/acervo/estadio-general-osorio/> acesso em 04 de maio de 2017.

²⁸¹COSTA, Francisco Pereira. **Para a Chuva não Beber o Leite. Soldado da Borracha: Imigração, Trabalho e Justiça na Amazônia, 1940 – 1945**. [Tese de Doutorado], Universidade de São Paulo, 2014, p.62.

²⁸²ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS (ACA). Boletim, Manaus, ano 2, nº 24, julho de 1943, p.12.

das mesmas ideias, porque descendem de pioneiros e desbravadores que souberam resistir e vencer, abrindo caminhos para as investidas de hoje²⁸³.

Os “soldados da borracha”, como assinala Carlos José de Farias Pontes, deveriam demonstrar respeito a todos com quem se relacionavam no âmbito dos seringais²⁸⁴. Esses soldados, embora não integrados aos quadros militares, ocuparam o Vale do Amazonas no “*front* de guerra”. Conforme a propaganda oficial, “os soldados da borracha seriam heróis de guerra tão importantes quanto aqueles que iriam para o *Front-Europeu* e o ‘Exército da borracha’ teria a missão vital de salvar os países aliados do colapso, fornecendo a matéria-prima estratégica para a indústria bélica²⁸⁵”. Antes de seguirem ao *front* de guerra, os soldados da borracha eram examinados por uma junta médica, cuja função era verificar as condições de saúde dos seringueiros.

O governo dos EUA considerava relevante o estado de saúde dos recrutados, conforme preconiza Neeleman e Neeleman: “a saúde era uma preocupação importante para os Estados Unidos, os recrusas eram cuidadosamente examinados e quase 10% foram rejeitados por problemas de saúde²⁸⁶”. Contudo, na década 1940, a região Norte ainda não havia sido objeto de política de saneamento para se reduzir a proliferação de doenças, principalmente às infectocontagiosas.

Em geral, a principal razão para se excluir os recrutados justificava-se pelo fato de muitos deles estarem infectados por doenças como varíola, febre amarela, febre tifoide e tétano, enfermidades que aumentavam as taxas de mortalidade e reduziam a capacidade de trabalho de seus moradores, como consequências funestas para a produção de borracha²⁸⁷. O governo brasileiro, nesse contexto, realizou estudos sobre essas moléstias, que permitiram a constituição do quadro estatístico detalhado sobre a

²⁸³ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS (ACA). Boletim, Manaus, ano 2, nº 24, julho de 1943, p.12.

²⁸⁴ PONTES, Carlos José de Farias. **A guerra no inferno verde: Segundo Ciclo da Borracha, o *front* da Amazônia e os Soldados da Borracha**. [Universidade Federal do Acre (UFAC)] *South American Journal of Basic Education, Technical and Technological*, ISSN: 2446-4821. vol.2, n.1, p.56-67, 2015.

²⁸⁵ SILVA, Maria Andrade. **A Borracha Passada na História: os Soldados da Borracha durante a Segunda Guerra**. [Dissertação de Mestrado], Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2005, p.45.

²⁸⁶ NEELEMAN, Gary e NEELEMAN, Rose. **Soldados da Borracha: o Exército Esquecido Que Salvou A Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p.67. Disponível em: <https://store.kobobooks.com/pt-br/ebook/soldados-da-borracha>. Acesso em: 12 de julho de 2016.

²⁸⁷ LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às lutas Contemporâneas**. Manaus. 2013, [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, p.50.

situação das doenças e, conseqüentemente, do estado físico, biológico e dos tipos de relações sociais em todas as esferas da vida cotidiana no Brasil²⁸⁸.

Em 1940, o embaixador norte-americano William Burdett viajou à Amazônia com o propósito de verificar as condições de trabalho nos seringais amazônicos, ocasião em que se constatou que o estado de saúde dos sertanejos que lá permaneciam não era muito diferente daquela registrada nos relatos sobre o primeiro *boom* da borracha, ou seja, os migrantes nordestinos permaneciam em estado de debilidade e vulneráveis às doenças amazônicas²⁸⁹.

Essa situação causou consternação no embaixador, que, após visita ao SESP, decidiu elaborar um relatório em que se registrou a vulnerabilidade dos recrutados, e seus acompanhantes, que viriam a compor o Exército da Borracha: “as crianças viajavam em completa promiscuidade. A alimentação de bordo compõe-se de alimentos deteriorados e também de gênero de péssima qualidade²⁹⁰”. Evidencia-se a negligência dos órgãos do Estado Novo criados para promover o traslado e o alojamento dos soldados e de seus familiares. Nesse contexto, o governo norte-americano pagava ao Brasil o valor de US\$ 100 por cada trabalhador novo acomodado nos seringais amazonenses²⁹¹.

Os recursos financeiros recebidos do governo dos EUA foram empregados com diversos propósitos, como por exemplo, na instalação de pousos para acolher os migrantes antes da viagem ao local de destino. Apesar dos investimentos, as condições de higiene e de habitação desses pousos eram deploráveis, de acordo com a análise de Oliveira Lima sobre relatório emitido pelo SEMTA, datado de 1943²⁹².

Nas palavras do comandante Ernani Augusto Martins Ribeiro, “o embarque ocorria em Fortaleza, e dali seriam conduzidos até o porto de Belém. Na época, o porto

²⁸⁸ FERREIRA, Maria Liege Freitas. **A Construção do Eldorado Amazônico no Governo Vargas: a Representação através da Imagem (1940-1945)**. [Tese de Doutorado], Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara, Araraquara, 2011, p.121.

²⁸⁹ NEELEMAN, Gary e NEELEMAN, Rose. **Soldados da Borracha: o Exército Esquecido Que Salvou A Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p.68. Disponível em: <https://store.kobobooks.com/pt-br/ebook/soldados-da-borracha>. Acesso em: 12 de julho de 2016.

²⁹⁰ Relatório do Serviço Especial de Saúde Pública ao Ministério de Educação e Saúde (MES) – Jul/Set. 1945, p.17.

²⁹¹ MAGESTE, Paula. Exército da Borracha. Disponível em: <<http://www.pakaas.net/exercito%20da%20borracha.htm>>. Acesso em: 27 de setembro de 2016.

²⁹² LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus, [Dissertação de Mestrado], UFAM, 2013, p.77.

de Fortaleza não existia, o que existia era uma espécie de píer ou cais para embarcar as pessoas²⁹³”. Ribeiro destaca que o navio ficava fundeado numa certa distância da costa. Por isso, quem levava os soldados e seus familiares eram os barcos pequenos, as “chatas” (tipo de balsa que é muito utilizada na navegação fluvial para fins de escoamento de cargas), com tamanho de aproximadamente 10 a 15 metros. Para subirem no navio essas pessoas necessitavam de ajuda da tripulação e subiam pela escada de portaló (por onde se entra em um navio).

Em entrevista realizada em 2016, o comandante Ernani Augusto Martins Ribeiro relata que os migrantes nordestinos vinham em caminhões grandes pertencentes a um órgão, que não sabe precisar o nome²⁹⁴. O entrevistado sugere que os caminhões, que transportavam os soldados da borracha e seus familiares, partiam de cidades do interior do Ceará em direção a Fortaleza. O relato do comandante indica que “muitas dessas pessoas chegavam ao navio bem debilitadas fisicamente, possivelmente, em virtude do tempo de deslocamento dentro dos caminhões sem sequer fazer algum tipo de refeição²⁹⁵”.

O comandante descreve, ainda, que faziam sua primeira refeição, geralmente, com feijão, arroz, carne ou peixe e farinha de mandioca, somente uma vez em alto mar e que permaneciam prostrados em suas redes²⁹⁶. À medida que o navio seguia sua rota normal, “muitos vomitavam uns nos outros, obrigando o contramestre a baldear o convés duas a três vezes por dia”. Acerca do SEMTA, o entrevistado disse desconhecer a existência do órgão, ao mencionar que os recursos empregados no custeio da assistência médica prestada aos migrantes eram concedidos por outra fonte, embora ele não pudesse especificar o nome desta.

Ernani Augusto Martins Ribeiro esclarece que “apesar da dedicação de enfermeiros e de médicos, muitas dessas pessoas morreram ao longo da viagem. Assim,

²⁹³ Comandante de Longo Curso Ernani Augusto Martins Ribeiro, entrevista realizada pelo autor no dia 26 de fevereiro de 2016.

²⁹⁴ Comandante de Longo Curso Ernani Augusto Martins Ribeiro, entrevista realizada pelo autor no dia 26 de fevereiro de 2016.

²⁹⁵ Comandante de Longo Curso Ernani Augusto Martins Ribeiro, entrevista realizada pelo autor no dia 26 de fevereiro de 2016.

²⁹⁶ Comandante de Longo Curso Ernani Augusto Martins Ribeiro, entrevista realizada pelo autor no dia 26 de fevereiro de 2016.

o doutor escrevia no atestado de óbito informando a causa mortis, disenteria²⁹⁷”. O tratamento dispensado aos mortos se dava da seguinte forma: “eram costurados em pedaços de lona com restos de grelha de fornalha e tijolos refratários das caldeiras. Parava-se o navio, o comandante lia o Salmo de Davi e ordenava lança-los ao mar²⁹⁸”, em seguida, davam-se três apitos longos e o navio prosseguia em movimento²⁹⁹.

Convém ressaltar que o deslocamento dos soldados da borracha rumo à região amazônica, no início da década de 1940, decorreu de circunstâncias ambientais, sociais e políticas relativas à conjuntura internacional e nacional do período. No plano externo, deve-se mencionar o estreitamento das relações diplomáticas e militares do Brasil com os EUA e as demais potências aliadas no contexto da Segunda Guerra, cujo principal marco jurídico foi os Acordos de Washington.

No âmbito interno, destacam-se a grave seca de 1942, que atingiu particularmente o sertão cearense, região que se caracterizava por estado de pobreza e de desemprego, e o discurso nacional-desenvolvimentista do governo Vargas com vistas a ocupar os “vazios territoriais” do Brasil e a explorar economicamente os produtos amazônicos. Esse discurso é evidenciado por meio da trajetória de agentes burocráticos do Estado Novo, como é o caso de Jean-Pierre Chabloz, que elaborou diversos cartazes que tinham como tema central as condições de vida dos soldados da borracha. Os referidos cartazes de Chabloz serão objeto da próxima seção deste capítulo.

2.2 OS CARTAZES DE JEAN-PIERRE CHABLOZ

A propaganda oficial do governo brasileiro, por meio do DIP, constituiu importante mecanismo para atrair os nordestinos para o Vale do Amazonas. Em regimes autoritários, como o Estado Novo, a propaganda política adquire força graças ao monopólio exercido pelo aparato estatal sobre os meios de comunicação. De acordo

²⁹⁷Comandante de Longo Curso Ernani Augusto Martins Ribeiro, entrevista realizada pelo autor no dia 26 de fevereiro de 2016.

²⁹⁸Comandante de Longo Curso Ernani Augusto Martins Ribeiro, entrevista realizada pelo autor no dia 26 de fevereiro de 2016.

²⁹⁹Comandante de Longo Curso Ernani Augusto Martins Ribeiro, entrevista realizada pelo autor no dia 26 de fevereiro de 2016.

com Maria Helena Capelato, os meios de comunicação estadonovistas tendiam a enfatizar aspectos políticos e culturais da vida pública e exerceram considerável influência no imaginário nacional, particularmente das populações iletradas do país³⁰⁰.

O discurso político do Estado Novo, como o próprio nome sugere, trazia, na forma e no conteúdo, uma visão de futuro para o Brasil, um país que há pouco começava a se industrializar, mas que, à época, ainda era pouco integrado no plano territorial, econômico e demográfico. Esse discurso era veiculado por meio de mecanismos de propaganda política, cujo objetivo era conferir um novo sentido ao país, que deveria deixar seu passado rural e agrário. De acordo com Isabel Guillen:

Situando-o no terreno da história, os ideólogos do Estado Novo tentavam imprimir uma imagem de futuro: finalmente integrada ao corpo da Nação, a Amazônia alcançaria o progresso e o desenvolvimento que parte do País já desfrutava. Essa imagem de futuro naturalmente se constrói com a recusa de uma certa imagem do passado, reparado pela ação governamental que não mais deixaria a região abandonada³⁰¹.

Ainda, conforme Guillen, os veículos de comunicação e as práticas discursivas adotadas pelo governo Vargas, durante a “Batalha da Borracha”, permitiram criar um senso de identidade entre os “soldados da borracha” da década de 1940 e os camponeses que participaram da “conquista do Acre” no início do século XX. Esse senso de identidade produzido pelo governo brasileiro integrou uma nova história para os soldados da borracha, que ocorreu por meio de experiências vividas durante os trabalhos nos seringais, apresentando uma imagem homogênea da Nação e do Estado, superando os conflitos sociais³⁰².

A imprensa pública e a privada eram amplamente empregadas para incutir o sentimento de amor à pátria na sociedade, em um período tão conturbado e significativo da história do Brasil. Nessas circunstâncias, Vargas fez uso de meios de comunicação

³⁰⁰ CAPELATO, Maria Helena. **Propaganda Política e Controle dos Meios de Comunicação**. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.169.

³⁰¹ GUILLEN, Isabel C.M. A Batalha da Borracha. Propaganda política e migração nordestina para a Amazônia. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba**, n.9, p. 95-102, 1997, p.99. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39301>. Acesso em: 24 de setembro de 2016.

³⁰² GUILLEN, Isabel C.M. A Batalha da Borracha. Propaganda política e migração nordestina para a Amazônia. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba**, n.9, p. 95-102, 1997, p.99. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39301>. Acesso em: 24 de setembro de 2016.

com o propósito de criar a ideia de dever para com a nação, a fim de que nenhum brasileiro pudesse se esquivar da missão precípua que seria a de estabelecer as bases para vitória dos aliados na Segunda Guerra. Como ensina Maria Liege Freitas Ferreira:

Ao romper com a Alemanha, cada vez mais poderosa na luta pela sua hegemonia na Europa, Vargas começa a “preparar” a população brasileira para as possíveis retaliações por parte da Alemanha para com o Brasil. Em discursos diretos ao público e veiculados através da imprensa escrita e radiofônica, o presidente utilizava a retórica da necessidade do patriotismo e civismo como elementos basilares para suportar as vicissitudes que viriam [...] ³⁰³.

O DIP desempenhou função essencial no processo que mobilizou milhares de “soldados da borracha” para os seringais amazonenses. Nesse contexto, o governo brasileiro fez uso das imagens geradas por Jean-Pierre Chabloz, artista e publicitário suíço, como forma de estimular os fluxos migratórios. Chabloz era conhecedor de diversas disciplinas das ciências sociais e das artes (publicidade, música, teatro e desenho), de modo que, em 1943, passou a integrar o quadro de funcionários do SEMTA, por intermédio da indicação de “Georges Rabinovitch, que trabalhava em favor dos interesses americanos” ³⁰⁴.

Antes de prestar serviços ao SEMTA, Chabloz residia na cidade do Rio de Janeiro, onde ministrava aulas em curso de desenho, com base nos ensinamentos que a educadora francesa *Mme. Artus-Perrelet* transmitia ao longo do curso. Ana Carolina Albuquerque de Moraes afirma que Chabloz adquiriu seus conhecimentos, quando estudou no Instituto *Jean-Jacques Rousseau*, em Genebra, na atual *Faculté de Psychologie et des Sciences de l'Éducation* (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação), sendo ajudado por personalidades e organizações francesas ³⁰⁵. O suíço, ao receber convite do SEMTA, mudou-se com sua família para Fortaleza, onde iria compor a equipe da agência governamental na campanha de mobilização dos “soldados da borracha”, em que fez “chegar a todos, as ideias traçadas pela divisão de propaganda

³⁰³ FERREIRA, Maria Liege Freitas. **A Construção do Eldorado Amazônico no Governo Vargas: a Representação Através da Imagem (1940-1945)**. [Tese de Doutorado]. Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara, Araraquara, 2011, p.124-125.

³⁰⁴ SECRETO, María Verónica. **Soldado da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p.86.

³⁰⁵ MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. **Rumos à Amazônia, Terra da Fartura: Jean-Pierra Chabloz e os Cartazes Concebidos para o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia**. [Dissertação de mestrado]. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012, p. 24.

por meio de grandes e coloridos cartazes que deveriam espalhar a boa nova: a Amazônia era o novo Eldorado³⁰⁶.

Com base no renascimento do mito do Eldorado, os “soldados da borracha”, por meio da difusão de valores e de crenças sobre a região Norte, locomoviam-se para a terra da “fartura³⁰⁷”. A Amazônia era conhecida naquela época como região onde o “leite” valioso da seringueira brotava aos borbotões e, por isso, gerava riquezas incomensuráveis³⁰⁸. Nesse sentido, as figuras elaboradas por Chabloz foram formidáveis, pois contribuíram para a constituição de um conjunto de imagens que estimularam a atração de trabalhadores de toda parte do Brasil, sobretudo os oriundos do Nordeste do país, para se engajarem nos programas do SEMTA. De acordo com a tabela abaixo, constata-se que a maioria dos “soldados da borracha” eram procedentes do Ceará.

Tabela 2. Distribuição dos “Soldados da Borracha” pelas Principais Localidades de Origem (1943)

Município	Unidade da Federação	“Soldados da Borracha” (n°)
Fortaleza	Ceará	4.667
Sobral	Ceará	1.771
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1.452
Parnaíba	Piauí	1.038
Mossoró	Rio Grande do Norte	980
Areia Branca	Rio Grande do Norte	574
Senador Pompeu	Ceará	544
Macau	Rio Grande do Norte	520

Fonte: MORALES, Lúcia Arraes. **Vai e Vem, Vira e Volta: A Rota dos Soldados da Borracha**. São Paulo: Editora Annablume/Fortaleza: Secult, 2002, p.220.

Pode-se afirmar que os produtos do funcionário suíço foram importantes para dar base ao que Guillen descreveu como ideia de “futuro promissor” inerente à propaganda política de migração para a região Norte, ocorrida na primeira metade da década de 1940:

³⁰⁶ ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015, p.53.

³⁰⁷ SILVA, José Carlos Meireles da. Soldados da Borracha: Os heróis esquecidos na Amazônia. **Revista do Exército Brasileiro**. Vol 151, n. ISSN0101-7184, p 11 -17, 1º quadrimestre – Ed. Esp, 2015, p. 14.

³⁰⁸ SILVA, José Carlos Meireles da. Soldados da Borracha: Os heróis esquecidos na Amazônia. **Revista do Exército Brasileiro**. Vol 151, n. ISSN0101-7184, p 11 -17, 1º quadrimestre – Ed. Esp, 2015, p. 14.

A propaganda do Estado Novo, no entanto, elaborava um discurso em que o migrante estaria protegido pela ação governamental. Mais do que migrantes, seriam soldados na batalha da produção. E além de soldados, teriam a chance de refazer suas vidas numa região para a qual se antevia um futuro promissor³⁰⁹.

Chablos teve, ainda, a oportunidade de propiciar a realização de “propagandas imagéticas da Campanha Nacional da borracha entre suas atribuições, uma delas consistia em criar biotipos para a seleção dos candidatos ao exército da borracha³¹⁰”. Com isso, os médicos poderiam fazer uma verificação mais imediata dos tipos humanos que interessavam à Campanha da Borracha³¹¹. “As tarefas ligadas à biotipologia eram sempre executadas segundo a solicitação, as orientações e a supervisão do Dr. Rodrigues, que fora designado como o responsável pelo assunto³¹²”. Conforme Araújo e Neves, Chablos analisou variadas formas corporais, por meio de:

Quinze desenhos, incluído um sobre tipos de crânios e faces. Esses “mapas” humanos ficavam estrategicamente ao alcance dos olhos do profissional na hora do exame médico que daria sinal verde ou vermelho para o alistamento definitivo³¹³.

Os desenhos de Chablos eram “de frente e de perfil, sempre em completa nudez, a fim de facilitar a classificação pelos médicos dos indivíduos examinados³¹⁴”. As imagens biotipológicas do artista suíço engendraram a classificação do “homem nordestino”, de acordo com a apresentação física de cada indivíduo. Essa classificação abrangeu os seguintes tipos: “normolíneo” (indivíduo de estatura mediana), “mixotipo”,

³⁰⁹GUILLEN, Isabel C.M. A Batalha da Borracha. Propaganda política e migração nordestina para a Amazônia. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba**, n.9, p. 95-10, 1997, p.98. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39301>. Acesso em: 24 de setembro de 2016.

³¹⁰SILVA, Maria Andrade. **A Borracha Passada na História: os Soldados da Borracha durante a Segunda Guerra**. [Dissertação de Mestrado]. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2005, p.49.

³¹¹ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015, p.69.

³¹²*Énumération des TRAVAUX exécutés pour le S.E.M.T.A. Dessins etc. en relation Directe avec CE service. – S. Luiz – Belém – Teresina – Fortaleza. dès le 2 janvier 1943*. Texto manuscrito de autoria de Jean-Pierre Chablos. Arquivo do artista. Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC).

³¹³ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015, p.69.

³¹⁴MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. **Rumo à Amazônia, Terra da Fartura: Jean-Pierre Chablos e os Cartazes Concebidos para o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia**. [Dissertação de Mestrado] Campinas, 2012, p.101.

“longilíneo estênico³¹⁵”, “longilíneo astênico³¹⁶”, “brevilíneo estênico³¹⁷”, “brevilíneo astênico³¹⁸” e “disgenopatas³¹⁹”. Ana Carolina Moraes esclarece que, para fins de seleção médica, os biótipos “normolíneo” e “mixotipo” eram os prediletos, em virtude de demonstrar compleição mais harmônica do que, por exemplo, os “disgenopatas”:

Essa observação foi já feita por Morales, que percebeu tratar-se de um “disgenopata”, em sua versão de perfil, a única figura mostrada com os cabelos despenteados. Todos os outros biótipos são apresentados com os cabelos devidamente alinhados. Como mostra a autora, através do zelo com a aparência dos migrantes, em especial no momento de sua partida em caminhões para a Amazônia, o SEMTA visava a construir, junto à opinião pública, uma imagem positiva de sua atuação³²⁰.

Araújo e Neves ressaltam que os homens recrutados para a Campanha da Borracha deveriam, entre outras características, ser saudáveis e estar aptos a desempenhar tarefas manuais de extração do látex. Dessa forma, era fundamental que estivessem inseridos no conceito do tipo “normal”, que extrapolava o trabalho da coleta do látex, mas levava também em conta o fato de que tal contingente de homens iria inevitavelmente contribuir para o povoamento da Amazônia³²¹.

O suíço era, igualmente, responsável pela divulgação gráfica da Campanha da Borracha. Por meio de folhetos e cartazes, ele caracterizou os caminhões em que eram transportados os soldados, e fez os braceletes de identificação que levavam os

³¹⁵ Indivíduo com estatura e peso discretamente inferiores à média, magro. GUEDES, Dartagnan Pinto; GUEDES, Joana Elisabete Ribeiro Pinto. **Manual Prático para Avaliação em Educação Física**. Barueri, SP: Editora Manoele, 2006, p. 165.

³¹⁶ Indivíduo com estatura superior ou inferiores à média, peso corporal deficiente, músculos e esqueletos frágeis. GUEDES, Dartagnan Pinto; GUEDES, Joana Elisabete Ribeiro Pinto. **Manual Prático para Avaliação em Educação Física**. Barueri, SP: Editora Manoele, 2006, p. 165.

³¹⁷ Pessoa com estatura inferior à média, peso corporal elevado e membros inferiores curtos. GUEDES, Dartagnan Pinto; GUEDES, Joana Elisabete Ribeiro Pinto. **Manual Prático para Avaliação em Educação Física**. Barueri, SP: Editora Manoele, 2006, p. 165.

³¹⁸ Estatura superior ou inferior à média, peso corporal elevado, com menores dimensões dos membros inferiores. GUEDES, Dartagnan Pinto; GUEDES, Joana Elisabete Ribeiro Pinto. **Manual Prático para Avaliação em Educação Física**. Barueri, SP: Editora Manoele, 2006, p. 165.

³¹⁹ Homens que apresentavam assimetria desproporcional, anatômica, em alto grau, em relação ao conjunto do corpo, MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. **Rumo à Amazônia, Terra da Fartura: Jean-Pierre Chablos e os Cartazes Concebidos para o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia**. [Dissertação de Mestrado] Campinas, 2012, p.103.

³²⁰ MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. **Rumo à Amazônia, Terra da Fartura: Jean-Pierre Chablos e os Cartazes Concebidos para o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia**. [Dissertação de Mestrado]. Campinas, 2012, p.106.

³²¹ ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015, p.74.

trabalhadores³²². Além disso, Chabloz “deveria fazer também outras peças informativas, mostrando as atividades do órgão; desenhos explicativos com o itinerário dos carros, trem e navio até a Amazônia, as roupas e utensílios cedidos pelo governo³²³”.

Chabloz trouxe ao Brasil ampla experiência profissional e acadêmica adquirida na Europa, que o possibilitou confeccionar cartazes para o SEMTA. Quando iniciou suas atividades no órgão, passou a observar as etapas do processamento da borracha, da coleta do látex até a transformação da matéria-prima em produto comercial, ao mesmo tempo em que ressaltava representações do Estado Novo sobre os “soldados da borracha”. Conforme Secreto:

Chabloz tinha trabalhado na Europa na área de publicidade e realizara vários cartazes publicitários. Foi essa experiência que utilizou em seu novo trabalho. As ideias sobre o Estado Novo e as deste a respeito do recrutamento de trabalhadores estavam mediadas, em grande parte, por seus contatos, o círculo de funcionários que tinha viajado do Rio de Janeiro para Fortaleza, no final de 1942, para organizar todo o serviço do novo órgão, o SEMTA³²⁴.

A forma pela qual o suíço representou os seringueiros dava impressão de que as tarefas eram realizadas sem muito esforço, como se constata do trecho seguinte: “em um dos cartazes, um homem espera despreocupadamente enquanto o látex sai pelos cortes feitos na seringueira e cai já em um recipiente³²⁵”. Para Moraes, Chabloz comportava-se, em algumas circunstâncias, como um mero observador dos fatos da realidade amazônica e, em outras, como um artista capaz de expressar, por meio de seu trabalho artístico, as suas angústias e frustrações³²⁶.

Chabloz exerceu seu ofício com profissionalismo e elaborou inúmeros cartazes, como, por exemplo, o “Mais Borracha Para a Vitória” [Fig.2], que foi idealizado nos primeiros dias de janeiro de 1943. Segundo Moraes, o cartaz demonstrava o “soldado da

³²²SECRETO, María Verónica. **Soldado da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p.89.

³²³ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015, p.53.

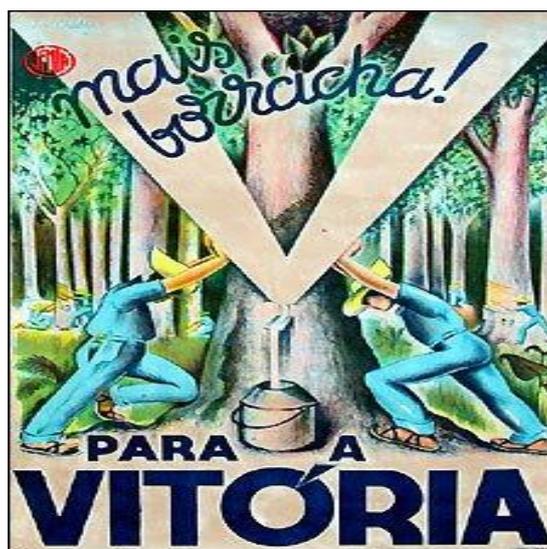
³²⁴SECRETO, María Verónica. **Soldado da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p.74.

³²⁵ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: Os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015, p.53.

³²⁶MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. **Rumo à Amazônia, Terra da Fartura: Jean-Pierre Chabloz e os Cartazes Concebidos para o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia**. [Dissertação de Mestrado] Campinas, 2012, p.95.

borracha” em plena forma física empurrando a letra “V”. Esse cartaz demonstra o empenho dos “soldados da borracha” em trabalhar em prol dos esforços de guerra. Os recursos gráficos que Chabloz fazia uso em suas imagens deixavam os recrutados entusiasmados a partirem em defesa da pátria.

Figura 2



Jean-Pierre Chabloz. Estudo para cartaz Mais borracha para a vitória, 1943.
Lápis de cor, aquarela e nanquim. 96 x 66 cm. Museu de Arte da UFC
(MAUC).

A noção de pátria constituiu mote recorrente na obra do artista, em que o trabalho dos migrantes era representado como parte de um projeto nacional, ou seja, um ato de patriotismo. Não é sem razão que muitos dos cartazes elaborados traziam os matizes azul, amarelo e verde como forma de se fazer alusão à bandeira nacional³²⁷. Interessante ressaltar é que, para os ideólogos do Estado Novo, havia uma correlação entre as ideias de pátria, de trabalho e de cidadania. Dessarte, Moraes infere que: “[...]os ‘Soldados da Borracha’, trabalhadores a serviço da pátria, não poderiam estar entregues ao ócio. Deveriam apresentar-se, aos olhos da nação, como indivíduos dignos da alcunha de cidadãos³²⁸”.

³²⁷MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. **Rumo à Amazônia, Terra da Fartura: Jean-Pierre Chabloz e os Cartazes Concebidos para o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia**. [Dissertação de Mestrado]. Campinas, 2012, p.259.

³²⁸MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. **Rumo à Amazônia, Terra da Fartura: Jean-Pierre Chabloz e os Cartazes Concebidos para o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia**. [Dissertação de Mestrado]. Campinas, 2012, p. 179.

Outro produto gráfico criado por Chabloz foi o mapa do Brasil que exhibe os seringais da Amazônia e os seringueiros extraindo a borracha e que traz como conteúdo textual, a expressão, “cada um no seu lugar” [Fig.3]. Nesse mapa, a Amazônia é apresentada “como terra de possibilidades para aqueles que não tinham opção alguma [...]”³²⁹. Ou seja, a propaganda oficial, a fim de recrutar trabalhadores para os seringais, fez uso de “alguns elementos de imaginário, dos desejos e das emoções, por meio de símbolos e de um discurso direto e apelativo”³³⁰. Secreto, ao fazer menção à análise do historiador Carlo Ginzburg sobre um cartaz elaborado por Lord Kitchner durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1919), comenta que:

Trata-se (...) de um dos cartazes mais eficazes da história, e prova disso foi a adaptação que dele foi feita pelos Estados Unidos pela URSS (...) para que um cartaz desse tipo – recrutamento de homens - tenha sucesso, ele deve comover, deve despertar anseios ou apelar moralmente, deve acordar antigas emoções³³¹.

Figura 3



Jean-Pierre Chabloz. Cada um no seu lugar! Ano 1943. Museu de Arte da UFC (MAUC).

³²⁹SECRETO, María Verónica. **Soldado da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p.73.

³³⁰SECRETO, María Verónica. **Soldado da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p.73.

³³¹SECRETO, María Verónica. **Soldado da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p.73.

O mapa “cada um no seu lugar” é emblemático, pois estabelece equivalência entre as atribuições dos soldados do exército brasileiro, situados na faixa litorânea, e os “soldados da borracha”, localizados às margens do rio Amazonas, cuja nobre missão era “salvar” os países aliados de eventuais crises de abastecimento do produto durante a Segunda Guerra. Tanto os seringueiros quanto os militares eram representados como “heróis” nacionais, por isso, cada qual deveria contribuir, à sua maneira, para a vitória do Brasil no conflito mundial.

A imagem com os dizeres “Vai também para a Amazônia” [Fig.4], o espectador do cartaz do artista “é um homem de pés no chão, que está contemplando, ou esperando, e em condições de ser um trabalhador recrutado e “protegido” pelo SEMTA³³²”. A imagem exposta por Chabloz mostra um homem solitário observando um grupo de trabalhadores em caminhões, animados por seguirem em direção à Amazônia.

Figura 4



Jean-Pierre Chabloz. Vai também para a Amazônia
Ano 1943. Museu de Arte da UFC (MAUC)

Os trabalhadores recrutados recebiam enxoval de viagem que era composto [Fig. 5] “de uma calça de mescla, uma blusa de morim branco, um chapéu de palha, um par de alparcatas de rabicho, uma caneca, um prato fundo, um talher que era colher e garfo,

³³²SECRETO, María Verónica. **Soldado da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 92.

uma rede, e um saco de estopa³³³”. Esse enxoval, também representado pelo artista suíço, era fornecido pelo SEMTA e visava deixar o soldado em condições de desenvolver suas atividades nos termos do contrato de trabalho acordado. As ilustrações tinham o pretexto de tornar conhecido o conteúdo do contrato numa sociedade em que grande parte da população era analfabeta³³⁴.

Figura 5



Jean-Pierre Chabloz. Equipamento de viagem.
Ano 1943. Museu de Arte da UFC (MAUC).

Chabloz teve, também, a oportunidade de trabalhar no SESP. Em 1943, o suíço foi designado por Charles Wagley, antropólogo norte-americano, que, na ocasião, exercia as atribuições de diretor do projeto de migração desse órgão governamental. No SESP, Chabloz foi solicitado a elaborar avisos explicativos para profissionais de saúde e para candidatos à condição de “soldados da borracha”. Com efeito, foram elaborados

³³³MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Acervo de Jean-Pierre Chabloz. **Equipamento de Viagem**. Fortaleza, 1943.

³³⁴SECRETO, María Verónica. **Soldado da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p.93

três *layouts*³³⁵ para que o SESP pudesse distribuir atebriina gratuitamente aos futuros seringueiros. “Segundo registros do diário, esse *layout* teria sido elaborado entre os dias doze de março e dois de abril, incluindo nesse período algumas pequenas modificações solicitadas por Wagley³³⁶”. Para Moraes, a relevância dos cartazes do suíço para missão que era cumprida pelo órgão sanitário pode ser resumida desta forma:

É nesse contexto que podemos compreender os cartazes que Chabloy concebeu para o SESP [...] Eles constituem peças de propaganda que transmitem conteúdos de educação sanitária: esclarecem o modo de contração da malária, ressaltam a importância da higiene das mãos no momento das refeições, ensinam a forma adequada de realizar o tratamento das feridas e de prevenir-se dos vermes, estimulam o asseio do corpo e do ambiente doméstico. São peças que se coadunam com a ênfase conferida pelo SESP à educação sanitária como principal ferramenta em prol da medicina preventiva, conforme análise dos autores citados³³⁷.

Em carta escrita por Chabloy ao amigo Rabnovitch, que, à época, era representante legal da RDC no Brasil, foram descritas as dificuldades experimentadas pelo autor da carta para desenvolver suas funções no SEMTA. No trecho abaixo, o suíço demonstra sua insatisfação para com as atividades que desempenhava no SEMTA, em razão das falhas administrativas (excesso de burocracia, por exemplo) que caracterizavam o funcionamento dessa agência governamental:

Insistiu sobre a situação complexa e grave de Belém, especialmente sobre a dificuldade resultando da divisão do serviço entre o SEMTA e o SAVA; graves deficiências sobre esse último serviço (que se manifestaram, como se sabe, desde a chegada das primeiras turmas em Belém onde nada estava preparado para recebê-las e encaminhá-las para o interior) e principalmente a falta de ligação eficiente e de boa vontade e de cooperação, da parte dos

³³⁵ *Layout* é uma palavra da língua inglesa, muitas vezes, empregada na forma portuguesa "leiaute", que significa plano, arranjo, esquema, *design* ou projeto. Na área da arte gráfica, o *layout* constitui um esboço ou rascunho que evidencia a estrutura física de uma página de um jornal, revista ou página na internet (como um blog, por exemplo). O *layout* engloba elementos como texto, gráfico, imagem e a forma. <http://www.significados.com.br/layout/>. Acesso em: 24 de agosto de 2016.

³³⁶ *Énumération des TRAVAUX exécutés pour le S.E.M.T.A. Dessins etc. en relation Directe avec CE service. – S. Luiz – Belém – Teresina – Fortaleza. dès le 2 janvier 1943.* Texto manuscrito de autoria de Jean-Pierre Chabloy. Arquivo do artista. MAUC.

³³⁷ MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. **Rumo à Amazônia, Terra da Fartura: Jean-Pierre Chabloy e os Cartazes Concebidos para o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia.** [Dissertação de Mestrado]. Campinas, 2012, p. 172.

órgãos complementares de Belém, causaram eternos obstáculos e incessantes dificuldades ao SEMTA³³⁸.

Em resposta à carta enviada por Chabloz, o representante da RDC sugere ao suíço que se conforme com a situação relatada, pois as obrigações assumidas com o SEMTA tinham aspecto temporário, como se destaca na citação seguinte:

...não hesito em aconselhá-lo a não ter muita esperança de melhoria na situação em que você se encontra hoje. Com efeito, nossos acordos com o SEMTA chegam ao fim e a renovação que ainda estamos negociando, será certamente apenas em caráter provisório. Você pode imaginar que nessas condições, ninguém quererá remediar a falta de organização com a qual você sofreu em seu trabalho³³⁹.

Essa resposta, talvez, tenha influenciado Chabloz a romper o vínculo contratual com o SEMTA. Depois de seis meses de frenética produção de cartazes e outras peças para lançamento da propaganda da Campanha da Borracha, Chabloz pediu demissão³⁴⁰. Em nota explicativa sobre a decisão que tinha tomado, ele tenta justificar as razões que o levaram a tomar a decisão de se demitir do órgão governamental³⁴¹.

Mesmo após a demissão, o suíço teve a oportunidade de organizar um arquivo sobre as atividades que havia realizado quando integrava os quadros daquele órgão administrativo. Em certo sentido, as frustrações vivenciadas quando funcionário do SEMTA não foram bastantes para que Chabloz continuasse, durante algum tempo, a demonstrar certo comprometimento com a missão institucional do órgão. Convém enfatizar que essa demissão remonta a julho de 1943, um pouco antes de se iniciar a fase de decadência da “Batalha da Borracha”, que coincide com ano de 1944:

A partir de 1944, o afã pela Batalha da Borracha declina sensivelmente, principalmente porque estava em franco processo a substituição da borracha natural pela sintética. Percebe-se, neste contexto, que a Batalha estava terminada e que servira muito mais como propaganda do Estado Novo, uma

³³⁸Carta de Jean-Pierre Chabloz. Fortaleza, junho de 1943, encontra-se no acervo do Museu de Arte da UFC (MAUC).

³³⁹Carta de Jean Pierre Chabloz. Fortaleza, junho de 1943, encontra-se no acervo do Museu de Arte da UFC (MAUC).

³⁴⁰ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: Os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015, p.55.

³⁴¹ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: Os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015, p.55.

vez que os resultados produtivos não foram significativos. O aumento da produção de borracha não chegou sequer para suprir as necessidades do mercado interno³⁴².

A experiência de Chabloz como agente do governo brasileiro evidência a importância que a propaganda estadonovista teve para a constituição do “Exército da Borracha” na primeira metade da década de 40 do século XX. Nesse sentido, os meios de comunicação foram empregados pelo governo do Brasil a fim de promover mecanismos de persuasão e adesão coletiva ao regime autoritário e a seus projetos políticos e econômicos.

A obra de Chabloz, por meio de cartazes, de cartilhas e de ilustrações, representa exemplo específico de como a propaganda política do Estado Novo contribuiu para dar fundamento ao discurso governamental a favor da migração nordestina para os seringais da região Norte do país. De um modo geral, toda essa obra deu ênfase às imagens de heroísmo e de prosperidade, livre das dificuldades características da vida sertaneja. Em 1946, entretanto, os efeitos negativos da “Batalha da Borracha” viriam à luz, por meio dos veículos da imprensa nacional. Para Guillen, cerca de vinte mil migrantes morreram nos seringais, de modo que, a perspectiva de um exitoso ciclo da borracha havia acarretado a morte de milhares de brasileiros³⁴³. Portanto, no capítulo seguinte iremos analisar como ocorreu a desmobilização dos soldados da borracha e de seus afins.

³⁴²GUILLEN, Isabel C.M. A Batalha da Borracha. Propaganda política e migração nordestina para a Amazônia. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba**, n.9, p. 95-10, 1997, p.100. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39301>. Acesso em: 24 de setembro de 2016.

³⁴³GUILLEN, Isabel C.M. A Batalha da Borracha. Propaganda Política e Migração Nordestina para a Amazônia. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba**, n.9, p. 95-10, 1997, p.100-101. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39301>. Acesso em: 24 de setembro de 2016.

3. DESMOBILIZAÇÃO DOS SOLDADOS DA BORRACHA: A LUTA PELOS DIREITOS NO PÓS-GUERRA:

3.1. A EXPERIÊNCIA DOS SOLDADOS DA BORRACHA NOS SERINGAIS AMAZÔNICOS

A experiência dos “soldados da borracha” nos seringais amazônicos iniciava-se por meio do alistamento dos retirantes, quando estes eram submetidos a testes médicos e físicos semelhantes aos realizados, naquela época, para a prestação do serviço militar. Após aprovados pelos recrutadores, eram deslocados para o Vale do Amazonas com a finalidade de extrair a borracha³⁴⁴. Antes de serem transportados, agentes do SEMTA disponibilizava para esses trabalhadores um termo de compromisso, uma espécie de contrato de trabalho com cláusulas bem definidas, que dava amparo legal à relação trabalhista que seria estabelecida entre seringueiros e seringalistas. Para Pedro Martinello, esse termo de compromisso adquiria o seguinte aspecto:

- 1ª – 2ª) O seringalista se compromete a:
 entregar ao seringueiro as estradas arrendadas em estado que permita sua exploração e auxiliá-lo na construção da barraca e defumador;
 adiantar ao seringueiro: gêneros alimentícios, peças de roupa e medicamentos até a importância de Cr\$ 150,00 por mês;
 fornecer utensílios e ferramentas necessárias aos serviços de extração, inclusive armas e munição;
 3ª) o seringueiro se compromete a trabalhar 06 (seis) dias por semana na extração do látex; no período de entressafra poderá ocupar-se de outros misteres do seringal, mediante salário de no mínimo Cr\$ 7,00 com comida ou Cr\$ 10,00 sem comida.
 4ª - 5ª) Toda a borracha produzida deve ser entregue ao seringalista. A infração desta cláusula importa em fraude, sujeita a ação penal.
 6ª) Da borracha produzida pelo seringueiro ser-lhe-á creditado o valor correspondente a 60% sobre o preço oficial das praças de Belém e Manaus, não se computando qualquer despesa ou frente, seguro ou impostas.
 7ª - 8ª) O seringueiro poderá cultivar um hectare de terra; poderá caçar e vender as peles dos animais³⁴⁵.

³⁴⁴LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: Das vivências do passado às lutas contemporâneas** Manaus. 2013, [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, p. 72.

³⁴⁵MARTINELLO, Pedro. **A Batalha de Borracha: Na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p.276 - 277.

O termo de compromisso indicava um modelo de relação trabalhista que, segundo Martinello, contrastava com aquele que predominou durante o primeiro ciclo da borracha, período caracterizado por menos formalização no vínculo entre empregadores e empregados, em que o migrante nordestino trabalhava em um regime mais próximo da escravidão (ou da servidão) do que de um assalariado³⁴⁶. Os funcionários do governo norte-americano, para não participar de um regime dessa natureza, resolveram pressionar o governo brasileiro para que fosse criado um contrato padrão de trabalho³⁴⁷. Dessa forma, foi estabelecido um novo vínculo de trabalho entre o seringalista e o seringueiro, diferente do que vigorava no Primeiro Ciclo da Borracha.

Os voluntários se entregavam aos cuidados do SEMTA, onde funcionários iniciavam o processo de alistamento, que ocorria por meio de entrevistas, palestras, aplicação de vacina e com preenchimento de ficha³⁴⁸. Após serem alistados, os soldados da borracha ficavam em pousos³⁴⁹, esperando a hora do embarque, mas enquanto isso não acontecia, o órgão público organizava jogos e atividades físicas com o intuito de ocupar o tempo e disciplinar os corpos e as mentes desses homens³⁵⁰. Os trabalhadores que se alistavam recebiam um enxoval, em seguida, “desfilavam pelas ruas da cidade, em passeatas organizadas pelo SEMTA, uma demonstração de força e organização da Campanha da Borracha³⁵¹”.

Para Ariadne Araújo e Marcos Vinicius Neves, a atividade desenvolvida pelo SEMTA demonstrava um viés militar da Campanha da Borracha, e, ainda, preparava o seringueiro para cumprir seus deveres para com a pátria. Nesse sentido, o governo brasileiro se esforçava para garantir que os soldados da borracha tivessem atribuições semelhantes à de um militar das Forças Armadas, e todas as propagandas oficiais do

³⁴⁶MARTINELLO, Pedro. **A Batalha de Borracha: Na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p.275.

³⁴⁷MARTINELLO, Pedro. **A Batalha de Borracha: Na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p.276.

³⁴⁸SECRETO, María Verónica. **Soldados da borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 78.

³⁴⁹Os pousos se assemelhavam a um campos de concentração, não possuindo muros, porém, tendo cercas vigiadas por guardas armados nas suas áreas externas e na área interna por guardas desarmados recrutados entre os próprios Soldados da Borracha.

³⁵⁰ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015, p.74.

³⁵¹ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015, p.74.

período enfatizavam esse aspecto³⁵². Conforme o depoimento do senhor Manoel Nobrega Viriato³⁵³ e do senhor José Batista dos Santos³⁵⁴ (ex-soldados da borracha):

[Sr. Manoel] Estava alistado para servir o Exército brasileiro, e que não fazia sentido nenhum ir para a Amazônia, mas a minha vontade e dos meus colegas era ir para a “farda”. Quando passei por um determinado lugar, vi escrito numa placa às vantagens de ir para o Amazonas. A placa avisava os benefícios que os trabalhadores teriam ao se alistarem. Então, ali foi o ponto de partida para eu ser soldado da borracha³⁵⁵.

[Sr. José] Na época, já trabalhava e ganhava um cruzeiro por dia. Estava muito satisfeito com o salário que ganhava. Mas certo dia, conversando na taberna perto de minha residência, um amigo me falou que estavam alistando para trabalhar nos seringais do Amazonas. Eu perguntei, onde era o local do alistamento, depois de ser respondido pelo amigo, dirigi-me para o local. Quando cheguei ao local, procurei me informar como era o processo de alistamento. Logo apareceu um homem fardado e disse o seguinte: esse alistamento é para trabalhar no Amazonas, e perguntei qual era o valor. Ele falou quatorze cruzeiros por dia. Então respondi, aceito. Em seguida, comecei a trabalhar nos seringais. Em alguns dias, eu ganhava mais de quatorze cruzeiros³⁵⁶.

No depoimento de Manoel, constata-se que, em algumas cidades do interior do Ceará, o embarque para os seringais era feito num “trem misto”, pois esse transportava passageiros e cargas das cidades do interior para a capital. Em geral, os alistados saíam da cidade cearense de Crato, em seguida, dormiam na cidade de Cedro (CE) e, depois, seguiam até chegar a Fortaleza. O antigo “soldado da borracha” José dos Santos, oriundo da Bahia, relata que o transporte empregado para sua condução foi o caminhão. Na Bahia, o caminhão iniciava esse trajeto em Juazeiro (BA), atravessava trechos do estado de Pernambuco e da cidade do Araripe (CE) antes de chegar a Fortaleza³⁵⁷.

³⁵²NEELEMAN, Gary e NEELEMAN, Rose. **Soldados da Borracha: O Exército Esquecido Que Salvou A Segunda Guerra Mundial**[recurso eletrônico]- Dados Eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 80.

³⁵³Depoimento de Manoel Nobrega Viriato, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 06 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM.

³⁵⁴Depoimento de José Batista dos Santos, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 11 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM.

³⁵⁵Depoimento de Manoel Nobrega Viriato, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 06 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM.

³⁵⁶Depoimento de José Batista dos Santos, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 11 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM.

³⁵⁷Depoimento de José Batista dos Santos, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 11 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM.

A viagem dos “arigós” (nordestinos oriundos do Ceará) era muito dura, uma vez que, o deslocamento poderia levar meses até chegarem aos seringais³⁵⁸. A viagem parecia não ter fim, muitos “arigós” chegavam doentes ao destino. O meio em que eram transportados apresentava condições subumanas, que ocasionavam situações de estresse entre os migrantes, sobretudo, entre as crianças³⁵⁹.

As dificuldades encontradas pelos migrantes começavam no momento em que eram transportados na traseira dos caminhões, nos vagões de carga ou na terceira classe do navio que seguiam em direção à Amazônia. André Luiz Campos afirma que a viagem entre Fortaleza e a capital paraense levava em torno de cinco dias. Embora as embarcações, em geral, comportassem até 800 passageiros, na maioria das vezes, transportavam mais de mil pessoas³⁶⁰.

Os problemas enfrentados pelos migrantes alistados, durante a viagem de navio eram diversos. Já que, em alguns casos, ficavam confinados em recintos apertados, geralmente no convés do navio. Em geral, esses viajantes passavam mal e vomitavam constantemente ao longo do trajeto. Cabe ressaltar que nem sempre existia a presença de profissionais da área médica junto à tripulação. Dessa forma, eles chegavam aos diversos pousos de trânsito em condições precárias de saúde.

As doenças que mais acometiam os viajantes eram infecções respiratórias, sarampo, caxumba, disenterias e catapora. De modo geral, as crianças, além de sofrerem de sarampo e catapora, estavam ainda sujeitas à subnutrição, a doenças gastrointestinais e a infecções alimentares³⁶¹. Os adultos, ainda, contraíam malária, doença que era muito comum na região Norte do país. Campos afirma que em Manaus, um surto de malária atingiu cerca de 138 migrantes em maio de 1943, e os números não cessariam de crescer durante o ano³⁶².

³⁵⁸NEELEMAN, Gary e NEELEMAN, Rose. **Soldados da Borracha: O Exército Esquecido Que Salvou A Segunda Guerra Mundial**[recurso eletrônico]- Dados Eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p.74.

³⁵⁹SOUZA, Raimundo Ferreira de. **Arigó**. São Paulo: Scortecci, 2004, p.28.

³⁶⁰CAMPOS, André Luiz Vieira. **Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p.150.

³⁶¹ CAMPOS, André Luiz Vieira. **Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p.154.

³⁶²CAMPOS, André Luiz Vieira. **Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p.156.

Em entrevista realizada em outubro de 2016, Manoel afirmou que, apesar de não ter sido acometido por doença respiratória (gripe), três dias depois de ter chegado a Manaus, começou a passar mal, “sentindo muita febre, calafrios, cansaço, dor de cabeça, dor muscular, náuseas e ânsias de vômitos e acabou sendo hospitalizado³⁶³”. Ainda de acordo com o relato dele, naquela ocasião, o médico do SEMTA constatou, após a realização de alguns exames, que se tratava da malária, doença infecciosa transmitida pelo mosquito *anopheles*³⁶⁴.

Além das doenças enfrentadas pelos migrantes, havia outra preocupação que deveria ser levada em consideração: os possíveis ataques sofridos por submarinos alemães aos navios brasileiros. Conforme afirmam Neeleman e Neeleman:

A única coisa pior que o desconforto era o medo de afundar no meio do oceano. Afinal, em tempos de guerra, as notícias de ataques de submarinos alemães eram bem comuns. Nos esforços preventivos, os soldados da borracha receberam instruções e um colete salva-vidas. Em caso de naufrágio, em seus bolsos, havia uma pequena porção de bolachas e água. No caso de serem capturados pelo inimigo, uma pílula de cianureto. Eles tinham que escolher entre o suicídio e a prisão pelo inimigo³⁶⁵.

Ao desembarcarem no porto de Belém (PA), os soldados da borracha aguardavam alguns dias antes de, efetivamente, deslocarem-se para Manaus (AM), Rio Branco (AC) ou Porto Velho (RO). Enquanto isso não ocorria, esses migrantes deparavam-se com costumes e com hábitos novos, experiências inéditas para muitos dos recém-chegados³⁶⁶. Durante esse período, o contato dos soldados da borracha e de seus familiares com as pessoas já fixadas ao solo paraense processou-se, em geral, de forma pacífica, sem muitos conflitos ou divergências. Para Benchimol, foi, por meio desse convívio, que surgiu o apelido “arigó”, uma ave de arribação, “dentre as inúmeras que habitam as lagoas do nosso sertão nordestino, e se alimenta de vermes e peixinhos

³⁶³Depoimento de Manoel Nobrega Viriato, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 06 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM.

³⁶⁴Depoimento de Manoel Nobrega Viriato, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 06 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM.

³⁶⁵NEELEMAN, Gary e NEELEMAN, Rose. **Soldados da Borracha: O Exército Esquecido Que Salvou A Segunda Guerra Mundial**[recurso eletrônico]- Dados Eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p.74.

³⁶⁶LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: Das vivências do passado às lutas contemporâneas Manaus**. 2013, [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, p.81.

existentes nas referidas lagoas, mas não se contentava em permanecer em determinado lugar por muito tempo”³⁶⁷.

A partir de Belém (PA), os viajantes ficavam sob os cuidados da SAVA, que deixava os trabalhadores em condições de serem transportados para os seringais amazonenses. Raimundo Ferreira de Souza ressalta que, em virtude dos sucessivos deslocamentos, o desembarque era o momento em que contribuía para aumentar a ansiedade dos migrantes. Em Manaus (AM), na localidade conhecida como pouso de Ponta Pelada (bairro de Colônia Oliveira Machado), esses migrantes recebiam a visita do seringalista, pois o intuito era escolher a equipe de trabalho. Após a escolha dos futuros soldados da borracha, dava-se a formalização do contrato de trabalho com o patrão, seus nomes eram registrados e o transporte para o seringal de destino era providenciado³⁶⁸.

Antes de se fixarem de modo mais permanente, os migrantes e aqueles que estavam acompanhados de seus familiares permaneciam hospedados em um armazém na sede do seringal. Alguns dias depois, o patrão alocava os “arigós” no respectivo posto de trabalho, em que recebiam a denominação de “brabos”, nome dado aos trabalhadores iniciantes por não entenderem do ofício de cortar a seringa³⁶⁹.

De início, os “brabos” não conheciam todos os riscos e perigos que poderiam enfrentar na floresta amazônica. Sendo assim, tendiam a não percorrer longas distâncias, já que, poderiam se perder na mata fechada. Na mata fechada, em localidades um pouco mais afastadas dos seringais, os seringueiros passavam a abrigar habitações chamadas de “colocação”, que era a moradia do “soldado da borracha na selva amazônica”. Próximas à “colocação” ficavam as “estradas”, eram áreas aproveitadas para extração do látex. Uma “colocação”, em média, ocupava um espaço de proporções reduzidas, aproximadamente de 200 a 300 hectares³⁷⁰. Esse tipo de habitação poderia reunir entre três e doze trabalhadores, cada qual responsável por cuidar de três “estradas” ou até mais. De acordo com o relato de Manoel:

³⁶⁷BENCHIMOL, Samuel. **Romanceiro da Batalha da Borracha**. Manaus: Imprensa Oficial Governo do Estado do Amazonas, 1992, p. 242.

³⁶⁸SOUZA, Raimundo Ferreira de. **Arigó**. São Paulo: Scortecci, 2004, p.28.

³⁶⁹SOUZA, Raimundo Ferreira de. **Arigó**. São Paulo: Scortecci, 2004, p.32.

³⁷⁰TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Visão da Natureza: Seringueiros e Colonos em Rondônia**. São Paulo: EDUC, 1999, p. 113.

Os soldados da borracha poderiam trabalhar sozinhos ou em dupla, isso dependendo do tamanho das estradas. Em regra geral, os soldados assumiam três estradas para trabalhar no sistema de rodízio. O sistema de rodízio era feito da seguinte forma: no primeiro e quarto dia, o seringueiro trabalhava na primeira estrada, no segundo e quinto dia, ele trabalhava na segunda estrada e no terceiro e sexto dia, trabalhava na terceira estrada. O Sr Manoel disse que esse sistema de rodízio visava descansar o troco das árvores. Mas, havia o seringueiro que pegava a quarta estrada para trabalhar aos domingos³⁷¹.

Não era conveniente que uma “colocação” fosse instalada em áreas de várzeas³⁷², pois essas áreas sofrem com as enchentes que decorrem das fortes chuvas da região. Nessas circunstâncias, tomava-se bastante cuidado em relação ao local em que a “colocação” seria fixada. Na maioria das vezes, optava-se por solos firmes, mas que estivessem mais próximos das margens dos rios e que permitissem o cultivo agrícola³⁷³. Além disso, numa eventualidade o produto, a bola de borracha, produzida pelo soldado da borracha poderia ser transportada pelo rio.

Para Teixeira, numa “colocação”, além de ter local para cultivar, deveria existir água potável em abundância e, ainda, condições favoráveis que permitissem caçar animais. A prática de caçar animais era de suma importância, já que a maioria dos trabalhadores migrantes era proveniente da região Nordeste do país. Esses homens estavam habituados a uma dieta alimentar à base de carne, como relata o “ex-soldado da borracha”:

Por várias vezes, troquei de colocação por falta de suporte do patrão no apoio de gêneros alimentícios e locais sem condições de caçar. A primeira colocação foi Vila Risco na Bolívia, mas só permaneci por três meses, depois, mudei-me para Guajará-mirim, passei um ano nesta localidade, e segui para São Francisco do Guaporé, ambas as cidades em Rondônia e lá fiquei por muito tempo³⁷⁴.

³⁷¹Depoimento de Manoel Nobrega Viriato, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 06 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM.

³⁷²A várzea existe, principalmente, na região amazônica, as várzeas são conhecidas por serem constituídas por áreas com vegetação e terreno que sempre sofre com enchentes ou alagamentos durante a época de grandes chuvas.

³⁷³TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Visão da Natureza: Seringueiros e Colonos em Rondônia**. São Paulo: EDUC, 1999, p. 123.

³⁷⁴Depoimento de Manoel Nobrega Viriato, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 06 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM.

As mudanças relatadas pelo entrevistado ocorreram em virtude da falta de produtividade e da inexistência de caça em alguns seringais. Afirma ele, que muitos seringueiros deixavam determinadas “colocações” pelas mesmas razões, mas antes, deveriam quitar sua dívida com o patrão para ser contratado por outro patrão. Cabe ressaltar que os “soldados da borracha” deveriam estar vinculados a um patrão, pois necessitavam adquirir suprimentos para sobreviver na floresta. Lima conclui que o seringalista (patrão) fornecia os mantimentos necessários para que o seringueiro conseguisse construir sua habitação e iniciar a abertura das estradas³⁷⁵.

Esses mantimentos eram comprados no “barracão”³⁷⁶ ou eram enviados aos seringueiros que já haviam se estabelecidos nas “colocações”. Os produtos eram transportados por tropas de burros que partiam, quinzenalmente, dos barracões. Quando a mercadoria chegava ao destino, era realizada a troca pela borracha fabricada, “tais trocas eram anotadas na caderneta do seringueiro, objetivando o acerto de contas ao final do período de produção (fabrico), podendo resultar em um saldo positivo para o seringueiro, o que, na maioria das vezes, não ocorria”³⁷⁷. Para sobreviver em lugares inóspitos da floresta, o “soldado” portava armas de fogo para se proteger contra ataques de indígenas e para abater animais como antas, veados, pacas, cotias, entre outros. Conforme assinala Cristina Scheibe Wolff:

A caminhada pelas estradas raramente se fazia sem o rifle ou arma de caça, para se proteger de índios e de animais, mas também para caçar algum animal que porventura cruzasse o caminho. Se não caçasse nada, possivelmente o almoço do seringueiro seria a farinha de mandioca com um caldo feito de toucinho, charque ou pirarucu seco³⁷⁸.

³⁷⁵LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: Das vivências do passado às lutas contemporâneas Manaus**. 2013, [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, p.104.

³⁷⁶Sede administrativa e comercial do seringal, onde acontecia o embarque e desembarque de mercadorias, bem como servia depósito das bolas de borracha. Além disso, a localidade servia de residência para o seringalista (patrão).

³⁷⁷LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: Das vivências do passado às lutas contemporâneas Manaus**. 2013, [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, p.104.

³⁷⁸WOLFF, Cristina Scheibe. **Marias Franciscas e Raimundas: Uma história das mulheres da floresta Alto Juruá Acre 1870-1945**. 1998, [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 67.

Deve-se considerar que o aprendizado sobre as técnicas de caça, a preparação da carne e as formas de atrair os animais, só foi possível em decorrência do convívio na floresta, que apresentava muitos riscos para aqueles que não conheciam seus perigos³⁷⁹. Esses riscos são ilustrados no trecho a seguir, no qual é relatada uma situação em que um “ex-soldado da borracha” abateu uma onça:

Saí às 23h00 horas para extrair a seringa, já chegando às últimas seringueiras, por volta das 07h00 horas, ouvi um barulho muito forte vindo da mata. Abaixei atrás de uma árvore para me esconder e quando me virei, vi uma onça bem perto. Rapidamente, saquei minha espingarda da bandoleira, atirei na onça. Fiquei parado por alguns instantes, observei que a onça ficou parada. Cheguei bem perto para verificar se o animal havia morrido e constatei que a onça estava morta. Puxei as patas da onça e à medida que puxava, o animal ficava muito grande, possivelmente, o animal tinha aproximadamente um metro e meio de tamanho. Deixei o corpo do animal no local e continuei meu trabalho, mas lembrei de que as onças andavam em casal. Neste momento, fiquei preocupado com a outra onça. Mas dez metros depois, outro animal pulou na minha frente. Abaixei-me e peguei a arma e atirei novamente, dessa vez, num gato maracajá. Em seguida, peguei o animal e levei até onde estava a onça e ali, deixei os dois animais. Quando acabei o meu trabalho, voltei ao local onde estavam os animais e tratei de tirar o couro. Consegui vender o couro da onça por 45 cruzeiros e do gato maracajá por 55 cruzeiros³⁸⁰.

A carga horária dos “soldados da borracha” nos seringais era, em média, 10 horas por dia. O regime de trabalho era composto das seguintes atividades: corte da seringa, extração e defumação do produto. Essas atividades eram executadas, na maior parte das vezes, à noite, já que, nesse período, as seringueiras tendem a produzir mais látex, em função dos processos regenerativos que acionavam uma maior dilatação de seus vasos³⁸¹.

Para cumprir suas atribuições, o “soldado da borracha” dependia de algumas ferramentas, a “poronga” (uma espécie de lamparina) era um desses instrumentos que o seringueiro fazia uso durante a execução dos serviços. A “poronga” tinha a finalidade de

³⁷⁹WOLFF, Cristina Scheibe. **Marias Franciscas e Raimundas: Uma história das mulheres da floresta Alto Juruá Acre 1870-1945**. 1998, [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 68.

³⁸⁰Depoimento de José Batista dos Santos, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 11 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM.

³⁸¹TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **O aviamento e o barracão na sociedade do seringal (estudo sobre a produção de borracha na Amazônia)**. Dissertação de mestrado. São Paulo, Departamento de Ciências Sociais, FFLCH, Universidade de São Paulo, 1980, p. 129.

clarear as trilhas percorridas pelos soldados em período noturno, para manter acesa, utilizava-se o querosene. O aparelho ficava preso à cabeça do seringueiro, o que permitia utilizar as duas mãos no corte da seringa e deslocar-se, com mais facilidade, através das “estradas”.

As “estradas” eram trilhas abertas em plena selva amazônica pelo “mateiro”, preposto do seringalista, “cuja função inicial era explorar uma determinada área para descobrir a ocorrência de árvores de seringa. Ele corria o mato durante três dias, mapeando a localização das futuras estradas³⁸²”. À medida que o “mateiro” penetrava na mata, era possível quantificar o número de “estradas” que poderiam ser abertas numa colocação. Além disso, ele era capaz de escolher o local para a construção do “tapiri”, de preferência, nas imediações do igarapé (curso de água), para facilitar o trabalho dos soldados.

O “mateiro”, conforme Carlos Corrêa Teixeira era o responsável por conduzir o desbravamento das matas, uma vez que quase ninguém, nos seringais, dispunha do conhecimento detalhado do terreno e da qualidade específica das espécies vegetais³⁸³. De acordo com Benchimol, o “mateiro” era quem organizava a comitiva; ele era bússola da floresta, *el rumboador del monte*, na expressiva linguagem dos bolivianos³⁸⁴. Arthur Cezar Ferreira Reis confirma as palavras de Teixeira e de Benchimol sobre esse empregado seringueiro:

Os mateiros, quase sempre filhos da terra, conseqüentemente habituados e identificados com as peculiaridades da selva, procedem ao reconhecimento preliminar das estradas, das árvores para corte. Batedores da floresta vencem distâncias sem dificuldades e identificam as espécies que é preciso conhecer para a exploração³⁸⁵.

O processo de localização das seringueiras, conforme Genesco de Castro ocorria no momento em que o “mateiro” identificava a primeira árvore de seringa da área a ser

³⁸²TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Visão da Natureza: Seringueiros e Colonos em Rondônia**. São Paulo: EDUC, 1999, p. 119.

³⁸³TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Visão da Natureza: Seringueiros e Colonos em Rondônia**. São Paulo: EDUC, 1999, p. 121.

³⁸⁴BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Um pouco- Antes e Além-Depois**. Manaus: Calderaro, 1977, p. 396.

³⁸⁵REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. 2. Ed. rev. Manaus: Editora da UFAM/Governo do Estado do Amazonas, 1977, p. 226.

explorada, que passava ser conhecida como “boca de estrada”. Na citação abaixo, pode-se observar como as seringueiras eram descobertas em meio à densa floresta tropical.

Seja por grito particular, seja por choque de terçado vibrado contra a seringueira, cujo som adverte o piqueiro de que segunda seringueira foi assinalada. Segue então nesse rumo, procurando o menor desenvolvimento do caminho, o que fazendo, vai indicando a sua passagem golpeando os ramos das árvores³⁸⁶.

O “piqueiro”, funcionário do seringal, era o auxiliar do “mateiro” na abertura das “estradas”. A atribuição daquele funcionário era desbravar as matas com um terçado ou facão, orientando-se pelos sinais do mateiro. Outro empregado do seringal era o “toqueiro”, que permanecia na “boca de estrada”, enquanto o “piqueiro” seguia abrindo trilhas, sob as ordens do “mateiro”. Todavia, o patrão preocupou-se em mapear as seringueiras na tentativa de facilitar o trabalho dos soldados da borracha na extração do látex. Para isso, ele montou um aparato logístico utilizando-se de vários empregados dos seringais.

A localização das seringueiras continuava até que fossem encontradas cerca de 150 árvores dessa espécie, todo o processo se encerrava com a chegada do “mateiro” no ponto de partida³⁸⁷. O tempo para a abertura de uma “estrada” variava de um a cinco dias, circunstância que estava relacionada às condições adversas apresentadas na mata fechada.

A vida nos seringais amazônicos, durante a “Batalha da Borracha”, foi também caracterizada pelo contato social e cultural dos “soldados da borracha” com grupos indígenas. Essa interação significou para alguns seringueiros o acesso a plantas medicinais, a técnicas de caça, de cultivo e a conhecimentos tradicionais (crenças, lendas e mitos) próprios dos habitantes indígenas do Vale do Amazonas. Em suma, o saber do indígena proporcionou ao seringueiro um novo paradigma da relação do homem com o meio ambiente. Conforme menciona Marcos Montysuma:

Aquilo que para organismos e governos tornou-se modelo de comportamento equilibrado com o meio ambiente foi construído historicamente, a partir do

³⁸⁶CASTRO, Genesco de. **O Estado Independente do Acre e J Plácido de Castro: excertos históricos**. Brasília: Senado Federal, 2005, p. 184.

³⁸⁷BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Um pouco Antes e Além-Depois**. Manaus: Calderaro, 1977, p 395.

contato entre culturas indígenas e nordestinas, que sob o sistema dos seringais encontraram condições propícias para sua constituição e desenvolvimento, mas que não para no que acompanhamos hoje³⁸⁸.

No entorno da “colocação”, os soldados da borracha que estavam acompanhados, contavam com o apoio dos seus familiares, que ajudavam na abertura de uma pequena clareira para construir os dois “tapiris” (barracas), que funcionava como abrigo auxiliar, e o outro, para a defumação do látex. Nos “tapiris”, alguns desses soldados guardavam as ferramentas, os gêneros alimentícios e criavam animais de estimação. O entrevistado Manoel afirma que:

Ele criava um cachorro, cujo nome não mais lembra, mas todas às vezes que saía para trabalhar nos seringais, o “bichinho” sempre estava pronto para me acompanhar. O cão era um bom companheiro e grande caçador de animais pequenos. Enquanto estava na mata cortando seringa, o cãozinho ficava numa postura de me proteger e, em várias situações, ele dava sinal da existência de animais nas proximidades. À noite, o cachorro tomava conta da “colocação”, emitindo um latido quando ouvia barulho ou aproximação de outros animais. Ela andava o tempo todo ao meu lado, mas por fatalidade do destino, foi picado por uma cobra, não resistiu e acabou morrendo. Fiz de tudo para salvá-lo, mas não consegui. Chorei muito a perda do companheiro de batalha³⁸⁹.

O “tapiri” era uma construção, normalmente, na forma de palafitas, em função das enchentes das várzeas e para evitar a entrada de insetos e de outros animais silvestres. Para Nilson Santos, as moradias dos seringueiros eram erguidas da seguinte maneira:

Nos esteios, empregavam-se madeiras resistentes à água como a amargosa ou a itaúba, as paredes e o assoalho, geralmente, utilizavam uma palmeira, a paxiúba, por ser mais resistente, fácil de ser encontrada e de fácil manipulação: a cobertura era feita do traçado aprendido com os índios com folhas de inajá, outra palmeira que chega a durar mais de cinco anos³⁹⁰.

³⁸⁸MONTYSUMA, Marcos. Entre o proibido e o permitido na floresta amazônica: uma historicidade da formação preservacionista entre os seringueiros de Xapuri. In: PPGH. *História, Poder e práticas sociais*. Cascavel, Edunioeste, 2006, p. 87.

³⁸⁹Depoimento de Manoel Nobrega Viriato, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 06 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM.

³⁹⁰SANTOS, Nilson. *Seringueiros da Amazônia: Sobreviventes da Fartura*. 2002, [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 88.

Essas construções não mediam menos de setenta centímetros de altura, entretanto, de acordo com o relato de Manoel, a residência por ele habitada era tão alta, que para subir era exigido o uso de escada. Conforme o que foi mencionado pelo entrevistado, uma casa alta protegia os seringueiros de eventuais ataques de onças.

Foto 1- Tapiri de habitação



Fonte: Arquivo pessoal do autor, foto tirada no Museu do Seringal Vila Paraíso (AM)

O “tapiri” de defumação era uma estrutura um pouco mais tosca do que o de habitação, pois adquiria a forma de cabana de palha, fixada sobre terra batida, sem janela e sem porta de entrada. O teto apresentava um formato cônico, por meio do qual a fumaça se evadia o que facilitava o processamento do látex³⁹¹. O processo de defumação da borracha era, ainda, caracterizado pelo uso de um forno que possibilitava a queima de lenha ou de cocos (“cocão³⁹²”).

³⁹¹REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. 2. Ed. rev. Manaus: Editora da UFAM/Governo do Estado do Amazonas, 1977, p.186.

³⁹²WOLFF, Cristina Scheibe. **Marias Franciscas e Raimundas: Uma história das mulheres da floresta Alto Juruá Acre 1870-1945**. 1998, [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 66.

Foto 2 - Tapiri de defumação



Fonte Arquivo pessoal do autor, foto tirada no Museu do Seringal, Vila Paraiso (AM)

Nos seringais amazonenses, não apenas os seringueiros realizavam atividades laborais, mas às vezes, a mulher e/ou filhos (as) colaboravam com eles no desempenho de algumas tarefas auxiliares, como a coleta de “cocões” ou o corte de cavacos³⁹³. Esse material ajudava na hora de defumação do leite. A extração do látex e a defumação ficavam a cargo, preferencialmente, do seringueiro ou de algum filho que demonstrava habilidade para exercer esses encargos. De acordo com Samuel Benchimol, o seringueiro adotava os seguintes procedimentos ao longo do processo de defumação:

O seringueiro sentado ao lado do boião, tendo ao seu pé uma grande bacia onde reunia todo o produto do dia, vai banhando com leite o cavador, longo cilindro de madeira colocado por sobre a chaminé, cuja fumaça que dela se desprende, o envolve determinando a coagulação do leite. E em seguida banha de novo o cavador e o expõe de súbita ação da fumaça e assim continua sucessivamente até acabar o leite da bacia³⁹⁴.

³⁹³WOLFF, Cristina Scheibe. **Marias Franciscas e Raimundas: Uma história das mulheres da floresta Alto Juruá Acre 1870-1945**. 1998, [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 67.

³⁹⁴BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Um pouco-Antes e Além-Depois**. Manaus: Calderaro, 1977, p. 393.

O “cavador” era um instrumento roliço que permitia ao seringueiro a possibilidade de transformar o látex líquido em sólido. Por meio do cavador, um seringueiro comum era capaz de preencher de 50 a 55 frascos, que correspondia aproximadamente, um pouco mais de 50 kg³⁹⁵. Manoel afirma que muitos soldados da borracha colocavam pedras, pele de animais entre outros objetos, tudo para conseguir obter o peso ideal da bola de borracha³⁹⁶.

Portanto, muitos patrões fiscalizavam o seringueiro durante a fabricação da borracha. Cabe ressaltar que quando era descoberto algum tipo de fraude, o empregado poderia ser expulso do seringal ou ser descontado no seu salário. Como medida mais extrema contra as falcatuas, o “ex-soldado da borracha”, Manoel, afirma que: “ouviu falar pela boca de outros soldados da borracha, que muitos patrões mandavam matar os seringueiros que praticavam esse tipo de tramoia³⁹⁷”. Benchimol afirma que o regime de trabalho nos seringais era bastante rigoroso, como se observa abaixo:

- Viver em harmonia com todos, respeitando para se respeitado;
- Obedecer estritamente ao regulamento do corte;
- Trabalhar em borracha, cortando e colhendo as suas estradas 4 dias na semana, notando que este trabalho lhe proporciona o seu bem-estar;
- Fazer borracha fina e de boa qualidade, e quando seja para ser transporta em animais não deve ter mais de 50 latas de leite, nem menos de 45;
- Fazer as suas transações somente com o depósito onde trabalhava para engrandecimento deste, e não o fazer com outro depósito;
- Fazer com calma e bom humor qualquer reclamação para que seja atendida, se for justa;
- Trazer sempre limpa as suas estradas para que viva com prazer em seu trabalho que lhe proporcione o seu bem-estar;
- Não fazer negócio com a sua colocação, sem prévio consentimento do depósito onde trabalha;
- Pagar fielmente as suas dívidas contraídas no depósito onde trabalha³⁹⁸.

Arnaldo de Carvalho, em depoimento, confirmou que esses deveres impostos pelo patrão deveriam ser cumpridos por todos os seringueiros que se fixavam na “colocação”. O depoente relata que:

³⁹⁵BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Um pouco-Antes e Além-Depois**. Manaus: Calderaro, 1977, p. 393.

³⁹⁶Depoimento de Manoel Nobrega Viriato, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 06 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM.

³⁹⁷Depoimento de Manoel Nobrega Viriato, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 06 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM.

³⁹⁸BENCHIMOL, Samuel. **Romanceiro da Batalha da Borracha**. Manaus: Imprensa Oficial Governo do Estado do Amazonas, 1992, p.102-103

Certa vez, fiquei sabendo, por meio de outros seringueiros de uma colocação próxima à minha, que um determinado extrator tentou negociar a sobra de borracha com outro depósito. O capataz responsável pela colocação foi até o local, onde seringueiro trabalhava, chegando lá, deu uma surra de chicote no extrator. A surra foi tão grande que o seringueiro ficou quase uma semana de molho no tapiri³⁹⁹.

Ainda de acordo com o depoente, as leis estabelecidas nos seringais eram cumpridas para evitar desentendimentos com o patrão. Ele conta que trabalhou em diversas “colocações” e, quase sempre, foi recompensado pelo seu desempenho como extrator. Em algumas ocasiões, chegou até pegar dinheiro emprestado com o patrão, a fim de se divertir nas cidades próximas da colocação, no período das cheias dos rios. Ele admite, que a vida na floresta era bastante solitária e, em certos momentos, angustiante devido ao isolamento em relação a cidade. Para Teixeira, os seringueiros não faziam à menor ideia de como era o trabalho nos seringais. A vida na floresta era repleta de perigos reais e imaginários que assombravam, com frequência, os “soldados da borracha”. Dessa forma:

O esturro ameaçador da onça, o bote traiçoeiro da cobra, o canto noturno do pássaro, a lembrança de almas penadas que frequentam sepulturas abandonadas, o encontro com a Mãe da Mata ou com o Curupira, tudo é capaz de provocar no homem um sentimento de apreensão e medo⁴⁰⁰.

Os mistérios relativos à Amazônia foram objeto de estudos históricos, mas, para aqueles que viveram na floresta, as lendas e os mitos sobre a Mapinguari, a Mãe da Floresta, a Matinta Pereira e o Curupira eram assustadoras. Esses mitos e lendas foram passados de geração a geração, dos “soldados da borracha” para os seus descendentes. Quando foi realizada a entrevista com Manoel e Arnaldo, ambos ressaltaram a importância dessas narrativas locais. Manoel informou que:

Certo dia, eu estava coletando o látex na terceira estrada, quando de repente comecei ouvir gritos de muito longe. Fiquei muito assustado e resolvi ficar atrás de uma árvore esperando o animal. No momento que parei de andar, os gritos cessaram. Então, resolvi continuar fazendo meu trabalho, novamente

³⁹⁹Depoimento de Arnaldo de Carvalho, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 07 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM.

⁴⁰⁰TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Visão da Natureza: Seringueiros e Colonos em Rondônia**. São Paulo: EDUC, 1999, p. 139.

os gritos iniciaram, dessa vez, mais perto. Parei e peguei minha arma para matar a fera, mas outra vez os gritos foram interrompidos. Em seguida, vi um animal parecido com um macaco, muito grande e forte. Naquele momento, peguei minha arma, mirei no animal e atirei por duas vezes, mas não consegui acertá-lo. Consegui vê-lo graças a minha poronga, mas talvez tenha errado os tiros pela distância que se encontrava o animal. Com muito medo, recolhi minhas ferramentas e voltei para a colocação⁴⁰¹.

A narrativa de Arnaldo, por sua vez, refere-se aos mistérios que eram reproduzidos pela população local sobre a floresta Amazônica. Segundo ele:

Muitos seringueiros não matavam mais porco do mato, pois tinham medo de serem castigados pelo Curupira, pois o Curupira era o protetor dos porcos. Neste caso, muitos seringueiros preferiam matar outros animais para não correr o risco de serem castigados. Já as seringueiras deveriam ser preservadas, pois, essas estavam protegidas pela Mãe da Seringa, que não as deixavam morrer ou estragar. Os seringueiros procuravam cuidar muito bem das árvores para não sobraem nenhum tipo represália⁴⁰².

As narrativas dos antigos seringueiros não representam um simples relato, mas a memória vivenciada por aqueles que participaram da “Batalha da Borracha” nos seringais da Amazônia. Para Teixeira, essas histórias formam, por assim dizer, um conjunto de crenças e de representações sobre a natureza que os seringueiros foram incorporando ao seu universo cultural e simbólico⁴⁰³. Observa-se a manutenção de uma verdadeira “mística”, que permanece nas mentes e nos corações desses homens. Os mitos podem ser universais, e outros se restringem a uma região, porém, todos são expressões da necessidade humana de registrar e transmitir uma descoberta, um conhecimento ou uma lição⁴⁰⁴. Os seringueiros acreditavam na existência de deuses e demônios, nas narrativas, se falavam de criaturas que habitavam os seringais, as matas, à beira dos rios, igarapés e lagos. Essas criaturas tinham o poder de assumir formas diversas, mas atuavam como entidades protetoras e auxiliadoras na floresta.

⁴⁰¹Depoimento de Manoel Nobrega Viriato, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 06 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM.

⁴⁰²Depoimento de Arnaldo de Carvalho, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 07 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM e Depoimento do Sr Manoel Nobrega Viriato, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 06 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM.

⁴⁰³TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Visão da Natureza: Seringueiros e Colonos em Rondônia**. São Paulo: EDUC, 1999, p. 139.

⁴⁰⁴PEREIRA, Franz Kreuther. **Painel de lendas & Mitos da Amazônia: Trabalho Premiada (1º lugar) no Concurso "Folclore Amazônico 1993" da Academia Paraense de Letras**, Belém, 2001, p. 11.

Neeleman e Neeleman descrevem as características de alguns personagens dessa lendária história vivida no interior da floresta Amazônica como o Mapinguari, o devorador de carnes frescas, um animal vermelho parecido com um Bicho-preguiça, e o Curupira, que assume a forma de macaco de cabeça vermelha com o pé voltado para trás:

Se um caçador conseguisse ver essa criatura, ele não conseguiria matar sua presa naquele dia. Ele ficaria muito cansado e sem sorte. Para enganar o caçador tolo, o Curupira poderia se transformar em uma bela jovem e deixar o caçador perdido na floresta. Se não fosse o Curupira, poderia ser a Mãe da Floresta que pune os seringueiros por abusar das árvores. Ela é velha e bem magra, mas exigente e poderosa. Ela açoitava os cachorros e poderia derrubar um arigó⁴⁰⁵.

Em geral, os seres lendários da floresta, geralmente aparecem para uma pessoa. O Curupira não surge para os caçadores que permaneçam juntos e a Mãe da Seringa só se manifesta para aqueles que permanecem sozinhos nas “estradas”, durante a madrugada. Esses seres e os respectivos mitos tendem a explicar certos fenômenos da natureza, conferindo sentido ao mundo externo. De certo modo, esses mitos são meios de transmissão de conhecimentos tradicionais e previnem os soldados da borracha contra os riscos que possam enfrentar. Santos afirma que a estrutura mítica, formulada durante a extração da borracha, tem sido eficiente para preservar a floresta de grandes projetos de degradação ambiental, ou seja, tais narrativas garantiram que a grande floresta fosse concebida como “lugar de fartura”, sendo a criação perfeita e misteriosa de Deus, de certa forma, uma representação do paraíso⁴⁰⁶.

A vida dos “soldados da borracha” nos seringais foi revestida de perigos, que, por sua vez, reforçavam a necessidade da luta pela sobrevivência, quase sempre, ameaçada por mazelas como, por exemplo, animais selvagens e doenças tropicais. No momento em que foi declarada o fim da Segunda Guerra Mundial, esses homens continuaram trabalhando para os seringalistas, sem ao menos saber que o conflito havia se encerrado. Naquele período, não se registrou qualquer iniciativa, por parte do

⁴⁰⁵Apud NEELEMAN, Gary e NEELEMAN, Rose. **Soldados da Borracha: O Exército Esquecido Que Salvou A Segunda Guerra Mundial**[recurso eletrônico]- Dados Eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p.87.

⁴⁰⁶SANTOS, Nilson. **Seringueiros da Amazônia: Sobreviventes da Fartura**. 2002, [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 112.

governo federal, voltada para desmobilizar os “soldados” recrutados e alistados, muitos dos quais ficaram esquecidos no interior da Amazônia.

3.2 A “DESMOBILIZAÇÃO” DOS SOLDADOS DA BORRACHA

Após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, muitos “soldados da borracha”, seus familiares e descendentes permaneceram nos seringais do Vale do Amazonas. Marcus Vinicius Neces afirma que das cerca de 60.000 pessoas que participaram da “Batalha da Borracha”, quase a metade morreu em virtude das péssimas condições de alimentação, de higiene e de habitação inerentes aos seringais amazônicos. Dessa forma, para Neces:

Terminava a Batalha da Borracha, mas não a guerra travada pelos seus soldados. Imersos na solidão de suas colocações no interior da floresta, muitos deles nem sequer foram avisados de que a guerra tinha terminado, e só viriam a descobrir isso anos depois. Alguns voltaram para suas regiões de origem exatamente como haviam partido, sem um tostão no bolso, ou pior, alquebrado e sem saúde. Outros aproveitaram a oportunidade de criar raízes na floresta e ali construir suas vidas. Poucos, muito poucos, conseguiram tirar algum proveito econômico daquela batalha incompreensível, aparentemente sem armas, sem tiros e que produziu tantas vítimas⁴⁰⁷.

De maneira resumida, as quatro principais consequências para os seringueiros, após a “Batalha da Borracha” foram as seguintes: a morte por doença ou por esgotamento físico, o retorno à localidade de origem, a manutenção nos seringais e o deslocamento para os centros urbanos da região amazônica, como Belém, Manaus e Rio Branco. Alguns daqueles que continuaram nos seringais ou migraram para as cidades da região transformaram-se no que, atualmente, são denominados de “ribeirinhos” ou “povos da floresta”, outros tiveram de ser empregados em ofícios urbanos de baixa remuneração⁴⁰⁸.

⁴⁰⁷NECES, Marcus Vinicius. A Heroica e Desprezada Batalha da Borracha. História Viva. Disponível em: < http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a_heroica_e_desprezada_batalha_da_borracha.html>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

⁴⁰⁸LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus, [Dissertação de Mestrado], UFAM, 2013, p.121.

A adaptação dos seringueiros “combatentes” ao meio urbano não foi um processo simples. Em Manaus, por exemplo, alguns passaram a ocupar bairros, como o de Nossa Senhora das Graças, em que elaboraram suas próprias representações, muitas das quais assimiladas pela população local. Araújo e Neves afirmam que muitos desses trabalhadores tornaram-se funcionários públicos, comerciantes ou prestadores de serviços nas diversas cidades amazônicas⁴⁰⁹. No caso de Manoel contou, que “bem depois que acabou a guerra, ele resolveu voltar para Manaus, onde começou a trabalhar na construção civil como ajudante de pedreiro”⁴¹⁰. Os que ficaram nos seringais, por sua vez foram aproveitados nas tarefas de mateiros, gerentes e guarda-livros, e ainda, tiveram que se dedicar a um conjunto de diversas atividades, como a caça, a pesca, a coleta de castanha e a produção agrícola⁴¹¹.

A situação de evidente interferência governamental na constituição do Exército da Borracha contrastava com a relativa omissão do Estado brasileiro no sentido de desmobilizar os recursos humanos que haviam sido arregimentados e deslocados para planície do rio Amazonas. Essa desmobilização se bem conduzida deveria, ainda, incluir a reparação financeira e o reconhecimento de direitos sociais que foram amplamente violados.

A desmobilização dos seringueiros amazônicos, conforme Francisco Pereira Costa deu-se por iniciativa própria ou com pouco apoio do Estado. Apesar disso, um dilema colocava-se a esses trabalhadores, ou seja, a falta de recursos e a responsabilidade financeira do Estado em garantir o regresso para o local de origem. A base contratual para esse retorno era os termos de compromisso firmados entre seringueiros e seringalistas. Vale ressaltar que: “os termos do pacto não garantiam que os nordestinos voltassem a sua terra de origem, senão aqueles que foram mobilizados desde o Nordeste. Essa cláusula também não garantia o retorno dos indesejáveis⁴¹²”.

⁴⁰⁹ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015, p. 240.

⁴¹⁰Depoimento de Manoel Nobrega Viriato, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 06 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM.

⁴¹¹LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus, [Dissertação de Mestrado], UFAM, 2013, p.124.

⁴¹²COSTA, Francisco Pereira. **Soldados da Borracha: Imigração, Trabalho e Justiça na Amazônia, 1940-1945**. São Paulo: Editora Biblioteca24horas, 2015, p.377.

No plano econômico, o período do imediato pós-Segunda Guerra Mundial é caracterizado por mais um colapso da produção da borracha. Entre 1942 e 1945, em função particularmente da assinatura dos Acordos de Washington, a região amazônica tornou-se importante centro de atração de capitais norte-americanos, cujos fluxos passaram a se retrair a partir de 1946. Nesse ano, a produção asiática da borracha voltou a obter alguma relevância, pois os seringais da Malásia e da Indonésia haviam voltado a abastecer o mercado mundial⁴¹³. É verdade que houve iniciativas governamentais para recuperar a produtividade apresentada pelo Vale do Amazonas ao longo do Segundo Ciclo da Borracha, contudo as medidas adotadas não lograram êxito⁴¹⁴.

É importante mencionar que os Acordos de Washington para compra da borracha pelos EUA perduraram até junho de 1947, em razão da insistência da burguesia amazonense para que a intervenção norte-americana continuasse a beneficiar a economia regional. Afirma Pereira Costa que o motivo principal dessa intervenção era a participação brasileira mediante o fornecimento de matérias-primas no apoio ao combate ao nazifascismo:

Desse modo, ao fim da intervenção norte-americana na Amazônia, o empresariado local e seringalistas ficaram desnorteados, pois a participação do Brasil, como aliado fornecedor de matérias-primas (borracha, ferro, manganês, castanha...) para o combate ao nazifascismo na Europa, era o meio com que eles voltaram a amealhar alguns milhões de cruzeiros, mas viram-se de uma hora para outra sem essa veia do comércio imperialista. O que fez com que devido a muita insistência e lamúria dos mercantilistas da Amazônia, os acordos entre Brasil e EUA de compra da borracha vigoraram até junho de 1947⁴¹⁵.

De modo geral, para os “soldados da borracha”, o fim da guerra não acarretou uma mudança imediata nas condições de vida nos seringais da região Norte do Brasil. Ainda assim, uma nova perspectiva apresentava-se, nesse contexto, a esses “soldados”, ou seja, “a certeza de que a pátria reconheceria aqueles que, durante o esforço de guerra

⁴¹³TRESPACH, Rodrigo. **Histórias não (ou mal) contadas: Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2017, p.149.

⁴¹⁴D'AGOSTINI, S.; BACILIERI, S.; VITIELLO, N.; *et. al.* Ciclo Econômico da Borracha – Seringueira Hevea Brasiensis (HBK) ARG. Disponível em: <http://www.biologico.sp.gov.br/docs/pag/v9_1/dagostini3.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

⁴¹⁵COSTA, Francisco Pereira. **Soldados da Borracha: Imigração, Trabalho e Justiça na Amazônia, 1940-1945**. São Paulo: Editora Biblioteca24horas, 2015, p.374.

aliado, permaneceram embrenhados nas selvas, extraindo o látex indispensável ao funcionamento da máquina militar norte-americana⁴¹⁶.

Contribuíram também para a emergência desse aparente encerramento da ditadura varguista e a instauração de um novo período de governo entre 1945 e 1964 no Brasil. Nessa conjuntura, os discursos e as práticas políticas implementadas durante o Estado Novo passaram a ser, amplamente, contestados por autoridades públicas e por jornais de grande circulação, que enfatizavam as agruras e mazelas a que haviam se submetidos os trabalhadores que participaram da “Batalha da Borracha”.

Percebeu-se que boa parte da precariedade inerente aos seringais amazonenses, entre 1942 e 1945, deveu-se ao desamparo do governo federal em relação aos antigos seringueiros. Trespach relata que num jornal da época foi divulgado, que vários soldados da borracha ficaram “apodrecendo na lama, sem pão, sem assistência médica ou remédio para tratar as febres fortes, a falta de vitaminas, o ataque dos parasitas”⁴¹⁷ fruto do esquecimento do governo.

A fim de evitar um esvaziamento populacional da região, alguns governos de estados e territórios amazônicos elaboraram projetos de fixação dos trabalhadores dos seringais em colônias agrícolas, com vistas a produzir gêneros alimentícios que deveriam abastecer as cidades próximas⁴¹⁸. Esses projetos representavam iniciativas excepcionais, pois o Estado brasileiro foi, inicialmente, bastante omissivo e negligente no que concerne à condição socioeconômica dos “soldados da borracha”. Ressalta Frederico Lima que:

Nesse momento, marcado pelo fim do Estado Novo e pelo ressurgimento da democracia, as críticas à campanha de produção de borracha orientada para a guerra se multiplicam e foram reproduzidas na Assembleia Constituinte recém-instalada, que resultou na criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), visando apurar as consequências e os resultados da *Batalha da Borracha*⁴¹⁹.

⁴¹⁶LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus, [Dissertação de Mestrado], UFAM, 2013, p.116.

⁴¹⁷TRESPACH, Rodrigo. **Histórias não (ou mal) contadas: Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2017, p. 149.

⁴¹⁸LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus, [Dissertação de Mestrado], UFAM, 2013, p.122.

⁴¹⁹LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus, [Dissertação de Mestrado], UFAM, 2013, p.125-126.

A perspectiva de Mariete Pinheiro da Costa, por meio do método da análise do discurso, assinala que houve um “silêncio aparentemente proposital” não somente do governo federal, mas também do Congresso Nacional, da imprensa e de movimentos sociais no que diz respeito à experiência dos “soldados da borracha”, apesar do encerramento do Estado Novo. De acordo com essa autora:

Mesmo após o fim do Estado Novo, quando a democracia mostra sinais de retorno, o Congresso Nacional é reaberto e a imprensa pôde expressar suas opiniões com maior liberdade, as autoridades, os parlamentares e os movimentos sociais mantiveram-se em silêncio a respeito do assunto. Um silêncio, aparentemente proposital, significando que o calar apagaria os erros ou as omissões cometidas no passado⁴²⁰.

Ao analisar o estudo de Eni Pulcinelli Orlandi, denominado *Análise do Discurso: Princípios & Procedimentos*, Pinheiro da Costa afirma que esse “silêncio” tem um fundamento, ou seja, “o que significa que calar apagaria os erros ou as omissões cometidas no passado⁴²¹”. Dessa forma, o “silêncio” ou os “discursos não ditos” do Estado brasileiro acerca das condições de vida dos “soldados da borracha” tem um valor tão central para o entendimento da “Batalha da Borracha” quanto aos “discursos ditos”. Costa explica a seguir como a censura, que gera o “silêncio”, está relacionada às relações de poder em sociedade:

As palavras consideram que as relações de poder em sociedade, tendem a produzir sempre a censura. Por isso, na maioria das vezes há sempre um silêncio acompanhando os discursos e, sendo assim, devemos observar nas pesquisas analisadas os discursos “não-ditos”, bem como os discursos que não podem ser ditos. Para ela, tanto os discursos como os “silêncios”, devem ser estudados como uma importante fonte de pesquisa. Pois assim como os discursos, os “silêncios” também são explicados pela situação e o meio em que esses acontecimentos estão inseridos. Os acontecimentos da “Batalha da Borracha” são prova dessa afirmativa, pois somente o medo pela responsabilidade pode explicar os discursos nunca pronunciados⁴²².

⁴²⁰COSTA, Mariete Pinheiro da. **O Parlamento e os Soldados da Borracha no Limiar da Segunda Guerra Mundial**. Câmara dos Deputados. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. 2007, p.26.

⁴²¹COSTA, Mariete Pinheiro da. **O Parlamento e os Soldados da Borracha no Limiar da Segunda Guerra Mundial**. Câmara dos Deputados. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. 2007, p.26.

⁴²²COSTA, Mariete Pinheiro da. **O Parlamento e os Soldados da Borracha no Limiar da Segunda Guerra Mundial**. Câmara dos Deputados. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. 2007, p.27.

Michael Pollak enfatiza que, em sociedades nacionais, pode haver divergências entre a “memória oficial” reproduzida pelo Estado e as “memórias subterrâneas ou clandestinas” que prevalecem entre muitos grupos minoritários, mas que tendem a ser reduzidas ao “silêncio” em determinados períodos. A dominação e a doutrinação ideológica, como as que caracterizaram o período do Estado Novo, não dispõem de eficácia necessária para suplantarem essas “memórias silenciosas” ou “discursos não ditos”. Pollak menciona que:

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais⁴²³.

A análise de Regina Weber também é interessante, na medida em que demonstra de que modo às manifestações da memória podem indicar, em determinadas circunstâncias, um sentido de vínculo social a um grupo específico. Para ela, a história oral, nesse contexto, se expressaria na transmissão da memória intergeracional, como se infere abaixo:

Todas essas manifestações constituem marcadores de identificação e práticas de memória, que indicam aos indivíduos o sentido de pertencimento ao grupo. Para a história oral, um fenômeno muito importante é o da transmissão da memória intergeracional, que faz daqueles que ouviram os relatos vívidos das testemunhas diretas, muitas vezes de modo repetido, informantes privilegiados, portadores daquilo que Halbwachs denomina “memória coletiva”⁴²⁴.

A CPI da “Campanha da Borracha” foi instituída no contexto da Assembleia Nacional Constituinte de 1946. De iniciativa do deputado Café Filho do Rio Grande do Norte (RN), então filiado ao Partido Social Progressista (PSP), essa CPI não objetivou apenas verificar as condições em que se encontravam os trabalhadores dos seringais depois do desfecho da Batalha da Borracha, mas também analisar os objetivos dos

⁴²³POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3. 1989, p. 3-15, p. 3.

⁴²⁴WEBER, Regina. Estudos sobre imigrantes e fontes orais: identidade e diversidade. *História Oral*. Rio de Janeiro, V. 16, n. 1, p.5-22. 2013, p.8.

Acordos de Washington. Pinheiro da Costa admite que nenhuma autoridade governamental foi responsabilizada e que as milhares de mortes não foram reconhecidas como um fato evidente⁴²⁵.

Durante a realização da CPI, predominaram as seguintes perspectivas entre os congressistas: a primeira caracterizou-se por um viés mais econômico (com vistas à manutenção do preço da borracha) e pela ideia de que os antigos “combatentes” estavam em boas condições de saúde e de trabalho, e a segunda ressaltou o descaso a que se submeteram os seringueiros que foram integrados ao Exército da Borracha. Na ocasião, essas perspectivas opuseram políticos que representavam o Estado do Amazonas, denominados “filhos do Estado Novo”, e aqueles que eram representantes de estados nordestinos, particularmente os fornecedores de mão de obra⁴²⁶.

O relatório dessa CPI não indicou os responsáveis por terem cometido as diversas violações praticadas contra os “soldados da borracha”, com base no argumento de que muitos desistiram de ir para os seringais. Em suma, depois de concluídas as atividades da CPI da “Campanha da Borracha”, não houve uma resolução efetiva para a precária situação em que viviam os seringueiros e seus descendentes⁴²⁷.

Entre a instalação da CPI em 1946 e o fim do período do regime militar em 1985, Frederico Lima admite que as “vozes” dos “soldados da borracha” foram praticamente “silenciadas⁴²⁸”. No entanto, com o assassinato do líder seringueiro e ambientalista Chico Mendes, em 1988, essas “vozes” voltaram a adquirir relevância em âmbito nacional, ou seja, o “discurso silencioso”, a partir desse período, passa a se aproximar do “discurso oficial”.

Por meio da promulgação da Constituição de 1988, mais de 40 anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, os “soldados da borracha” ainda vivos passaram a ter a possibilidade de receber uma pensão pelos serviços prestados ao país. Trata-se de um valor irrisório de dois salários mínimos, bem aquém dos dez salários recebidos pelos

⁴²⁵COSTA, Mariete Pinheiro da. **O Parlamento e os Soldados da Borracha no Limiar da Segunda Guerra Mundial**. Câmara dos Deputados. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. 2007, p.26.

⁴²⁶LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus, [Dissertação de Mestrado], UFAM, 2013, p.126.

⁴²⁷COSTA, Francisco Pereira. **Soldados da Borracha: Imigração, Trabalho e Justiça na Amazônia, 1940-1945**. São Paulo: Editora Biblioteca24horas, 2015, p.417-418.

⁴²⁸LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus, [Dissertação de Mestrado], UFAM, 2013, p.128.

soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que lutaram na Itália⁴²⁹. Cabe ressaltar que o valor atribuído se sucedeu, como forma de reconhecimento pelos esforços realizados pelos seringueiros durante a “Batalha da Borracha”.

Apesar dessa “Batalha” estar diretamente relacionada à participação do Brasil no maior conflito internacional do século XX, afirma-se que este período da história do Brasil, pouco reconhecido pela historiografia oficial, “se estendeu até os dias atuais, transmutada em uma luta constante por sua identidade e reconhecimento⁴³⁰”. Se, no passado, os “soldados da borracha” contribuíram para a vitória dos Aliados sobre as forças do Eixo, com o desfecho do conflito bélico, nos dias atuais, estes homens e mulheres passaram a lutar para terem seus direitos garantidos.

3.3 O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DOS SOLDADOS DA BORRACHA E DE SEUS FAMILIARES NO PÓS-GUERRA

Durante a “Batalha da Borracha”, o termo de encaminhamento, que dispunha sobre contrato-padrão de trabalho nos seringais, atribuía aos órgãos públicos que promoveram o deslocamento dos trabalhadores rurais para o Vale do Amazonas a responsabilidade de “oferecer assistência médica aos trabalhadores, concentrá-los, transportá-los, vesti-los e alimentá-los até sua colocação nos seringais⁴³¹”. Convém ressaltar a diferença, conforme María Secreto, entre os contratos mantidos pelo SEMTA e pela CAETA:

Pelo primeiro, às famílias assistidas seriam creditados dois cruzeiros por dia por dependente, não superando o montante de oito cruzeiros, qualquer que fosse o número de dependentes (cláusula quarta). À família do trabalhador que optasse pela assistência do SEMTA, mediante desconto dos vencimentos ou de quaisquer outros proventos obtidos pelo contratado, seria assegurada a continuação da assistência prevista durante toda a vigência do contrato do trabalhador no seringal [...] Semelhante ao SEMTA, a CAETA comprometia-se a fornecer como assistência à família dois cruzeiros por pessoa, até um total de oito cruzeiros por trabalhador, desde a data de assinatura até a colocação nos seringais. Após a colocação do trabalhador no seringal, a

⁴²⁹TRESPACH, Rodrigo. **Histórias não (ou mal) contadas: Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2017, p. 149.

⁴³⁰LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus, [Dissertação de Mestrado], UFAM, 2013, p.115.

⁴³¹SECRETO, María Verónica. **Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p.93.

assistência da família continuaria a ser prestada, sendo as importâncias correspondentes debitadas na caderneta do respectivo trabalhador, por ocasião da liquidação da safra, por intermédio do Banco da Borracha S.A.⁴³².

Em um termo de encaminhamento, havia ainda algumas cláusulas que obrigavam o seringalista a conceder condições mínimas para que o seringueiro pudesse executar as atividades imprescindíveis para a extração do látex. Essas condições incluíam o fornecimento adiantado de gêneros alimentícios, de vestimentas, de medicamentos, de ferramentas, de utensílios, de armas e de munições. Para Secreto, os itens mencionados deveriam ser oferecidos sem visar o lucro e ser registrados na caderneta do trabalhador⁴³³.

O instrumento contratual estabelecido entre seringueiros e seringalistas era ainda, conforme Secreto um acordo “para inglês ver”, ou melhor, “para norte-americano ver”, uma vez que eram neles previstas cláusulas impraticáveis de serem cumpridas. Além do não cumprimento contratual, esses seringueiros estavam submetidos a uma série de abusos e de violação de direitos, a maioria deles amplamente reconhecidos no plano nacional e internacional, embora nenhuma medida tenha sido tomada pelo governo brasileiro, de início, para reparar essa violação⁴³⁴.

A contradição entre o reconhecimento dos direitos contratuais dos seringueiros e a violação desses direitos pelos seringalistas deve ser entendida à luz da relação do Estado brasileiro com a sociedade civil durante a Era Vargas (1930-1945). Como é sabido, boa parte desse período foi caracterizado pela institucionalização dos direitos sociais (trabalhistas) no país, um processo que se distinguiu pela regulação estatal da conduta dos agentes sociais e econômicos. Esse processo, contudo, não esteve isento de contradições e não foi apto a incluir grupos socialmente marginalizados, como os trabalhadores rurais. De acordo com Frederico Neves:

De modo geral, as análises sobre a “era Vargas” enfatizam, por um lado, os aspectos de repressão e de manipulação do movimento operário e, por outro, as características “paternalistas” de construção de um mito de “pai dos

⁴³²SECRETO, María Verónica. **Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p.93.

⁴³³SECRETO, María Verónica. **Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p.93

⁴³⁴SECRETO, María Verónica. **Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p.96.

pobres” através de concessões e benefícios. No entanto, uma série significativa de trabalhos vem se direcionando para a conclusão de que a “era Vargas” se constitui num momento em que tais elementos – violência e manipulação, concessões e benefícios – se combinaram na construção de uma imagem do “trabalhismo” como expressão idônea de uma nação pacificada, unificada e corporativa. Buscando esclarecer as formas de instituição de um padrão de relacionamento entre Estado e sociedade no Brasil, em que os métodos estabelecidos pelo modelo “paternalista” se combinam com aqueles oriundos do modelo “liberal”, especialmente no que diz respeito ao campo das relações econômicas, estes trabalhos podem igualmente explicitar as especificidades da formação da classe trabalhadora no Brasil⁴³⁵.

Vale ressaltar que, apesar de os antigos contratos do SEMTA ou da CAETA preverem um conjunto de direitos que, em tese, deveriam ser garantidos pelo Estado, na prática, as relações entre seringueiros e seringalistas se desenvolveram conforme as “leis do mercado”, em que a busca do lucro importou mais do que a proteção e a assistência à classe trabalhadora. Em um contexto histórico de “modernidade conservadora”, como é característico da Era Vargas, o discurso do trabalhismo pode ser conciliado, por mais contraditório que isso possa parecer, por práticas de opressão e de exploração da mão de obra. Ao fazer referência ao conflito entre a burguesia mercantil amazonense e burguesia industrial paulista sobre a produção gomífera após o fim da “Batalha da Borracha”, Francisco Costa afirma que:

...não era de se esperar que aos seringueiros, a proteção ao trabalho, já à luz da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT viesse a ser objeto de observação por duas classes conversadoras que visavam à acumulação de riquezas⁴³⁶.

O reconhecimento dos direitos dos “soldados da borracha” no Pós-Segunda Guerra Mundial é um processo histórico que tem início a partir do fim do Estado Novo, passa por um interregno de “esquecimento”, e conclui-se com a ratificação das reivindicações dos ex-seringueiros e de seus familiares nas duas primeiras décadas do século XXI. Esse processo é, também, caracterizado pela publicação de diversos atos

⁴³⁵NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a Seca: Políticas Emergenciais na Era Vargas. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-129, 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882001000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 de setembro de 2016.

⁴³⁶COSTA, Francisco Pereira. **Soldados da Borracha: Imigração, Trabalho e Justiça na Amazônia, 1940-1945**. São Paulo: Editora Biblioteca24horas, 2015, p.376.

normativos que deram fundamentação jurídica aos pleitos apresentados e pelo ativismo de associações representativas em defesa dos direitos desses “soldados”.

O marco inicial do referido processo é a CPI da “Campanha da Borracha” de 1946, cujos aspectos principais foram abordados na seção anterior. Mesmo que essa CPI tenha sido desconstituída sem apresentar qualquer conclusão, sua importância reside no fato de ela ter feito “ecoar [...] para todo o país a situação em que ficaram mais de 50.000 brasileiros que foram para a Amazônia, dentre eles, a maioria cearense⁴³⁷”. Sendo assim, ela constituiu a primeira denúncia sobre o estágio de pobreza e de miséria em que se encontravam muitos dos antigos “combatentes” em cidades como Rio Branco, Belém, Manaus e Fortaleza.

Em relação à CPI, deve-se destacar a publicação da Indicação nº 82, de 22 de maio de 1946, que recomendou ao governo federal assegurar o retorno imediato ao Estado do Ceará daqueles cearenses que integraram o Exército da Borracha. Apesar de o conteúdo da indicação preconizar a unidade federativa do Ceará, é possível fazer inferências mais gerais sobre as circunstâncias que ocasionaram a instalação da CPI. Entre essas circunstâncias, mencionam-se: a inexistência de reconhecimento oficial sobre a contribuição dos “soldados da borracha” para vitória das forças aliadas, o abandono e o descaso do Poder Público em relação à situação dos seringueiros e de seus familiares e o não cumprimento das garantias trabalhistas e da assistência médica oferecida por agentes estatais⁴³⁸.

Por meio do Requerimento nº 286, de 3 de julho de 1946, foi formalizada a nomeação da CPI da “Campanha da Borracha”. De acordo com o texto do Requerimento, essa CPI deveria considerar que não foram cumpridos os compromissos assumidos pelos agentes recrutadores do Exército da Borracha, que a “Batalha da Borracha” representou o “maior movimento de trabalhadores dentro do território nacional” e que as áreas dos seringais não ofereciam garantias de salubridade. Dessa forma, a referida Comissão deveria apurar as condições dos “soldados da borracha” no

⁴³⁷COSTA, Francisco Pereira. **Soldados da Borracha: Imigração, Trabalho e Justiça na Amazônia, 1940-1945**. São Paulo: Editora Biblioteca24horas, 2015, p.393.

⁴³⁸BRASIL. Indicação nº 82, de 22 de maio de 1946 *apud* COSTA, Mariete Pinheiro da. **O Parlamento e os Soldados da Borracha no Limiar da Segunda Guerra Mundial**. Câmara dos Deputados. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. 2007, Anexo L.

que concerne ao recrutamento, condições de trabalho, assistência à família, retorno aos lares, entres outros assuntos⁴³⁹.

Embora não tenha apresentado propostas resolutivas, os resultados dos debates mantidos na CPI influenciaram o governo federal a publicar o Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, que autorizou a formulação de um plano para atender os trabalhadores da borracha de forma imediata. Coube à DNI do MTIC e à CCAW do Ministério da Fazenda (MF), a elaboração deste plano, que deveria ter como objetivo prestar assistência imediata aos trabalhadores deslocados para o Vale do Amazonas no início da década de 1940. Frederico Lima argumenta que:

É de se observar que tal decreto nunca chegou efetivamente a dar algum auxílio aos Soldados da Borracha, posto que inexistente registro de quaisquer medidas práticas adotadas para reparação desses sujeitos, tendo por fundamento o referido ato normativo⁴⁴⁰.

Uma iniciativa que remonta à década de 1940 refere-se ao Projeto de Lei (PL) nº 509, de 25 de julho de 1947, que previa a “concessão de auxílio financeiro aos Soldados da Borracha incapacitados, e às famílias dos ausentes ou falecidos em virtude da mobilização do esforço de guerra na Amazônia⁴⁴¹”. Esse PL não se converteu em lei, particularmente em virtude da cassação do Partido Comunista do Brasil, também ocorrida no ano de 1947⁴⁴².

Após 1947, a questão do tratamento do Estado brasileiro para com os “soldados da borracha” é relegada a um período de “esquecimento”, que é interrompido apenas com a publicação pelo Ministério do Trabalho da Portaria nº 3.188, de 17 de abril de 1974, que institui um grupo de trabalho a fim de propor medidas para reparar os prejuízos e os danos provocados contra os seringueiros da “Batalha da Borracha”.

⁴³⁹BRASIL. Requerimento nº 286, de 3 de julho de 1946 *apud* COSTA, Mariete Pinheiro da. **O Parlamento e os Soldados da Borracha no Limiar da Segunda Guerra Mundial**. Câmara dos Deputados. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. 2007, Anexo M.

⁴⁴⁰LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus, [Dissertação de Mestrado], UFAM, 2013, p.154.

⁴⁴¹COSTA, Mariete Pinheiro da. **O Parlamento e os Soldados da Borracha no Limiar da Segunda Guerra Mundial**. Câmara dos Deputados. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. 2007, p.41.

⁴⁴²COSTA, Mariete Pinheiro da. **O Parlamento e os Soldados da Borracha no Limiar da Segunda Guerra Mundial**. Câmara dos Deputados. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. 2007, p.41.

Entretanto, “essa atitude inicialmente foi recebida com grande entusiasmo, mas, infelizmente, mais uma vez, nada deu resultado. E de novo o silêncio foi adotado⁴⁴³”.

Não obstante o período de “silêncio” e de “esquecimento” em relação ao tema, os “soldados da borracha”, com muitas dificuldades, obtiveram além de assistência médica, uma renda mensal vitalícia no valor de dois salários mínimos de maior valor vigente no país, a ser financiado pelo Fundo de Assistência e Previdência Rural (FUNRURAL). De acordo com o Parecer nº 71, de 1982, da então Comissão de Legislação Social do Senado Federal, o argumento para a concessão dessa renda residia no fato de os “soldados da borracha”, mesmo enfrentando as hostilidades da selva amazônica e terem participado na exploração de uma atividade econômica, que contribui para o desenvolvimento nacional⁴⁴⁴.

É importante destacar que os Pareceres nº 70, 71 e 72, de 1982, dessa Comissão de Legislação Social tinham um propósito de analisar aspectos do PL nº 122, de 1981, que dispunha sobre o amparo dos trabalhadores da borracha, de autoria do senador Jorge Kalume. O referido PL não se transformou em norma legal e teve a sua tramitação encerrada em 12 de março de 1987. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, também denominada Constituição “Cidadã”, emergiu uma nova perspectiva de ampliação de direitos de grupos historicamente excluídos, como os indígenas, os quilombolas e os “soldados da borracha”. Conforme esclarece Frederico Lima:

A Constituição de 1988, editada em um momento de purgação cívica, e atendendo, mesmo que em parte, aos anseios de diversos grupos sociais, foi marcada pela preocupação com a democracia, com os direitos humanos e com a justiça social. Essas lutas por uma reparação sempre prometida e nunca recebida que, no caso dos seringueiros/soldados, vinham desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tiveram azo para fortalecimento, nesse momento político⁴⁴⁵.

⁴⁴³Depoimento de Carlos Eduardo Barros da Silva, Defensor Público do Estado do Pará, audiência pública realizada em 15/05/2012, na Câmara dos Deputados *apud* LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus, [Dissertação de Mestrado], UFAM, 2013, p.131.

⁴⁴⁴BRASIL. Parecer nº 71, de 1982 da Comissão de Legislação Social. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=BC8214ECB554F4BBBA4F994735019F28.node2?codteor=1171144&filename=Avulso+-PL+6384/1982>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2017.

⁴⁴⁵LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus, [Dissertação de Mestrado], UFAM, 2013, p.131.

Na Carta Magna de 1988, os direitos dos “soldados da borracha” foram reconhecidos no artigo 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Esse dispositivo constitucional estabeleceu que os seringueiros que trabalharam na produção da borracha na região Amazônica, durante a Segunda Guerra Mundial, faziam jus a uma pensão vitalícia no valor de dois salários mínimos. O benefício monetário é transferível aos dependentes dos seringueiros reconhecidamente carentes e tem de ser regulamentado por lei que deve ser proposta pelo Poder Executivo Federal⁴⁴⁶.

A Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989 (alterada pela Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998), é o ato normativo que passou a regulamentar o artigo 54 da ADCT. Essa Lei dispõe sobre a pensão vitalícia a que tem direito os “soldados da borracha”, mas exigia a prova material (não sendo admitida exclusivamente a prova documental) para a concessão do benefício. A Portaria nº 4.630, de 13 de março de 1990, publicada pelo então Ministério da Previdência e da Assistência Social (MPAS) e que estabeleceu instruções para execução da Lei nº 7.986/1989, que por sua vez, passou exigir provas documentais:

O contrato de encaminhamento emitido pelo CAETA; contrato de trabalho para a extração da borracha; ficha de anotações do SEMTA; ficha de anotações da Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico; documentos do extinto Departamento Nacional de Integração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou da Comissão de Controle dos Acordos de Washington. Todos muitos difíceis de serem obtidos, nos referidos órgãos⁴⁴⁷.

Araújo e Neves esclarecem que essas instruções ocasionavam transtornos à vida dos soldados da borracha que ainda não haviam adquirido seus benefícios. As dificuldades apresentadas foram tantas, que a justiça brasileira passou aceitar outros documentos de caráter indireto como “certidão de nascimento do seringueiro, informando o nome do seringal onde nasceu, e também certidões de batismo,

⁴⁴⁶BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 de fevereiro de 2017.

⁴⁴⁷ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015, p. 232.

casamento, nascimento de filhos, irmãos”⁴⁴⁸. Ressalta-se, ainda, que a prova testemunhal corroborava no processo de pensão, conforme narra Arnaldo Carvalho:

“que para conseguir seu benefício de aposentadoria teve que comparecer ao posto da Previdência, no Acre, mas acompanhado de dois colegas para servir de testemunha, confirmando para o funcionário, que ele havia trabalhado nos seringais. Segundo o próprio, isso era uma prática muito usada na época, já que, a maioria dos soldados não dispunha da caderneta. Ele disse que a caderneta dele ficou com o patrão quando parou de extrair o leite”⁴⁴⁹.

Contudo, por meio da Ordem de Serviço nº 582, de 19 de setembro de 1997, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), as provas materiais voltaram a ser obrigatórias⁴⁵⁰. Consoante Frederico Lima:

Neste ponto, verifica-se que o interesse estatal de reduzir os gastos com pagamento de benefícios se sobrepôs ao interesse social da concessão de tais benefícios. É evidente que o serviço prestado pelos Soldados da Borracha no início da década de 1940, nas condições inóspitas proporcionadas pela selva amazônica, em situações absolutamente adversas, em tempo de guerra e sem plena liberdade de contratação, é completamente diferente da situação experimentada pelos atuais trabalhadores urbanos e rurais de quem é exigida a prova documentação para concessão de seus benefícios⁴⁵¹.

No final do ano de 2001, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) deu início à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 2555-4 no Supremo Tribunal Federal (STF). Naquela época, o argumento do PTB era o de que o artigo 21 da Lei nº 9.711/1998 violaria o princípio constitucional do direito adquirido. Esse partido político, ainda, considerava que a concessão do benefício aos “soldados da borracha” era dificultada pelo fato de os seringueiros não terem acesso ao Poder Judiciário e pela razão de muitos deles, com idade superior a 60 anos, não mais terem posse de

⁴⁴⁸ ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015, p. 232.

⁴⁴⁹ Depoimento de Arnaldo de Carvalho, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 07 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM.

⁴⁵⁰ FRANCO, Fernanda. **A Fuga do Soldado da Borracha: a História de um Certo João Miguel Correia**. São Carlos: Suprema, 2006, p.93.

⁴⁵¹ LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus, [Dissertação de Mestrado], UFAM, 2013, p.136.

documentos que demonstrem os serviços prestados durante a Segunda Guerra Mundial⁴⁵².

A ADIN nº 2555-4, cuja relatoria coube à ministra Ellen Grace, foi concebida como descabida pelo STF. Apesar disso, na primeira década do século XXI, foram apresentados Projetos de Lei e Propostas de Emenda à Constituição (PEC) a fim de assegurar, de maneira efetiva, os direitos dos trabalhadores da borracha. A título de exemplo, mencionam-se a PEC nº 24, de 16 de maio de 2002, que previa a concessão de 13º salário aos “soldados da borracha”, e a PEC nº 556, de 19 de junho de 2002, de autoria da então, na época, deputada federal Vanessa Grazziotin, visava estender aos “soldados da borracha” os direitos já garantidos aos militares da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e a Força Aérea Brasileira (FAB). Mas, ambas as PECs foram arquivadas, a primeira em 2007 e a segunda em 2013 (declarada prejudicada em face da aprovação da PEC nº 346, 1º de novembro de 2013⁴⁵³).

A PEC nº 346/2013 incluiu o artigo 54-A ao ADCT, dessa forma, esse novo dispositivo passou a prever que os seringueiros, cognominados como “soldados da borracha”, deveriam receber uma indenização no valor de 25 mil reais. Essa PEC converteu-se, após receber a aprova congressional, na Emenda Constitucional (EC) nº 78, de 14 de maio de 2014. Alguns desses ex-trabalhadores da borracha receberam esse benefício no ano de 2015⁴⁵⁴. Na entrevista, Manoel da Nobrega Viriato, José Batista dos Santos e Arnaldo Carvalho, ambos ex-soldado de borracha, comentaram que realmente receberam o valor de 25 mil reais. Manoel, disse “que sua indenização só deu para ampliar a casa, construindo um quarto para seu neto no segundo andar”. Já os outros ex-soldados, não quiseram comentar sobre a indenização, mas afirmaram que receberam.

⁴⁵²BRASIL. STF recebe ADI contra lei que exige prova concreta de seringueiros para recebimento de benefício. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=58028>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2017.

⁴⁵³BRASIL. Projetos de Lei e Outras Proposições. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=599236>> . Acesso em: 24 de fevereiro de 2017.

⁴⁵⁴BRASIL, Janine. Após 70 anos, soldados começam a ser indenizados com R\$ 25 mil. Sindicato promete ir à Justiça para garantir indenização a quem ficou de fora. Disponível em: < <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/indenizacao-e-o-primeiro-passo-diz-sindicato-dos-soldados-da-borracha.html>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2017.

Em matéria de reconhecimento dos direitos dos “soldados da borracha”, deve-se evidenciar algumas iniciativas adotadas por grupos da sociedade civil organizada. Nesse sentido, entre 11 e 17 de outubro de 1985, no contexto da redemocratização do Brasil após o encerramento do período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), foi realizado I Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia, que teve a participação de representantes de sindicatos de trabalhadores rurais dos Estados do Acre, do Amazonas, do Pará e de Rondônia. No evento mencionado, em que foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), foram apresentadas, no documento final da reunião, propostas para assegurar a aposentadoria e a assistência aos “soldados da borracha”. Fernanda Franco enumera os principais aspectos desse documento:

- Considerar como Soldado da Borracha – todos os seringueiros que migraram para a Amazônia e os que já trabalhavam no extrativismo no período de intensificação da produção da borracha para o esforço de guerra, e que já estejam com 60 anos ou mais de idade. Estes trabalhadores devem comprovar sua situação com contas correntes, ou declaração do patrão, ou declaração de três companheiros que com ele trabalharam ou aprenderam, ou com contratos da CAETA, SEMTA e outras.
- Os trabalhadores considerados nesta proposta terão direito a uma indenização correspondente a 20 salários mínimos.
- Será estabelecida uma pensão aos Soldados da Borracha definidos acima, no valor de 3 salários mínimos, estendida a seus familiares por ocasião do falecimento do seu titular.
- Essa aposentadoria será concedida aos inválidos e viúvas conforme a lei⁴⁵⁵.

Em uma iniciativa da Defensoria Pública do Estado Pará e de um mutirão de cidadãos na cidade de Alenquer (PA), foi criado, em setembro de 2009, um projeto denominado “Ação Soldado da Borracha”. Essa iniciativa teve como finalidade recuperar a trajetória dos abandonados e esquecidos “heróis nacionais”, por meio da garantia do acesso à justiça de “grande parte de cidadãos que ainda se encontram olvidados pela nação brasileira⁴⁵⁶” e da concessão de pensão vitalícia aos seringueiros.

⁴⁵⁵FRANCO, Fernanda. **A Fuga do Soldado da Borracha: a História de um Certo João Miguel Correia**. São Carlos: Suprema, 2006, p.94.

⁴⁵⁶ESTADO DO PARÁ. Ação Soldado da Borracha: a Defensoria Resgatando a História, Promovendo Direitos Humanos e a Cidadania Plena. Disponível em:

A fim de discutir aspectos da referida Ação, foi realizada Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), em 4 de maio de 2012. Dessa audiência, participaram representantes sindicais, defensores públicos, políticos e historiadores⁴⁵⁷.

Em 11 de dezembro de 2009, o Sindicato dos Soldados da Borracha e Seringueiros do Estado de Rondônia (SINDSBOR) ingressou com ação judicial, na Justiça Federal – Seção Judiciária de Rondônia, com vistas a obter indenização por dano moral praticado contra os trabalhadores que conviveram nos seringais amazônicos ao longo do período da Segunda Grande Guerra. Essa ação, que teve como acusados (réus) os EUA e a União, mas foi extinta haja vista que o SINDSBOR não comprovou registro formal no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), fazendo com que a ação interposta perdesse legitimidade⁴⁵⁸.

Na Câmara dos Deputados, foi realizada Audiência Pública em maio de 2012 para discutir a situação dos “soldados da borracha” entre atividades, políticos e agentes estatais. Durante o encontro, representantes do SINDSBOR e do CNS consideraram ser crucial que a PEC nº 556/2002 fosse imediatamente aprovada. Essa Audiência Pública realizou-se com base no Requerimento nº 22, de 2012, de autoria da deputada Marinha Célia Rocha Raupp de Matos. O propósito central dessa Audiência foi promover a divulgação dos pleitos dos “soldados da borracha” entre senadores e deputados.

Em janeiro de 2013, o SINDSBOR fez denúncia sobre o descaso dos “soldados da borracha” à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em março desse ano, um relatório foi apresentado pelo SINDSBOR a esse órgão em audiência convocada para tratar da violação dos direitos humanos nos seringais amazônicos entre 1942 e 1945. A realização desse evento foi crucial para a promulgação da EC nº 78/2014. Antonio Augusto Souza Dias, Ronaldo Joaquim S. Lobão e Jefte da Silva Monteiro enfatizam que:

https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/21141/CARLOS_EDUARDO_BARROS_DA_SILVA.pdf. Acesso em: 25 de fevereiro de 2017.

⁴⁵⁷BRASIL. Defensoria Pública da União. Disponível em: <<http://www.dpu.def.br/legislacao/leis?id=8168:audiencia-publica-discute-situacao-dos-soldados-da-borracha&catid=79:noticias4>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2017.

⁴⁵⁸BRASIL. Processo nº 2010.41.00000084-5. Disponível em: <http://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/arquivo/abrir.php?tipo=fs&nome=a37ec62f9631284aa6b93333ba75ae90.pdf&size=253025>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2017.

O SINDSBOR/APAR representou o Estado brasileiro em 2012 e em razão disso houve uma audiência na OEA/Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 13 de março de 2013 o que determinou que o Brasil justificasse dizendo que medidas foram tomadas para resolver a questão soldados da borracha, situação que levou ao pagamento da indenização de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), pela PEC nº 78 de 2014⁴⁵⁹.

Em abril de 2013, a Associação dos Soldados da Borracha, Seringueiros e Familiares do Estado de Rondônia (ASBORON) deu início à ação judicial, na Justiça Federal de Rondônia, contra os EUA e a União. Essa ação é, de modo geral, similar àquela impetrada pelo SINDSBOR em 2009. Em setembro de 2016, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reformou a decisão da Justiça Federal, que havia julgado o processo extinto em virtude da similaridade no que diz respeito à questão apresentada pelo SINDSBOR.

A Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública do Estado do Pará impetraram, em dezembro de 2014, uma Ação Civil Pública (ACP) contra a União, a fim de reparar violação de direitos humanos. Essa ACP exigiu do governo federal um pagamento de R\$ 200 mil como forma de indenizar cada ex-trabalhador da borracha, valor que deve ser estendido aos dependentes⁴⁶⁰. Em outra ACP, ajuizada contra a União e o INSS em setembro de 2015, a DPU passou a requerer a “condenação dos réus em danos morais coletivos no valor de R\$ 100 milhões cada um, além de dano material e declaração de ilegalidade do Parágrafo 2º, Art. 3º, da Portaria MPAS 4.630/1990⁴⁶¹”.

Deve-se enfatizar que, apesar de os “soldados da borracha” terem tido muitos de suas reivindicações atendidas pelo Estado brasileiro, sobretudo após a promulgação da Constituição de 1988, a luta em prol do reconhecimento desses direitos ainda não se extinguiu. Percebe-se que, diferentemente do período que se inicia imediatamente depois da segunda grande conflagração mundial, o contexto pós-Constituição de 1988,

⁴⁵⁹DIAS, Antonio Augusto Souza; LOBÃO, Ronaldo Joaquim S.; MONTEIRO, Jefte da Silva. Soldados da Borracha: do Trabalho Assemelhado a Escravo a Discriminação no Reconhecimento de Direitos, um Estudo de Caso. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 4, 2015, Foz do Iguaçu. Anais. Foz do Iguaçu, 2015.

⁴⁶⁰BRASIL. Ação Civil Pública Busca Reparar Violações aos Direitos Humanos dos Soldados da Borracha. Disponível em: < <http://www.dpu.def.br/noticias-defensoria-publica-da-uniao/24780-acp-busca-reparar-violacoes-aos-direitos-humanos-dos-soldados-da-borracha>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2017.

⁴⁶¹BRASIL. DPU Pedu Condenação do INSS por Limitar Direitos dos Soldados da Borracha. Disponível em: < <http://www.dpu.gov.br/noticias-para-slideshow/27966-dpu-pede-condenacao-do-inss-por-limitar-direitos-dos-soldados-da-borracha>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2017.

destaca-se pela ampla mobilização das entidades da sociedade civil como forma para que direitos historicamente violados sejam, enfim, assegurados aos seus destinatários.

Essa experiência de violação de direitos é confirmada pelo relato do “ex-soldado” Manoel Nóbrega Viriato, que considera a “Batalha da Borracha como crime perpetrado pelo Governo Federal”. Acrescenta Manoel Nóbrega que a “desmobilização favoreceu mais aos seringalistas do que os seringueiros, muitos dos quais morreram, em virtude das precárias condições de trabalho a que se submetiam, ou fugiram dos seringais⁴⁶².

⁴⁶²Depoimento de Manoel Nóbrega Viriato, ex-soldado da borracha, concedido ao autor no dia 06 de outubro de 2016, na cidade de Manaus-AM.

CONCLUSÃO

Este estudo analisou a trajetória dos “soldados da borracha” em período que tem início com a celebração dos Acordos de Washington em 1942 e vai até os dias contemporâneos. Concluiu-se que a essa trajetória, embora tenha trazido alguns avanços em matéria de garantia de direitos até então violados, tende a continuar no futuro, uma vez que, para algumas entidades que representam os interesses desses antigos seringueiros, esses direitos ainda não foram plenamente reconhecidos.

Ao longo do texto, constatou-se que essa trajetória, de maneira resumida, pode ser dividida em quatro fases distintas: a primeira que coincide com a “Batalha da Borracha”, entre 1942 e 1945; a segunda representa a “fase da desmobilização”, que se refere ao imediato pós-Segunda Guerra Mundial, entre 1945 e 1946, cujo marco foi a convocação da CPI da “Campanha da Borracha”; a terceira constitui a “fase do silêncio” ou do “esquecimento” (caracterizada por iniciativas pouco relevantes a respeito do tema), entre 1947 a 1985; e quarta que se distingue pela luta e pelo reconhecimento de alguns desses direitos dos “arigós” (cujo evento central é a publicação da Carta Magna de 1988), entre 1985 até os dias atuais.

A dissertação organizou-se com base nas fases acima mencionadas. No primeiro capítulo, foram analisados os antecedentes históricos e políticos (diplomático-militares) da “Batalha da Borracha”. Pôde-se constatar que a experiência dos “soldados da borracha” constitui um aspecto dos ciclos econômicos da produção gomífera e das relações bilaterais entre Brasil e EUA. No âmbito administrativo, deu-se ênfase ao funcionamento de órgãos administrativos criados pelo Estado Novo para estimular, por meio da propaganda oficial, o êxodo nordestino para o Vale do Amazonas.

O mote do segundo capítulo consistiu na mobilização dos “soldados da borracha” que acarretou no deslocamento de uma parcela expressiva da força de trabalho sertaneja para os seringais da região Norte do Brasil. Nesse processo, foram abordadas algumas iniciativas do artista Jean Pierre Chabloz, cujas imagens, em consonância com o discurso estadonovista, conferiram sentido ideológico e simbólico à “Batalha da Borracha”.

O terceiro capítulo apresentou o modo de vida dos “soldados da borracha” a partir das entrevistas realizadas com alguns sobreviventes da “Batalha”. Nessa seção,

constatou-se como a “desmobilização” dos “soldados”, após o encerramento da conflagração mundial, foi um processo de negligência e de exclusão social. Com o fim do Estado Novo e da guerra, as condições de valorização econômica da Amazônia foram, mais uma vez, suprimidas. Em decorrência disso, o sentido patriótico que caracterizou a “Batalha da Borracha” foi substituído pelo descaso e pela omissão do Estado brasileiro no que concerne à situação dos “ex-soldados”. A precária “desmobilização” converteu-se em uma longa luta por reconhecimento de direitos.

Deve-se observar que tanto no plano jurídico-administrativo quanto no âmbito historiográfico, o prestígio nacional dos “soldados da borracha” tende a ser menor do que dos combatentes da FAB e da FEB (“pracinhas”) que participaram da Segunda Guerra Mundial. Entre o fim do segundo conflito mundial e a publicação da Constituição vigente, os “pracinhas” foram contemplados por diversos benefícios administrativos e previdenciários, tais como aposentadoria com 25 anos de prestação de serviços e aproveitamento em cargo público sem a necessidade de participação de certame. Conforme as conclusões de Frederico Lima, esses direitos tinham previsão na Constituição de 1967:

A constituição da República do ano de 1967 corroborava e ampliava os direitos dos pracinhas, concedendo estabilidade se fossem funcionários públicos aposentadoria com 25 anos de serviço, assistência médica, hospitalar e educacional, além do aproveitamento no serviço público sem a necessidade de realização de concurso. Tais direitos foram confirmados e ampliados por outros diplomas normativos subsequentes até a constituição de 1988⁴⁶³.

Durante esse mesmo período, aqueles inativos seringueiros que se aventuraram, voluntariamente ou por iniciativa estatal, na vastidão da floresta amazônica não receberam qualquer medida compensatória, que só veio a ocorrer, na ordem jurídica vigente, em 1988. Para que essas medidas compensatórias fossem ampliadas, esses seringueiros tiveram de se organizar em associações que adotaram medidas a fim de provocar os Poderes Judiciário e Legislativo para terem seus direitos reconhecidos. De todo modo, ainda em relação à comparação entre os “soldados da borracha” e os “pracinhas”, vale ressaltar que “dos 20 mil brasileiros que lutaram na Itália, morreram

⁴⁶³LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus, [Dissertação de Mestrado], UFAM, 2013, p.131.

somente 454 combatentes. Entre os quase 60.000 soldados da borracha, porém, cerca da metade morreu durante a guerra⁴⁶⁴.

A bibliografia consultada, os textos produzidos por órgãos oficiais e pela imprensa e as entrevistas realizadas com os já idosos “seringueiros” evidenciam que a trajetória dos “soldados da borracha” constitui um processo histórico de sofrimento, de negligência e de exploração, mas também de lutas e de reconhecimento de direitos que foram, durante muito tempo, negligenciados pelo Poder Público. A presente dissertação pretendeu dar mais luz a esse interessante processo histórico, que poderá ser objeto de novos estudos, sobretudo no que concerne ao período da “desmobilização”. Nesse sentido, há ainda muita oportunidade tanto para o Estado quanto para a história de ampliarem seu escopo de abordagem sobre questões relativas aos “soldados da borracha”.

⁴⁶⁴NECES, Marcus Vinicius. A Heroica e Desprezada Batalha da Borracha. História Viva. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a_heroica_e_desprezada_batalha_da_borracha.html>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

REFERÊNCIAS

- _____. “Mais Borracha Para a Vitória”. Campanha de recrutamento de trabalhadores e fracasso social na exploração de borracha durante o governo Vargas”. **Estudios Rurales. Publicacion de Centro de Estudios de La Argentina Rural**. Bernal, Vol. 1 nº 1, 2011. ISSN: 2250 . (79 – 107)
- _____. Acordo nº 4.686, de 3 de outubro de 1942. Acordo sobre Borracha Celebrado, por Troca de Notas, entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1942/b_24/at_download/arquivo>. Acesso em: 9 de setembro de 2016.
- _____. Constituição Federal de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 de fevereiro de 2017.
- _____. Decreto nº 14.535, de 19 de janeiro de 1944. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-14535-19-janeiro-1944-456175-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 7 de julho de 2016.
- _____. Decreto-lei de nº 4.523, de 25 de julho de 1942, artigo 01 - <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4523-25-julho-1942-414589-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 de julho de 2016.
- _____. Decreto-Lei nº 1.561, de 2 de setembro de 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1561-2-setembro-1939-411486-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 de junho de 2016.
- _____. Decreto-lei nº 2.154, de 27 de abril de 1940, <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37313>. Acesso em: 8 de julho de 2016.
- _____. Decreto-Lei nº 4.750, de 28 de setembro de 1942. Mobiliza os Recursos Econômicos do Brasil e dá Outras Providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4750-28-setembro-1942-414829-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 de julho de 2016.
- _____. Decreto-Lei nº 5.044, de 4 de dezembro de 1942, <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5044-4-dezembro-1942-415253-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 8 de julho de 2016.
- _____. Decreto-lei nº 5.225, de 1º de fevereiro de 1943. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5225-1-fevereiro-1943-415290-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 de julho de 2016.
- _____. Defensoria Pública da União. Disponível em: < <http://www.dpu.def.br/legislacao/leis?id=8168:audiencia-publica-discute-situacao-dos-soldados-da-borracha&catid=79:noticias4>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2017.
- _____. DPU Pedu Condenação do INSS por Limitar Direitos dos Soldados da Borracha. Disponível em: < <http://www.dpu.gov.br/noticias-para-slideshow/27966-dpu-pede-condenacao-do-inss-por-limitar-direitos-dos-soldados-da-borracha>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2017.
- _____. Ministério da Guerra. Relatório das principais atividades do Ministério da Guerra durante o no de 1941. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1942.
- _____. O Posicionamento Militar Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial: Aproximação com a Alemanha e Alinhamento com os Estados Unidos da América (1934-1942). **Revista Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, jan. /jun., p. 46-62, 2012.
- _____. Parecer nº 71, de 1982 da Comissão de Legislação Social. Disponível em: <

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=BC8214ECB554F4BBB44F994735019F28.node2?codteor=1171144&filename=Avulso+-PL+6384/1982>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2017.

_____. Processo nº 2010.41.00000084-5. Disponível em: <http://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/arquivo/abrir.php?tipo=fs&nome=a37ec62f9631284a6b93333ba75ae90.pdf&size=253025>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2017.

_____. Projetos de Lei e Outras Proposições. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=599236>> . Acesso em: 24 de fevereiro de 2017.

_____. **Soldados da Borracha: Imigração, Trabalho e Justiça na Amazônia, 1940-1945**. São Paulo: Editora Biblioteca24horas, 2015.

_____. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889 – 1937**: tradução Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. STF recebe ADI contra lei que exige prova concreta de seringueiros para recebimento de benefício. Disponível em: <

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=58028>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2017.

_____. Acordo Comercial Brasil-Alemanha. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1936/b_5/at_download/arquivo>. Acesso em: 23 de novembro de 2016.

_____. Portal do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4801&Itemid=478&cod_pais=DEU&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>. Acesso em: 30 de agosto de 2016.

_____. Acordo Alterando a Vigência dos Acordos Referentes à Borracha e seus Produtos, Concluídos no Rio de Janeiro, por Troca de Notas, Respectivamente, de 3/10/942, 22/12/944 e 27/6 e 14/8 de 1945. Disponível em: < http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1945/b_12/>. Acesso em: 17 de julho de 2016.

_____. Decreto-lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1942. Dispõe sobre o financiamento a ser concedido pelo Banco de Crédito da Borracha S.A. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De14841.htm. Acesso em: 22 de agosto de 2016.

_____. Relações Militares Brasil-EUA na Segunda Guerra Mundial: o Caso das Comissões Militares Conjuntas. Disponível em: < http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427756986_ARQUIVO_RelacoesBrasilEUA.pdf >. Acesso em: 28 de agosto de 2016.

ALVES, Vágner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História de um Envolvimento Forçado**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2002.

ANDRADE, Rômulo de Paula. **A Amazônia Vai Ressurgir! Saúde e Saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930 – 1945)**. [Dissertação de Mestrado]. Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, 2007.

ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinicius. **Soldados da Borracha: os Heróis Esquecidos**. Fortaleza: Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2015.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS (ACA). Boletim. Manaus, ano 2, nº 24 julho de 1943.

AZÉMA, Jean-Pierre. **A Guerra**. In: RÉMOND, René (Coord.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, p. 401-435, 1996.

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BASTOS, Nilo Charles de Brito. **SESP/FSESP, Evolução histórica: 1942-1991**. Recife: [s.n.], 1993.
- BATISTA, Vanessa Oliveira. O fluxo migratório mundial e o paradigma contemporâneo de segurança migratória. **Revista Versus**, v.3, 2009, p. 68-78.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia Um Pouco-Antes e Além-Depois**. Manaus: Coleção Amazoniana, 1, Ed. Umberto Calderaro, 1977.
- BENCHIMOL, Samuel. **Romanceiro da Batalha da Borracha, Manaus**: Imprensa Oficial, 1992.
- BRASIL, Janine. Após 70 anos, soldados começam a ser indenizados com R\$ 25 mil. Sindicato promete ir à Justiça para garantir indenização a quem ficou de fora. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/03/indenizacao-e-o-primeiro-passo-diz-sindicato-dos-soldados-da-borracha.html>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2017.
- BRASIL. Ação Civil Pública Busca Reparar Violações aos Direitos Humanos dos Soldados da Borracha. Disponível em: <<http://www.dpu.def.br/noticias-defensoria-publica-da-uniao/24780-acp-busca-reparar-violacoes-aos-direitos-humanos-dos-soldados-da-borracha>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2017.
- CAMPOS, Rodrigo Pires de. **Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas – O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960** – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- CAPELATO, Maria Helena. **Propaganda política e controle dos meios de comunicação**. In; PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.
- CASTRO, Genesco de. **O Estado Independente do Acre e J Plácido de Castro: excertos históricos**. Brasília: Senado Federal, 2005.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC) DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. A Era Vargas: dos Anos 20 a 1945. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos30-37/RelacoesInternacionais>>. Acesso em: 1º de agosto de 2016.
- CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000.
- COSTA, Francisco Pereira. **Para a chuva não beber o leite. Soldado da Borracha: Imigração, trabalho e justiça na Amazônia, 1940 – 1945**. [Tese de Doutorado], Universidade de São Paulo, 2014.
- COSTA, Mariete Pinheiro da. **O Parlamento e os Soldados da Borracha no Limiar da Segunda Guerra Mundial**. Câmara dos Deputados. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. 2007.
- COUTINHO, David Barreto. **Políticas Imigratórias e as Instituições burocráticas no Governo Vargas (1930 – 1945)**. [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.
- CUNHA, Euclides. **À Margem da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- D'AGOSTINI, S.; BACILIERI, S.; VITIELLO, N.; *et. al.* Ciclo Econômico da Borracha – Seringueira Hevea Brasiliensis (HBK) ARG. Disponível em: http://www.biologico.sp.gov.br/docs/pag/v9_1/dagostini3.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2016.
- DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. – São Paulo: Livraria Nobel, 1989.
- DIAS, Antonio Augusto Souza; LOBÃO, Ronaldo Joaquim S.; MONTEIRO, Jefte da Silva. Soldados da Borracha: do Trabalho Assemelhado a Escravo a Discriminação no Reconhecimento de Direitos, um Estudo de Caso. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 4, 2015, Foz do Iguaçu. Anais...Foz do Iguaçu, 2015.

ESTADO DO PARÁ. Ação Soldado da Borracha: a Defensoria Resgatando a História, Promovendo Direitos Humanos e a Cidadania Plena. Disponível em: https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/21141/CARLOS_EDUARDO_BARRAS_DA_SILVA.pdf. Acesso em: 25 de fevereiro de 2017.

FERREIRA, Maria Liege Freitas. **A Construção do Eldorado Amazônico no Governo Vargas: a representação através da imagem (1940-1945)**. [Tese de Doutorado]. Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara, Araraquara, 2011.

FIGUEIREDO, Regina Érika Domingos de. A cooperação entre Brasil e Estados Unidos no campo da saúde: o Serviço Especial de Saúde Pública e a política sanitária no governo Vargas. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1429-1434, Dez. 2007.

FILHO, Medeiros João; SOUZA, Itamar. **Os Degredados Filhos da Seca**. Petrópolis: Vozes, 1984.

FRANCO, Fernanda. **A Fuga do Soldado da Borracha: a História de um Certo João Miguel Correia**. São Carlos: Suprema, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação Economia Do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 2005.

GOMES, Angela de Castro. **População e Sociedade**. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Olhando para Dentro 1930 – 1964. História do Brasil Nação: 1808 – 2010**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, v. 4, p. 41-89, 2013.

GONCALVES, Alfredo José. Migrações Internas: evoluções e desafios. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 173-184, Dec. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 de setembro de 2016.

GRANDIN, Greg. **Fordlândia: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na Selva**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GUEDES, Dartagnan Pinto; GUEDES, Joana Elisabete Ribeiro Pinto. **Manual Prático para Avaliação em Educação Física**. Barueri, SP: Editora Manoele, 2006.

GUILLEN, Isabel C.M. A Batalha da Borracha. Propaganda política e migração nordestina para a Amazônia. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba**, n.9, p. 95-102, 1997. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39301>. Acesso em: 24 de setembro de 2016.

GUSMÃO, Israel Deyvesson. **Entre Mundos: História Oral com os Soldados da Borracha**. [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal de Rondônia, 2008

HOBSBAWN, Eric J. **A Era dos Extremos: O Breve século XX 1914 -1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JATAI, Iury Gomes. O Brasil Vai às Compras: a Aquisição de Material Bélico para o Exército brasileiro e as Relações comerciais entre Brasil, Alemanha e Estados Unidos durante o Estado Novo. Disponível em: <http://www.portalfeb.com.br/o-brasil-vai-as-compras-fried-krupp/>. Acesso em: 1º de agosto de 2016.

KUHN, Byron; ARÉVALO, Raquel. A Doutrina Monroe e suas Influências: Impactos nas Américas. Disponível em: http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/8848/1/01_A%20Doutrina%20Monroe%20e%20suas%20influ%C3%Aancias.pdf. Acesso em: 3 de agosto de 2016

LARDO, Paula Yuri Shimoniski. **Soft Power e Fluxos Migratórios: análise da penetração cultural norte-americana no Brasil entre as décadas de 1930 – 1960**. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

LATFALLA, Giovanni. O Estado-Maior do Exército brasileiro e as Negociações Militares Brasil-Estados Unidos entre os Anos 1938 e 1942. **Caminhos da História**, Vassouras, v.6, n.2, p.61-78, jul./dez., 2010.

LEANDRO, Rafael Voigt. **Os Ciclos Ficcionalizados da Borracha e a Formação de um Memorial Literário da Amazônia**. Dissertação [Dissertação de Mestrado]. Instituto de Letras. Programa de

Pós-Graduação em Literatura. UNB, 2014.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha: Das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas**. Manaus, [Dissertação de Mestrado], UFAM, 2013.

MACHADO, Nathalia Menezes; OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo Barreto. Borracha, Nordeste e Floresta: Economia e a Sociedade Amazônica nos Dois Ciclos Gomíferos. Disponível em <
[http://www.ppgeconomia.ufpa.br/documentos/Cadernos%20CEPEC%20Vol.01%20n01%20\(fev2012\).pdf](http://www.ppgeconomia.ufpa.br/documentos/Cadernos%20CEPEC%20Vol.01%20n01%20(fev2012).pdf)>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

MARTINE, George; McGrahan, Gordon. **A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas**. In: BAENINGER, Rosana. **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, p.11-24, 2010.

MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha: Na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

MCCANN; Frank D. **Aliança Brasil Estados Unidos: 1937/1945**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1995.

MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar. **Os Degredados Filhos da Seca**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MENDONÇA, Carlos. **Gente do Nordeste no Amazonas**. Manaus: Imprensa Pública, 1943, Apud: COSTA, Francisco Pereira. **Para a Chuva não Beber o Leite. Soldado da Borracha: Imigração, Trabalho e Justiça na Amazônia, 1940 – 1945**. [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo, 2014.

MILZA, Pierre. **Política interna e política externa**. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, p. 365-399, 1996.

MIRANDA, Gabriela Alves. **Os Doutores e as imagens da Batalha da Borracha: Entre o imaginado e o possível no recrutamento de trabalhadores para a Amazônia (1942-1943)**. Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 14º SNHCT, 2014, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, ISBN: 978-85-62707-62-9, 2014, p. 08 a 11, p.04.

MONTEIRO, Marcelo. **U-507: O submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2013.

MONTYSUMA, Marcos. Entre o proibido e o permitido na floresta amazônica: uma historicidade da formação preservacionista entre os seringueiros de Xapuri. In: PPGH. **História Poder e práticas sociais**. Cascavel, Edunioeste, 2006.

MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. **Rumo à Amazônia, Terra da Fartura: Jean-Pierre Chabloz e os Cartazes Concebidos para o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia**. [Dissertação de Mestrado] Campinas, 2012.

MORALES, Lúcia Arrais. **Vai e Vem, Vira e Volta. As rotas dos soldados da borracha**. São Paulo: Annablume/Fortaleza Secult, 2002.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência – A política Externa Brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1980.

NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações Nordestinas para a Amazônia. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**: Dez.-Nº 12, Vol II, 1998.

NECES, Marcus Vinicius. A Heroica e Desprezada Batalha da Borracha. **História Viva**. Disponível em: <

<
http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a_heroica_e_desprezada_batalha_da_borracha.html
 >. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

NEELEMAN, Gary e NEELEMAN, Rose. **Soldados da Borracha: o Exército Esquecido Que Salvou A Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. Disponível em:

- <https://store.kobobooks.com/pt-br/ebook/soldados-da-borracha>. Acesso em: 12 de julho de 2016.
- NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a Seca: Políticas Emergenciais na Era Vargas. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-129, 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882001000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 de setembro de 2016.
- O Acre*, nº 560, ano XII, 27 de outubro de 1940.
- OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015.
- PANDOLFO, Clara Martins. **Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais**. Belém: Editora CEJUP, 1994.
- PEREIRA, Franz Kreuther. **Painel de lendas & Mitos da Amazônia: Trabalho Premiado (1º lugar) no Concurso "Folclore Amazônico 1993" da Academia Paraense de Letras**, Belém, 2001
- PEREIRA, Pérola Mourão de Souza Sardo de Abreu. **As Relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial: Atores e Dinâmicas da Construção da Aliança (1939-1944)**. [Dissertação Mestrado]. Instituto de Relações Internacionais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. UNB, 2013.
- PINTO, Néelson Prado Alves. **Política da Borracha no Brasil: A Falência da Borracha Vegetal**. Hucitec, São Paulo, 1984.
- PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: sua Origem e Utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza. v.4, nº 3, p. 412-424, jul-set, 2009.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3. 1989, p. 3-15.
- PONTES, Carlos José de Farias. **A guerra no inferno verde: Segundo Ciclo da Borracha, o front da Amazônia e Os Soldados da Borracha**. [Universidade Federal do Acre (UFAC)] **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, ISSN: 2446-4821. vol.2, n.1, p.56-67, 2015
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale.
- RABELLO, Antônio Claudio Barbosa. **Inventando o outro: representações do desenvolvimento e da fronteira amazônica**. 2004. [Tese de Doutorado]. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.
- RAHMEIER, Andrea Helena Petry. **Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)**. [Tese Doutorado]. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS, 2009.
- RAMOS, Francisco Regis Lopes. **A Falta que Ela me Faz**. In: GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa (Orgs.). **Mais Borracha para Vitória**. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal, 2008.
- REIS, Arthur Cesar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. 2 ed. rev. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, 1977.
- RODRIGUES, Fernando da Silva. O Pensamento Político Brasileiro dos Anos 1930 e 1940: o Caso do Nacionalismo Estatista. **Revista Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, jan./jun., p. 11-26, 2014.
- SANTOS, Claudia; GOBO, Karla Lisandra. Relações entre Brasil e Alemanha: Equidistância Pragmática e a Busca pela Autonomia Nacional (1930-1961). *Ius Gentium* - Curitiba, ano 7, n. 14, p. 27-52, jul/dez 2013.
- SANTOS, Nilson. **Seringueiros da Amazônia: Sobreviventes da Fartura**. 2002, [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

- SECRETO, María Verónica. **Soldados da borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SEITENFUS, Ricardo. **A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- SILVA, José Carlos Meireles da. Soldados da Borracha: Os heróis esquecidos na Amazônia. **Revista do Exército brasileiro**. Vol 151, n. ISSN0101-7184, p 11 -17, 1º quadrimestre – Ed. Esp, 2015, p 11-17.
- SILVA, Maria de Andrade. **A borracha passada na história: os soldados da borracha durante a segunda guerra**. [Dissertação de Mestrado]. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2005.
- SIQUEIRA, André Cezar. Evolução da política militar norte-americana na ocupação do Saliente Nordeste. **Revista do Exército brasileiro**, Rio de Janeiro: Edição Especial, v. 151, n. ISSN0101-7184, p. 4-10, 1º quadrimestre, 2015.
- SOUZA, Itamar. **Migrações Internas no Brasil**. São Paulo. [Dissertação de Mestrado], Mimeog., FFLCH/USP, 1999.
- SOUZA, Raimundo Ferreira de. **Arigó**. São Paulo: Scortecci, 2004.
- TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Visão da Natureza: Seringueiros e Colonos em Rondônia**. São Paulo: EDUC, 1999.
- TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte Furquim. **Mobilização Social: Um Modo de Construir a Democracia e a Participação**. UNICEF: Brasil, 1996.
- TRESPACH, Rodrigo. **Histórias não (ou mal) contadas: Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2017.
- WEBER, Regina. Estudos sobre imigrantes e fontes orais: identidade e diversidade. **História Oral**. Rio de Janeiro, V. 16, n. 1, p.5-22. 2013.
- WOLFF, Cristina Scheibe. **Marias Franciscas e Raimundas: Uma história das mulheres da floresta Alto Juruá Acre 1870-1945**. 1998, [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.